

Impérios Digitais: dos Choques Culturais Anglo-Portugueses aos Jogos de Vídeo de Estratégia

Teresa Raquel Nunes Pereira

Dissertação de Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas

Teresa Raquel Nunes Pereira
Impérios Digitais: dos Coques
Culturais Anglo-Portugueses aos Jogos
de Vídeo de Estratégia
2014

Março, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Fernando Clara e da Prof.^a Doutora Gabriela Gândara

Terenas

Aos meus Pais

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação resulta de uma longa e árdua caminhada não só académica, mas também pessoal. Não sendo concebível que a realização de um trabalho, qualquer que seja a sua dimensão ou área científica, seja fruto do labor de um único indivíduo, vejo-me na obrigação de mencionar os nomes daqueles para com os quais contraí uma incomensurável dívida ao longo da realização deste estudo.

O meu primeiro agradecimento vai para o Prof. Doutor Fernando Clara, co-orientador desta investigação, que, desde os primeiros momentos da existência da ideia que esteve na génese deste trabalho, manifestou um motivante entusiasmo, bem como uma total disponibilidade para discutir assuntos da mais variada índole.

Devo a mesma gratidão à Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas, tanto pela estimulante orientação como pela ajuda na definição do tema. De igual modo devo à Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas um especial agradecimento não só por toda a sua dedicação, mas principalmente pelos seus ensinamentos e acompanhamento, com os quais tenho vindo a ser presenteada desde o início do meu percurso académico.

Não poderia, de modo algum, esquecer o amável apoio dado pelo Professor Doutor Filipe Furtado, que, sempre se mostrou gentilmente disponível para me esclarecer a respeito de variadíssimas questões, nomeadamente as respeitantes ao Evolucionismo e aos Estudos Vitorianos. Os meus agradecimentos estendem-se, ainda, à Prof.^a Doutora Teresa Botelho, cujo aconselhamento se mostrou indispensável numa primeira fase da investigação, bem como ao Prof. Doutor Jorge Nuno Silva, que me facultou as directrizes que me ajudaram a erguer o Capítulo 3 da presente dissertação.

Enumerar os nomes de todos os amigos, colegas e professores que, de um modo ou de outro, se interessaram e contribuíram para a realização do trabalho aqui projectado, seria excessivamente longo. Deixo-lhes, a todos eles, um sincero e caloroso obrigada.

Finalmente, e como não podia deixar de ser, agradeço aos meus Pais, a quem dedico esta dissertação, pelo incondicional e inesgotável apoio.

IMPÉRIOS DIGITAIS: DOS CHOQUES CULTURAIS ANGLO-PORTUGUESES AOS JOGOS DE VÍDEO DE ESTRATÉGIA

TERESA RAQUEL NUNES PEREIRA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Ludologia, Pós-Colonialismo, Discurso, Identidade, Evolucionismo, Degenerescência

À medida que o mundo Ocidental se apresenta cada vez mais subjugado ao primado da tecnologia (Forman, 2007:1), a possibilidade de ignorar o crescente impacto da Ludologia vai-se gradualmente inviabilizando. Através da adopção de uma perspectiva anglo-portuguesa, a presente dissertação focar-se-á no amplamente popular jogo de vídeo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* (2013). Ao (re)interpretar as relações luso-britânicas no espaço de tempo compreendido entre 1890 (*Ultimatum* britânico) e 1910 (implantação da Primeira República Portuguesa), a presente dissertação tem em vista não só estudar a imprensa periódica portuguesa e inglesa, mas também demonstrar o modo como o jogo de vídeo em questão permite ao jogador desconstruir o “prepotente” domínio britânico sobre o “little Portugal”. Neste contexto, atribuir-se-á um lugar de destaque ao evolucionismo de Herbert Spencer. Profundamente respeitado por toda a Europa, durante a segunda metade do século XIX e princípios do século XX, o pensamento spenceriano revelou-se fundamental para compreender, por um lado, e em toda a sua extensão, o discurso jornalístico de finais do século XIX e inícios do XX, e, por outro, a narrativa e a estética do jogo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*. De um modo geral, a presente análise visa, acima de tudo, questionar o cariz pós-colonial do jogo de vídeo sob observação e, simultaneamente, a sua capacidade de desafiar, de forma subversiva, o que pode ser tido como uma arrogante soberania britânica sobre um Portugal militar, económica e politicamente indefeso.

DIGITAL EMPIRES: FROM ANGLO-PORTUGUESE CULTURAL CONFLICTS TO STRATEGY VIDEO GAMES

TERESA RAQUEL NUNES PEREIRA

ABSTRACT

KEYWORDS: Ludology, Postcolonialism, Discourse, Identity, Evolutionism, Degeneration

As the Western world becomes ever more subsumed under the primacy of technology (Forman, 2007:1), it is becoming increasingly difficult to ignore the impact of Ludology. Adopting an Anglo-Portuguese perspective, the following dissertation will focus on the highly popular video game *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* (2013). By (re)interpreting Anglo-Portuguese relations between 1890 (the British *Ultimatum*) and 1910 (the institution of the First Portuguese Republic), the present thesis will not only study the Portuguese and English periodical press, but will also attempt to show by which means the video game at issue allows the player to deconstruct Britain's "aggressive dominance" over "little Portugal". Within this framework, particular emphasis will be placed on Herbert Spencer's evolutionism. Widely respected in Europe during the second half of 19th century and the beginnings of the 20th, Spencer's thought plays a central role in *Sid Meier's Civilization V: Brave New World's* narrative and game aesthetics. The aim of the dissertation is, above all, to discuss the postcolonial character of the video game in question and its ability to subversively question what can be seen as Britain's arrogant sovereignty over a militarily, economically and politically defenceless Portugal.

Índice

Introdução: o Jogo do “Eu” e do “Outro”	1
Capítulo: Representando Impérios	7
1.1. O Império no Século XIX e Inícios do Século XX: Evolucionismo e Degenerescência	7
1.1.1. O Decadentismo e a “Geração de 70”	12
1.1.2. A Era Vitoriana e o Espírito <i>Fin-de-Siècle</i>	14
1.2. A Representação do “Real”: Da Antiguidade Clássica à Ludologia	16
1.2.1. A Academia Platónica e o Pensamento Aristotélico	17
1.2.2. De George Berkeley ao Idealismo Alemão	19
1.2.3. Representação e Discurso	24
1.2.4. Simulacro e Simulação: Baudrillard e Frasca	26
Capítulo II: <i>The Clash of Civilizations</i>: Portugal versus Grã-Bretanha	30
2.1. Choques Culturais Anglo-Portugueses: do <i>Ultimatum</i> à 1ª República	30
2.1.1. <i>Lusitanian Belgium</i>: a Política Interna Portuguesa	30
2.1.2. John Bull: a Política Interna Britânica	33
2.1.3. Do <i>Scramble for Africa</i> ao 5 de Outubro: Relações Político-Diplomáticas Anglo-Portuguesas	35
2.2. Ecos Imperiais na Imprensa Portuguesa e Britânica	40
2.2.1. O <i>Ultimatum</i> Britânico	42
2.2.2. As Políticas de Tratados	45
2.2.3. A Guerra Anglo-Bóere	49
2.2.4. As Questões Diplomáticas	52
2.3. Construindo a Alteridade: Olhares do “Eu” sobre o “Outro”	58
Capítulo III: Da Ludologia ao Pós-Colonialismo	61
3.1. Introduzindo a Ludologia enquanto Área Académica de Investigação	61
3.2. <i>Sid Meier’s Civilization V: Brave New World</i>	64
3.2.1. Em Busca de um Método	66
3.2.2. Narrativa	67
3.2.3. Personagens	71
3.2.4. Objectivos e Estratégia	74

3.2.5. Regras Pré-Programadas <i>versus Input</i>	76
3.3. Perspectivas Pós-Coloniais: Pensar o Império Após a Segunda Guerra Mundial	77
Conclusão: Jogos Pós-Coloniais	81
Bibliografia	86
Anexos	101

Introdução: o Jogo do “Eu” e do “Outro”

One day Nasrudin saw a strange looking building at whose door a contemplative Yogi sat. The Mulla decided that he would learn something from this impressive figure, and started a conversation by asking him who and what he was (Shah, 1964:82-83).

As anedóticas aventuras de Mulla Nasrudin¹ (figura clássica e amplamente popular por todo o Médio Oriente) são representativas da problemática relação entre o “Eu” e o “Outro”, e da consequente construção identitária (Lindholm, 2001:3).

A preocupação com a identidade é, em larga medida, inerente à própria natureza humana. Como se pode observar pelo excerto do conto infantil *The Boy Without a Name* (2000), de Idries Shah, torna-se inconcebível imaginar (fora do universo da ficção científica ou de uma dimensão distópica) um indivíduo que não possua um nome, uma língua ou uma cultura que estabeleçam, de algum modo, uma distinção entre o “Eu” e o “Outro”. Não será, portanto, de espantar que o *Longman Dictionary of Contemporary English* defina identidade como “who someone is; someone’s name” (Procter, 1995:706).

Não obstante, a questão “Quem sou eu?” abarca uma variedade de níveis de complexidade, não sendo susceptível de resposta mediante a atribuição de um simples nome. A este propósito leia-se Charles Taylor: “My identity is defined by the commitments and identifications which provide the frame or horizon within which I can try to determine from case to case what is good, or valuable, or what ought to be done, or what I endorse or oppose” (Taylor, 1989:27). Assim, o “Eu”, ao perceber-se através de uma crença religiosa, de uma posição política ou como pertencente a uma nação, coloca-se, a si mesmo, num quadro que determina a sua visão sobre a diferença entre o bom e o mau, o admirável e o desprezível ou o valioso e o inútil.

A concepção do “Eu” encontra-se invariavelmente acompanhada pela ideia do “Outro”. À semelhança de termos dicotómicos, como luz/escuridão, o “Eu” apenas se pode afirmar como tal por existir um “Outro” que valida a sua existência. Desta forma, o sujeito resulta, em grande medida, do que o diferencia dos restantes Homens, sendo a identidade produto de um diálogo permanente entre o “Eu” e o “Outro”.

¹ Cf. Shah, 1964:63-110.

Contudo, a pluralidade faz-se acompanhar pela mesmidade, sendo ambas indissociáveis da condição humana. As (as)simetrias do Homem cooperam, assim, de modo interdependente, dando origem ao “Eu” e ao “Outro”. Atente-se, a este respeito, nas palavras de Hannah Arendt, em *The Human Condition*:

If men were not equal, they could neither understand each other and those who came before them nor plan for the future and foresee the needs of those who will come after them. If men were not distinct, each human being distinguished from any other who is, was, or will ever be, they would need neither speech nor action to make themselves understood. Signs and sounds to communicate immediate, identical needs and wants would be enough (Arendt, 1958:175-176).

Se a reflexão em torno do “Eu” subentende a teorização do “Outro” torna-se pertinente aludir à tendência marcadamente europeia, presente nos finais do século XVIII e ao longo do XIX, de inquirir, sob uma perspectiva antropológica, a respeito dos povos com os quais os poderes coloniais se foram cruzando, nomeadamente no continente africano. O fluxo de missionários, comerciantes e de outros colonos originou um diálogo permanente entre “Nós” (os civilizados) e “Eles” (os primitivos). Logo em 1799 fundou-se, em Paris, a *Société des Observateurs de l’Homme*, de onde saíram estudos como *Considérations sur les Méthodes à Suivre dans l’Observation des Puebles Sauvages* (1800), de Joseph-Marie Dégerando.

Tendo como objectivo último compreender as diferenças e as semelhanças entre o “Eu” e o “Outro”, o pensamento oitocentista encontra-se necessariamente ligado às teorias evolucionistas de Charles Darwin e de Herbert Spencer, bem como ao pensamento do advogado e antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan, defensor de uma evolução linear da humanidade:

The latest investigations respecting the early condition of the human race are tending to the conclusion that mankind commenced their career at the bottom of the scale and worked their way up from savagery to civilization (...). As it is undeniable that portions of the human family have existed in a state of savagery, other portions in a state of barbarism, and still other portions in a state of civilization, it seems equally so that these three distinct conditions are connected with each other in a natural as well as necessary sequence of progress (Morgan, 1877:3).

O excerto transcrito não só coloca em evidência a necessidade de validar a autoridade económica e política exercida pela Europa sobre os seus impérios coloniais, mas também expõe a crença iluminista no progresso da humanidade. Com efeito, no discurso de potências como a Inglaterra verifica-se a messiânica convicção de que o

Ocidente (o “Eu”) havia sido divinamente seleccionado para civilizar (através do comércio e do cristianismo²) os povos bárbaros e primitivos (o “Outro”):

Was it not meant that God had given us our commerce and our naval supremacy – that industry, that patience which had enabled us to subdue the earth wherever we had settled (...) our wealth, with our mutual trust in each other, that we might as the crowning work of all these blessings, be the instruments of spreading the truths of the Gospel from one end of the earth to the other? (Wilberforce, 1874:212-213).

Os olhares setecentista e oitocentista sobre o “Outro” revelam-se, assim, de cariz claramente colonial, e, subsequentemente, opressivo.

Com *Orientalism* (1978), de Edward Said, as narrativas a respeito do Oriente passariam a ser questionadas. A obra de Said, cujo impacte contribuiria para a fundamentação teórica dos Estudos Pós-Coloniais, teve em vista desconstruir o discurso Ocidental sobre o(s) seu(s) “Outro(s)”, institucionalizado (desde pelo menos o século XVIII) no âmago das sociedades europeias. Recorrendo a obras como *The Archaeology of Knowledge* (1969) e *Discipline and Punish* (1975), de Michel Foucault, Said demonstrou que as ficcionalizações europeias acerca do Oriente – presentes em obras literárias, livros de viagens, artigos jornalísticos, tratados políticos ou estudos de cariz académico e antropológico, entre outros – constituíram um meio através do qual o Ocidente dominou violentamente o(s) Outro(s):

Orientalism responded more to the culture that produced it than to its putative object, which was also produced by the West. Thus the history of Orientalism has both an internal consistency and a highly articulated set of relationships to the dominant culture surrounding it. (...) Thus there was (and is) a linguistic Orient, a Freudian Orient, a Spenglerian Orient, a Darwinian Orient, a racist Orient—and so on. Yet never has there been such a thing as a pure, or unconditional, Orient; similarly, never has there been a nonmaterial form of Orientalism, much less something so innocent as an “idea” of the Orient. (Said, 1978:22-23)

Neste contexto, e partindo de uma abordagem comparatista entre as culturas inglesa e portuguesa, a presente dissertação pretende explorar, antes de mais, as relações existentes entre ambos os países desde o *Ultimatum* (1890) à Implantação da República (1910). De modo a tentar trazer algo de novo, no âmbito das relações interculturais, sobre uma matéria, em certa medida, já estudada do ponto vista estritamente historiográfico, recorrer-se-á à análise da imprensa portuguesa e britânica. Assim, através do estudo do periodismo, pretende-se (re)construir uma imagem das relações conflituosas entre o “Eu” (o português, tido como periférico face a uma Grã-Bretanha

² Cf. Livingstone, 1865:19-21.

auto e hetero representada como prepotente) e o “Outro” (o britânico, que se posicionava a si mesmo como política, social e economicamente central face a um frágil e subserviente Portugal).

Esta investigação de cariz intercultural constituirá um exemplo paradigmático relativamente à análise do principal objecto de estudo da presente dissertação: o popular jogo de vídeo norte-americano *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* (2013). Inserida na ainda prematura área de investigação académica denominada de Ludologia³, a observação crítica do jogo em apreço pretende não só comprovar que os jogos de vídeo (por funcionarem mediante um sistema semiótico que tem na sua base a ideia de simulação) criam mundos verosímeis, mas também (e sobretudo) que a sua génese tem um cariz marcadamente pós-colonial. Esta perspectiva, oriunda justamente dos Estudos Pós-Coloniais, decorre da possibilidade oferecida ao jogador de (re)escrever a conflituosa relação entre o “Eu” e o “Outro”, transportando-o para a dimensão do simulacro e transmutando-o num supremo e transcendente criador.

Convirá, ainda, fazer referência à lógica evolucionista comum à imprensa (portuguesa e britânica) e ao jogo de vídeo sob observação. De facto, a tendência positivista e naturalista, que, desde o século XVIII, começara a invadir os meios intelectuais (e, portanto, da opinião pública) europeus, demonstrou-se responsável pela utilização, cada vez mais corrente, dos vocábulos dicotómicos evolucionismo/degenerescência. Para além disso, o jogo *Civilization V*, cujo objectivo último reside em fazer prevalecer (económica, política, cultural e militarmente) uma civilização sobre outra, afigura-se de carácter fundamentalmente spenceriano.

Tendo em consideração a complexidade do objecto de estudo da presente dissertação – o jogo de vídeo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* – considerou-se pertinente dividir o trabalho em três capítulos.

O capítulo 1, intitulado “Representando Impérios”, tem como objectivo problematizar, do ponto de vista teórico, duas áreas de investigação que lhe estão subjacentes: a noção de império no século XIX (associada aos conceitos de evolucionismo e degenerescência) e a ideia de representação. Relativamente ao primeiro, procurar-se-á traçar o desenvolvimento das teorias relativas ao evolucionismo

³ Conceito utilizado, pela primeira vez, no âmbito dos jogos de tabuleiro e, no início do presente milénio, por Gonzalo Frasca, a Ludologia tem vindo a adquirir um crescente impacto nos meios académicos, partindo-se do pressuposto de que os jogos têm relevância suficiente para se autonomizarem e se estabelecerem, enquanto área de investigação, mediante a criação de vocabulário, teorias, observações e questões de ordem ludológica.

e à subsequentemente concepção de degenerescência, no âmbito dos meios culturais luso-britânicos, conferindo-se particular ênfase à “Geração de 70” e ao espírito *fin-de-siècle*. O estudo das diversas correntes de pensamento que contribuíram para a evolução do conceito de representação incidirá em quatro momentos fundamentais: o conceito de *mimesis* na Antiguidade Clássica, o(s) idealismo(s) de Berkeley e de Schopenhauer, os trabalhos de Foucault e Stuart Hall sobre o discurso enquanto meio de representação e, finalmente, o conceito de simulação tal como foi entendido Baudrillard e Frasca.

O capítulo 2 – “*The Clash of Civilizations: Portugal versus Grã-Bretanha*” – será dedicado ao estudo das relações anglo-portuguesas desde o *Ultimatum* (1890) à implantação da República (1910). A investigação resultante da análise crítica das obras de cariz historiográfico será interligada com os artigos jornalísticos encontrados tanto na imprensa britânica como na portuguesa. Este segundo capítulo será subdividido em três pontos: “Choques Culturais Anglo-Portugueses: do *Ultimatum* à 1ª República”, “Ecos Imperiais na Imprensa Portuguesa e Britânica” e, ainda, “Construindo a Alteridade: Olhares do ‘Eu’ sobre o ‘Outro’”. Por seu turno, o primeiro subcapítulo será apresentado em três secções (“*Lusitanian Belgium*: a Política Interna Portuguesa”, “John Bull: a Política Interna Britânica” e “Do *Scramble for Africa* ao 5 de Outubro: Relações Político-Diplomáticas Anglo-Portuguesas”), enquanto o segundo será organizado em quatro (“O *Ultimatum* Britânico”, “As Políticas de Tratados”, “A Guerra Anglo-Bóere” e “As Questões Diplomáticas”).

O terceiro e último capítulo, denominado “Da Ludologia ao Pós-Colonialismo”, englobará reflexões em torno do conceito de Ludologia, bem como a aplicação prática de toda a argumentação teórica previamente apresentada, a que se acrescentará, ainda, a dimensão teórica dos Estudos Pós-Coloniais. Assim, este capítulo será subdividido em três. O primeiro, será dedicado à apresentação da Ludologia enquanto área de investigação científica relativamente recente, que, por essa razão, se enquadrará no âmbito das disciplinas (ditas) académicas e nos estudos sobre os jogos de vídeo *per se*. No segundo subcapítulo (“*Sid Meier’s Civilization V: Brave New World*”) adoptar-se-á uma conjugação das metodologias *Quantitative Content Analysis* e *Qualitative Discourse Analysis*, tendo em conta aspectos como a narrativa, as personagens, os objectivos, a estratégia e as regras pré-programadas *versus input*. Colocar-se-ão, assim, em confronto directo as nações que, de algum modo, interferiram com a aliança luso-britânica e as subsequentes disputas ocorridas entre 1890 e 1910, sublinhando-se o cariz evolucionista do jogo. Finalmente, no terceiro subcapítulo (“Perspectivas Pós-Coloniais: Pensar o

Império Após a Segunda Guerra Mundial”) estabelecer-se-á a relação almejada entre o estudo dos impérios português e britânico e o jogo de vídeo *Sid Meier’s Civilization V: Brave New World*. Traçar-se-á a passagem do colonialismo para o pós-colonialismo desde a emergência do conceito de nação, nos finais do século XVIII, até ao período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Mediante a estrutura apresentada, tentar-se-á encaminhar o leitor para a tese central da dissertação, ou seja, a defesa da presença de uma dialéctica pós-colonial no jogo de vídeo de estratégia *Sid Meier’s Civilization V: Brave New World*.

1. Representando Impérios

1.1. O Império no Século XIX e Inícios do Século XX: Evolucionismo e Degenerescência

O conceito de império remonta, como não podia deixar de ser, ao império romano. Como se pode observar pelo *Nouveau Dictionnaire Éthymologique est Historique* (1964), de Albert Dauzat, a palavra *empire* surge, por empréstimo, na língua francesa através do vocábulo latino *imperium*, tendo, mais tarde, sido introduzida no léxico inglês por meio do francês moderno. No caso luso, o conceito terá entrado no português por via erudita, no século XIV, sendo possível, ainda assim, encontrar a variante “empério” já no século XIII (Machado, 1977:272).

Tendo em atenção o contexto político, militar e sociocultural das últimas décadas do século XIX, aspecto que teremos ocasião de desenvolver mais adiante, não será de espantar que o termo aqui em análise tenha conhecido, no seio da sociedade vitoriana na década de setenta, mudanças substanciais, às quais não é alheio o desenvolvimento da ciência e, particularmente, do evolucionismo. O desassossego generalizado que se formou nos meios culturais europeus, após a publicação de obras como *Traité des Dégénères Cences Physiques, Intellectuelles et Morales de l'Espèce Humaine* (1857), de B. H. Morel (1809-1873), *Degeneration* (1892), de Max Nordau (1849-1923), ou, até, *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex* (1872), de Charles Darwin (1809-1882), constituiu um fenómeno de subjectivação da realidade histórica finissecular. As persistentes alusões ao declínio civilizacional romano, observáveis já no século XVIII, em *Considérations sur la Grandeur et la Décadence de l'Empire des Romains* (1734), de Charles-Louis de Secondat (1689-1755), barão de Montesquieu, e, ainda, nas ponderações teóricas de Edward Gibbon (1737-1794), em *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788), demonstram, por um lado, uma tendência para estabelecer uma ponte entre o decadente império romano e a civilização ocidental de oitocentos, e, por outro, que a ideia de império, ao longo da segunda metade do século XIX, era indissociável das dicotómicas noções de evolução/degenerescência.

Em meados do século XVIII, mediante a emergência de uma prática experimental, mecanicista e determinista, inspirada no heliocentrismo de Nicolaus Copernicus (1473-1543) e de Galileo Galilei (1564-1642), no princípio de gravitação

universal e nas três leis do movimento de Isaac Newton (1643-1727) e na concepção de nebulosa formulada por Pierre-Simon Laplace (1749-1827), os modos de conhecer e olhar para os seres vivos iriam ser alvo de transformações radicais (Gringas, Keating e Limoges, 1999:310). A doutrina da evolução biológica, que remonta ao período aristotélico⁴, tinha como principal desígnio conhecer e ordenar a natureza, e como fim último alcançar a perfeição, mediante o progresso evolutivo baseado no ideal iluminista.

O naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), motivado pelos estudos e observações setecentistas de Carl Linnaeus (1707-1778) e de Georges-Louis Leclerc (1707-1788), Conde de Buffon, fundaria a teoria (de cariz evolucionista) do transformismo. O estudo dos seres vivos, realizado posteriormente à análise botânica levada a cabo durante vinte anos, resultaria nas obras *Philosophie Zoologique* (1809) e *Histoire Naturelle des Animaux sans Vertèbres* (1815-1822). O transformismo lamarckiano postulava a capacidade de transformação das formas biológicas, como resposta, em primeiro lugar, a uma tendência da natureza para se desenvolver de acordo com agentes externos, e, em segundo, a uma adaptação ao meio ambiente. Neste sentido, a transformação e o desenvolvimento dos órgãos dos seres vivos ocorreriam em virtude das necessidades criadas pela contínua transmutação das condições ambientais.

Amplamente criticadas por Cuvier, um dos biólogos mais representativos do primeiro terço do século XIX, e cujo trabalho no campo da paleontologia é, ainda hoje, considerado notável, as ideias de Lamarck não encontraram de imediato um lugar no seio da comunidade científica da época. No entanto, as teorias evolucionistas que se lhes seguiram rapidamente se provaram influentes.

O crescente desenvolvimento da ciência constituiu um dos traços fundamentais da Grã-Bretanha oitocentista. Desde a Revolução Industrial, a ciência havia vindo a adquirir um papel cada vez mais proeminente em todas as esferas da sociedade britânica. A este propósito, convém mencionar a criação de diversas instituições, como a British Association for the Advancement of Science⁵, em 1831, que tinham como

⁴ Cf. Aristóteles, 2010:35-201.

⁵ A fundação da British Association, em 1831, e de diversas outras instituições de cariz científico no mesmo período, apenas foi possível devido às substanciais mudanças que haviam tido lugar na sociedade e no modo de estudar a ciência. A título de exemplo, atente-se em The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge, criada em 1660. Amplamente influenciados por Francis Bacon (1561-1626) e pela sua apologia da indução, doutrina desenvolvida em *Novum Organum* e *De Dignitate & Augmentis Scientiarum*, os estudos levados a cabo na Royal Society distinguiram-se pelo seu teor humanista. A investigação científica da British Association, por seu turno, inseriu-se no paradigma naturalista do século XIX, centrando-se, como tal, na observação dos seres vivos (Gaukroger, 2001:1-5).

finalidade conduzir investigação no âmbito da biologia, do electromagnetismo e da medicina, entre outras áreas de estudo (Furtado e Malafaia, 1992:26-27).

O empirismo britânico esteve na génese do utilitarismo e do positivismo, demonstrando-se responsável pelo desenvolvimento do pensamento científico da época, no qual se tornou notória a influência de teóricos como Francis Bacon, Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). Orientado pelo empirismo, o alucinante desenvolvimento da ciência contou com as reflexões de Charles Darwin e Herbert Spencer (1820-1903).

Charles Darwin sistematizou a teoria evolucionista após as suas incursões, entre 1831 e 1836, ao largo da costa sul-americana e pelo Oceano Índico. Largamente influenciado pelas ideias do seu avô, Erasmus Darwin (1731-1802), de Lamarck e sobretudo de Thomas Malthus (1766-1834), em *An Essay on the Principle of Population* (1798), Darwin acabaria por publicar a sua obra magna, *On the Origin of Species*, em 1859.

O processo de “selecção natural”, sustentado pelo autor, consistia na teoria de que um grupo de seres vivos detentor de um conjunto de características favoráveis à sua sobrevivência atingiria uma maior longevidade do que um outro agregado de seres, desprovido de tais especificidades (Furtado e Malafaia, 1992:28). Desta forma, a argumentação darwiniana tripartia-se em três vectores essenciais. O primeiro, a variação, implicava a existência de uma grande diversidade biológica, que explicava o facto de os seres vivos não serem idênticos. O seguinte, a selecção, defendia que nem todas as criaturas podiam reagir da mesma forma ao mesmo ambiente, pelo que enquanto algumas variedades iriam sobreviver, outras acabariam por se extinguir. Por fim, Darwin afirmava ainda (embora não logo na primeira edição de *On the Origin of Species*) o cariz hereditário das variações, o que possibilitava que os seres vivos herdassem as características dos seus progenitores.

As controversas conclusões de Darwin rapidamente puseram em causa (ainda que implicitamente) os alicerces da mentalidade vitoriana, não só representando um ponto de viragem nas ciências naturais, como também trazendo à tona problemáticas respeitantes às origens do Homem. De facto, a teoria darwiniana, questionando noções como as de sobrevivência e extinção, e afirmando a permanente luta pela existência, renegava ao ser humano a (até à segunda metade do século XVIII inexorável) crença na transcendência divina no acto de criação:

As species are produced and exterminated by slowly acting and still existing causes, and not by miraculous acts of creation and by catastrophes; and as the most important of all causes of organic change is one which is almost independent of altered and perhaps suddenly altered physical conditions, namely, the mutual relation of organism to organism, -- the improvement of one being entailing the improvement or the extermination of others (Darwin, 1859:358-359).

De entre os pensadores contemporâneos de Darwin, deve destacar-se Herbert Spencer. Resultante de uma conjugação da tradição da escola económica clássica inglesa – que contava com nomes como os de Adam Smith (1723-1790), John Stuart Mill (1806-1873) e David Ricardo (1772-1823) –, do evolucionismo lamarckiano e de Karl von Baer (1792-1876), e, ainda, do liberalismo político – que conduziria à doutrina denominada como darwinismo social –, o pensamento de Spencer daria origem a uma teoria evolucionista significativamente mais abrangente do que as já referidas. Efectivamente, o evolucionismo spenceriano (que se desenvolveu independentemente do de Darwin) visava, desde logo, unificar todo o saber e ordenar científica e filosoficamente a evolução do universo.

Actualmente considerado o pai da Sociologia, Spencer aderiu à corrente evolucionista relativamente cedo, tendo publicado artigos a esse respeito muito antes de Darwin ou até de Alfred Russel Wallace (1823-1913). A expressão, “the survival of the fittest”, por ele proferida em 1852, implica, em certa medida, que os sobreviventes são, efectivamente, os mais aptos: “having survived proves them fit to survive” (Beer, 1996:xix).

O evolucionismo de Spencer, tal como foi advogado nas suas obras, teve o seu início nos princípios de 1840. Amplamente fascinado pela geologia e paleontologia, Spencer, então um mero técnico de uma empresa ferroviária, terá lido *Principles of Geology*, de Charles Lyell (1797-1875). As referências de Lyell a Lamarck terão sido o catalisador responsável pelo profundo interesse de Spencer na ideia de evolução. Já em 1851, Spencer entrou em contacto com o biólogo e embriologista Karl von Baer e com a sua obra *Über die Entwicklungsgeschichte der Thiere* (1828-1837), na qual von Baer defendia que o desenvolvimento de um indivíduo era uma gradual passagem do homogéneo para o heterogéneo. Convirá, neste contexto, mencionar também o nome de Ernst Haeckel (1834-1919), discípulo de von Baer e contemporâneo de Spencer, que, na sua teoria da recapitulação, defendia que o desenvolvimento individual desde o embrião resumia a evolução da espécie desde os primeiros indivíduos a ela pertencentes.

Com a publicação de *First Principles*, em 1862, Spencer ergueria as fundações da sua teoria evolucionista, através da reunião das suas interpretações pessoais das teorias de Lamarck, von Baer, Lyell, Haeckel, entre outros. Ao longo da sua obra, o autor visa definir a evolução (embora não só) através de três vectores considerados fundamentais. Numa primeira fase, a evolução traduz-se na passagem de um estágio incoerente para um coerente, ou seja, na transição da desagregação para a coerência. Numa segunda fase, dá-se a passagem do uniforme e homogéneo para o variável e heterogéneo. Se, num estado primário da sua evolução, todos os organismos vivos consistem, na sua essência, em textura e composição química, ao longo do seu desenvolvimento irão surgir variedades bioquímicas, que, porventura, resultarão na complexa conjugação de tecidos e órgãos animais. Numa última etapa, o indefinido e indeterminado transmuta-se para o definido e determinado. Neste terceiro estágio, verifica-se a existência não só de uma heterogeneidade, mas também, e especialmente, de uma maior determinação de órgãos, funções, actividades e especialidades intrínsecas a cada ser vivo.

A lei da evolução orgânica, desenvolvida por Spencer, constitui um elemento inerente à lei da evolução, no seu sentido mais global. Depreende-se, assim, que o mesmo mecanismo evolutivo se aplica ao desenvolvimento do universo, do planeta Terra e de toda a vida animal e vegetal existente na sua superfície, bem como ao desenvolvimento da linguagem, do comércio, das manufacturas, dos governos, das sociedades e, portanto, das civilizações (Spencer, 1862:148-149). Neste quadro, o desenvolvimento social é determinado pela suprema lei da evolução biológica, através de um processo milenar de constante e universal adaptação.

O impacte das teorias sobre a evolução orgânica acima observadas, tanto na sociedade vitoriana como nos meios intelectuais portugueses, revelam-se do maior interesse para o presente trabalho. No caso inglês, verifica-se, nas obras de autores como Joseph Conrad (1857-1924) ou Robert Louis Stevenson (1850-1894), a existência de um permanente e neurótico receio de degeneração da raça britânica. O prenúncio de um declínio económico-militar experienciado ao longo da guerra anglo-bóere, a par do espírito de *fin-de-siècle* ensombraram e definiram a mentalidade britânica nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX.

Portugal, por sua vez, acreditava demonstrar, desde o final da Guerra Peninsular, sinais sintomatológicos de degenerescência. A grave crise política e económica que assolou o país, culminando, em 1891, na bancarrota, originou uma riquíssima produção

literária. A “Geração de 70”, que contou com nomes como Eça de Queirós (1845-1900) e Antero de Quental (1842-1891), de cujo labor resultaram as Conferências Democráticas do Casino, em 1871, constituiu, porventura, o exemplo mais elucidativo de um movimento que apelava à regeneração messiânica da nação lusa.

1.1.1. O Decadentismo e a “Geração de 70”⁶

O termo decadência, proveniente da palavra latina *decadentia*, tem, na sua génese, a noção de uma queda acelerada e irremediável. O conceito de decadentismo estabelece, assim, uma polaridade bipartida entre dois estádios de evolução, os de retrocesso e de progresso (Pires, 1980:17-19). Como tal, entrar em decadência identifica-se com a última fase de uma trajectória ascendente em direcção ao progresso, que, ao atingir o seu auge, carece dos meios necessários para se manter no pico evolutivo, acabando, invariavelmente, por cair em declínio.

No panorama português, verifica-se a existência de um movimento cultural e literário, a “Geração de 70”, que, tendo herdado as preocupações já presentes nos escritos de Alexandre Herculano (1810-1877), interrogou e problematizou a identidade nacional portuguesa. A geração dos “Vencidos da Vida”, definida por António Machado Pires (1942) como “um grupo com capacidade de liderar a sociedade e representar os seus rumos culturais mais relevantes” (1980:34), seguiria a linha teórica positivista, vigente na Europa no final do século XIX.

Convém, antes de mais, atentar, por um lado, na recepção de Darwin em Portugal, e, por outro, no impacte spenceriano nos centros intelectuais lusos. No caso do autor de *On the Origin of Species by Means of Natural Selection* (1859) e de *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex* (1871), as suas teses evolucionistas depararam-se, no domínio das ciências naturais, com uma clara dificuldade de implantação. Como se lê em “O Darwinismo em Portugal” (1985), de Germano da Fonseca Sacarrão,

⁶ Embora o presente estudo se cinja ao período que se estende de 1890 a 1910, os fenómenos ocorridos antes da última década de oitocentos revelam-se essenciais para que possamos compreender, em toda a sua extensão, as posteriores tensões culturais ocorridas na nação lusa. Efectivamente, o espírito da “Geração de 70” disseminar-se-ia pelas diversas franjas do pensamento português finissecular, sendo possível, até, identificar resquícios do movimento literário em questão ao largo das primeiras décadas do século XX. O caso mais elucidativo foi o de Ramalho Ortigão (1836-1915), que, tendo morrido apenas em 1915, manifestaria, na sua extensa obra, uma consciência de geração e um espírito decadentista marcadamente característicos da “Geração de 70” (Pires, 1980:42-45).

em Portugal nunca se deu importância à realidade fundamental da evolução biológica, nunca se tomou a sério o facto de que nada em biologia faz sentido a não ser à luz da história evolutiva, de uma problemática de mudança e de adaptação (Sacarrão, 1985:10).

No entanto, e ainda que a primeira tradução das obras darwinianas, para a língua portuguesa, tenha sido de *The Descent of Man*, em 1910⁷, não devem ser descuradas as tendências francófonas da elite intelectual portuguesa da época. As primeiras traduções francesas dos escritos darwinianos de 1859 e de 1871 surgiram, respectivamente, em 1862 e 1872, verificando-se, nos textos de Teófilo Braga (1843-1924) e Oliveira Martins (1845-1894), uma clara assimilação da revolução darwiniana (Pereira, 2001:75-76).

Por seu turno, Herbert Spencer conheceu, no Portugal da segunda metade do século XIX, uma projecção em larga medida superior à de Darwin. A respeitabilidade adquirida pelo filósofo durante a centúria de oitocentos, aliada ao facto de Spencer ser considerado, na época em questão, como uma das figuras máximas do positivismo e evolucionismo, garantiram-lhe um papel cimeiro nas escolas de pensamento portuguesas das últimas décadas do século. Observe-se, a propósito, o seguinte passo:

Figuras como Teófilo Braga, Faria e Maia, Basílio Teles, José Frederico Laranjo, Augusto Filipe Simões, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel, Feio Terenas, José Augusto Coelho, Oliveira Ramos, Adolfo Lima, Teixeira Bastos, Ribeiro Coelho, Silva Cordeiro, Gastão Mesnier, Afonso Vargas e ainda José Pessanha e Moniz Barreto, entre outros, foram particularmente receptivos ao pensador britânico, escrevendo sobre ele, e mostrando, em certos casos, um conhecimento surpreendentemente profundo da sua obra (Furtado e Terenas, 2005:110).

Através da literatura, a geração de Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro (1850-1923) iria desenvolver um claro discurso evolucionista de cariz fundamentalmente spenceriano. A este respeito, tome-se em consideração as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos” (1871), de Antero de Quental. O texto, uma referência incontornável da cultura portuguesa moderna, alude à já mencionada propensão europeia para estabelecer uma analogia entre a queda do império romano e a o declínio da civilização ocidental. A este propósito, leia-se o seguinte:

Meus senhores: há 1800 anos apresentava o mundo romano um singular espectáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía, mas que, no seu aluir-se, se debatia, lutava,

⁷ Deverá ser enfatizada a importância da opção de traduzir, em primeiro lugar, a obra de Darwin de 1871, que adoptou, por meio de Oldemiro Cesar, o título de *A Origem do Homem. A Selecção Natural e a Sexual* (1910), e, somente três anos mais tarde, a de 1859, cuja tradução – *Origem das Espécies* (1813) – se ficou a dever ao engenho de Joaquim Dá Mesquita Paúl (Pereira, 2001:75-76).

perseguiu, para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão (Quental, 1871:95).

Seguindo a teorização de Antero, Oliveira Martins publicaria, em 1879, a sua *História da Civilização Ibérica*. A inexorável crença no declínio da civilização ibérica, cujo início remontaria ao século XVI, data que marca a passagem do pico evolutivo ibérico para o fatídico definhamento civilizacional, torna-se um indicador de uma lógica orgânica. Profundamente influenciado pela doutrina naturalista e biológica, Oliveira Martins refere-se às nações portuguesa e espanhola como se se tratassem de seres vivos, que, após terem atingido a época áurea da sua virilidade, se deparam com a inevitabilidade da morte.

A consciência do declínio da nação, comum a Eça de Queirós, em, por exemplo, *O Crime do Padre Amaro* (1875), e a Teófilo Braga, ainda que numa variante republicana, iria definir os grandes pensadores das últimas décadas oitocentistas. No entanto, o sentimento de *fin-de-siècle* e a sensação de viver numa época terminal agravar-se-iam com o desditoso *Ultimatum* enviado pela temível Grã-Bretanha.

1.1.2. A Era Vitoriana e o Espírito *Fin-de-Siècle*

Após a derrota napoleónica, em 1815, assistiu-se à vertiginosa ascensão de Inglaterra, nos quadros político-económico e militar, a qual se elevou ao estatuto de primeira potência mundial. No decorrer dos anos que demarcam o reinado da Rainha Victoria (1837-1901), época denominada de “era vitoriana”, os britânicos seriam confrontados com as tensões sociais decorrentes da industrialização, do desenvolvimento da ciência e da alucinante urbanização.

Ainda que detentora de uma invejável estabilidade e ordem social, a era vitoriana caracterizou-se por dramáticos desfasamentos entre as classes sociais privilegiadas e os grupos populacionais mais desfavorecidos, que se estenderam, aliás, para além dos limites temporais do reinado da Rainha Victoria. De facto, o período eduardiano (1901-1910) e, até, os primeiros anos do reinado de George V (1910-1936) reúnem características semelhantes às do tempo da Monarca.

Uma das constantes presentes durante os largos anos em que se situa a época em apreço é, sem dúvida, a crescente importância da ciência. Como já atrás se apontou, o célere desenvolvimento das teorias científicas constituiu um factor decisivo em todas as esferas da sociedade britânica oitocentista. O impacto imediato e irreversível que a

ciência e particularmente o evolucionismo adquiriram, nos últimos decénios de oitocentos, iria alterar radicalmente o modo de pensar, a competitividade económica e as relações entre os indivíduos. Com efeito, Spencer, em 1850, não hesitou em equiparar o processo da “sobrevivência do mais apto” à dinâmica socioeconómica:

The poverty of the incapable, the distresses that came upon the imprudent, the starvation of the idle, and those shouldering aside of the weak by the strong, which leave so many ‘in shallows and in miseries’, are the decrees of a large, far-seeing benevolence (Spencer, 1850:323).

A concepção da sociedade como um organismo biológico em evolução cristalizava uma já altamente ordenada hierarquia social. Os subsequentes individualismo, chauvinismo e racismo não só funcionaram como um mecanismo de justificação das políticas beligerantes britânicas, como também definiram o carácter do inglês do final do século XIX e inícios da centúria de XX.

Deparando-se, subitamente, com mudanças radicais nos modos de pensar e agir, os vitorianos viram instalar-se no seu núcleo social um equilíbrio instável⁸. De facto, as posições antagónicas que se fizeram sentir neste período são indicadoras do advento da modernidade: “defesa da liberdade e exploração do indivíduo, defesa do casamento e elevada taxa de prostituição, apologia da educação e emprego de mão-de-obra infantil, agnosticismo e desejo de acreditar” (Furtado e Malafaia, 1992:13).

Se, no quadro político-cultural inglês, é possível detectar avanços científicos extraordinários e reformas democráticas, verifica-se adicionalmente um decréscimo do poderio britânico, face às emergentes nações alemã e norte-americana. A fase declinante experienciada por Inglaterra na última década do século XIX agravar-se-ia ao longo da guerra anglo-bóere e prolongar-se-ia até à Primeira Guerra Mundial.

A disrupção dos valores vitorianos, o apogeu do paradigma evolucionista, o declínio da hegemonia britânica e, ainda, a propensão europeia para problematizar a degenerescência resultariam num manifesto sentimento de *fin-de-siècle*. O histerismo de Nordau, presente em *Degeneration* (1892), ecoaria pela Grã-Bretanha, como, de resto, por quase toda a Europa: “dusk of nations, in which all suns and all stars are gradually waning, and mankind with all its institutions and creations is persisting in the midst of a dying world” (Nordau, 1892:1). As neuróticas fantasias decadentistas, presentes em obras como *Heart of Darkness* (1899), de Joseph Conrad, aliadas à dificuldade em

⁸ Cf. Furtado e Malafaia, 1992:12-13.

recrutar homens saudáveis para combater na guerra anglo-bóere, iriam assombrar o imaginário inglês.

Deste modo, deparamo-nos com um denominador comum, nos vinte anos compreendidos entre 1890 e 1910, não só a Portugal e a Inglaterra, mas também a toda a comunidade intelectual europeia. Neste período, pensar o império apresenta-se como algo indissociável do conceito de degenerescência. Curiosamente, se, no caso português, há uma clara consciência de um declínio efectivo da já moribunda nação lusa, no âmbito britânico verifica-se a existência de um fantasioso temor de decadência.

1.2. A Representação do “Real”: Da Antiguidade Clássica à Ludologia

De modo a compreender os meios através dos quais os impérios português e britânico, ao longo do século XIX, se auto e hetero representaram, e de que forma o jogo de vídeo em análise procede a uma desconstrução dessas mesmas representações, torna-se fundamental atentar nas diversas teorias relativas à representação do “real”. Não obstante, a noção de representação é tão abrangente como o conceito de cultura. Não sendo possível sistematizar o que se entende por representação numa mera definição, no presente subcapítulo propomo-nos apenas analisar, de forma sumária, um pequeno conjunto das múltiplas e variadíssimas acepções do termo em apreço.

Mediante a observação das doutrinas desenvolvidas pelos grandes pensadores da civilização ocidental, torna-se possível delinear um percurso da evolução do pensamento do Ocidente a respeito do que significa (ou não) representar. De modo a facilitar a compreensão do leitor, optámos, por um lado, por dividir os conteúdos aqui discutidos em quatro vertentes que nos pareceram mais relevantes, e, por outro, por seguir uma ordem cronológica.

Assim, e em primeiro lugar, analisar-se-ão as reflexões platónicas e aristotélicas, consideradas fulcrais para o entendimento de todos os outros teóricos que se lhes seguiram. Neste ponto, conferir-se-á particular enfoque ao conceito de *mimesis*, tal como foi apresentado nas obras *República* e *Poética*.

Em segundo lugar, debruçar-nos-emos nos trabalhos *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge* (1710) e *Three Dialogues between Hylas and Philonous* (1713), de George Berkeley, e *The World as Will and Representation* (1818),

de Arthur Schopenhauer. Ainda que, no longo espectro da história da filosofia, seja possível encontrar teorias relativas à ideia de representação anteriores às de Berkeley e Schopenhauer, considerámos estes autores particularmente relevantes para o presente trabalho, não só por terem sido amplamente influenciados pela Antiguidade Clássica, mas também pelo impacte exercido nos meios intelectuais coevos.

De seguida, centrar-nos-emos nas considerações foucaultianas respeitantes ao discurso enquanto motor e veículo da produção de poder e conhecimento, aliadas às noções de *encoding* e *decoding* de Stuart Hall, as quais se revelam da maior importância na análise da imprensa periódica. Tendo em conta a dispersão dos conceitos de Foucault pela sua extensa obra, e sob pena de apresentarmos uma visão redutora das teorias do filósofo francês, não nos pareceu viável cingir-nos a um único livro, pelo que serão feitas múltiplas referências a variadíssimos escritos do autor. No caso de Stuart Hall, pelo contrário, basear-nos-emos sobretudo no ensaio “Encoding and Decoding in the Television Discourse”, publicado em *CCCS Stencilled Paper*, Nº 7, em 1973.

Em último lugar, serão analisados o tratado filosófico *Simulacra and Simulation* (1981), de Jean Baudrillard, e “Simulation and Narrative: Introduction to Ludology” (2003), de Gonzalo Frasca. Neste quarto momento pretende-se analisar a passagem da representação para a simulação, e, desta forma, para os jogos de vídeo.

Antes de avançarmos para o estudo do pensamento dos autores acima mencionados, deve recordar-se que não temos em vista, de maneira alguma, escrutinar, no seu todo, as teorias por eles elaboradas, uma vez que a doutrina de apenas um dos pensadores seria suficiente para escrever uma extensa problematização teórica não compatível com as limitações de ordem espaço-temporal impostas para a realização do presente trabalho. Tendo como objectivo último analisar a noção de representação, o presente subcapítulo descurará, em larga medida, quaisquer conjecturas filosóficas que não estejam directamente relacionadas com o tema em debate.

1.2.1. A Academia Platónica e o Pensamento Aristotélico

A Antiguidade Clássica é, em larga medida, o berço dos fundamentos do pensamento e da ciência ocidentais. O período inicial, cronologicamente situado em meados do século V a.C., correspondeu, no âmbito económico e político-social, a uma fase de crise. No entanto, a vitória nas Guerras Persas (492-449 a.C.), após as sucessivas

invasões do império de Ciro na Grécia continental e insular, centralizou Atenas no plano político-cultural.

Sócrates (470-399 a.C.) viveria e difundiria os seus ensinamentos ao longo de uma época de declínio do império grego. Acusado de impiedade e de ambicionar substituir os antigos deuses, seria condenado a beber a cicuta, em 399 a.C. (Mora, 1978:454). Todavia, ao longo da sua vida reuniria diversos discípulos, de entre os quais se contam Xenofonte, Euclides e, obviamente, Platão.

Aristocles, verdadeiro nome de Platão (429-347 a.C.), nascido no seio de uma família aristocrática, seria amplamente influenciado por Sócrates. Juntamente com Aristóteles, seu discípulo durante vinte anos, o fundador da Academia Platónica desenvolveria os seus escritos ao longo da era de maior acentuação do irreversível declínio do poderio grego. Apesar da posterior conquista da Grécia por Alexandre Magno (filho de Filipe II da Macedónia), os paradigmas platónicos e aristotélicos permaneceram, até aos dias de hoje, como pedra angular de toda a filosofia ocidental (Johansen, 1998:1).

De entre os variadíssimos escritos de Platão salientamos a *República*, cuja data de composição é incerta. A obra, situada pelos especialistas numa fase de maturidade do autor, caracteriza-se pelo diálogo narrado, não expressando directamente uma dimensão dramática (Rocha Pereira, 1949:v). Os Livros III e X, conduzidos pela voz de Sócrates, revelam-se de especial interesse, pois fundam o que viria a ser um multissecular debate em torno da noção de *mimesis*.

O conceito em questão, central no âmbito da crítica platónica à poesia, pintura e música, e geralmente traduzido por imitação, tem em vista descrever a representação, por parte de um indivíduo, da realidade. Logo no Livro III, Platão esclarece o que entende por *mimesis*, definindo o conceito como “tornar-se semelhante a alguém na voz e na aparência” (III.393c5-6). Consequentemente, quem imita, por pretender assemelhar-se a outrem, como se fosse, de facto, esse outro, é simultaneamente um imitador e um criador de sons e de formas.

Platão rejeita as artes miméticas mediante a defesa de que a *mimesis* de um objecto apenas imita o *eidos*⁹ do trabalho do artesão, que, por sua vez, reproduz o acto

⁹ Termo de origem grega utilizado maioritariamente por Platão, Aristóteles e Husserl, como vocábulo de natureza técnica, *eidos* têm múltiplos significados. Relacionado, no pensamento platónico, com “ideia”, e, nos escritos aristotélicos, com “forma”, foi mais tarde adoptado por Husserl, o qual emprega o conceito de modo a “indicar a essência que se torna evidente mediante a redução fenomenológica” (Abbagnano, 1992:308).

criador dos deuses, encontrando-se, assim, a *mimesis* a três passos da realidade. Desta forma, o filósofo grego reage contra a possibilidade de substituir a realidade pela ilusão, através do processo mencionado.

Aristóteles (384-322 a.C.), cuja vida se manteve estritamente ligada à da família real da Macedónia, apenas com cerca de dezassete anos viria a estudar na Academia fundada por Platão, em Atenas, onde reflectiria sobre o mecanismo mimético. Central à estética literária aristotélica, o conceito de *mimesis* é-nos introduzido logo no primeiro capítulo da *Poética*. Todavia, Aristóteles afasta-se do seu mestre nesta matéria, pois o termo identifica-se aqui com a ideia de uma necessidade congénita de imitar, nomeadamente no âmbito da reflexão em torno do entendimento da produção literária entendida como uma obra de arte (Johansen, 1998:406). A posterior esquematização dos diversos meios através dos quais a *mimesis* actua e a resultante discussão gerada em torno da tragédia evidenciam o desfasamento entre as concepções platónica e aristotélica do termo em análise.

1.2.2. De George Berkeley ao Idealismo¹⁰ Alemão

Com origem na centúria de setecentos, o termo Iluminismo foi, sobretudo, um fenómeno europeu que, nas suas múltiplas traduções – *Lumières*, *Aufklärung* e/ou *Enlightenment* –, se estendeu da Escócia até Nápoles. Em 1784, época áurea do Iluminismo, Immanuel Kant (1724-1804) escrevia o seguinte:

Enlightenment is man's emergence from his self-incurred immaturity. Immaturity is the inability to use one's own understanding without the guidance of another. This immaturity is self-incurred if its cause is not lack of understanding, but lack of resolution and courage to use it without the guidance of another. The motto of enlightenment is therefore: Sapere aude! Have courage to use your own understanding! (Kant, 1784:1).

O movimento Iluminista (ou a era das Luzes) nasceu das variadíssimas revoluções científicas dos séculos XVII e XVIII, do pensamento racionalista e dedutivo de Descartes, dos trabalhos de William Gilbert (1544-1603) e Francis Bacon, da

¹⁰ De um modo geral, o idealismo pode ser definido como qualquer doutrina defensora de que a natureza da realidade reside na mente humana. Muito abrangente, o idealismo torna-se extremamente multifacetado, dividindo-se no idealismo de Leibniz, de Berkeley, no idealismo transcendental e, ainda, no idealismo absoluto. Opondo-se à crença mecanicista e naturalista de que a mente pode ser entendida como produto de um conjunto de processos naturais, o idealismo berkeleiano, por exemplo, caracteriza-se por uma perspectiva não materialista do mundo, defendendo que apenas existe o que é passível de ser percebido (Blackburn, 1994:215).

metodologia científica proposta por Galileu e Newton e, ainda, da filosofia de Locke (de quem destacamos as obras *An Essay Concerning Human Understanding*, de 1689, e *Two Treatises of Government*, publicada em 1689).

Um das mais distintas personalidades do Iluminismo inglês, John Locke, foi enaltecido por figuras como Denis Diderot (1713-1784) e François-Marie d'Arouet (1694–1778), mais conhecido por Voltaire. O seu pensamento, profundamente influenciado por Robert Boyle (1627-1691) e Thomas Sydenham (1624-1689), assentava na concepção de que as ideias do Homem, a respeito da natureza e das verdades morais, ao invés inatas ou divinamente concedidas, eram, na realidade, respostas humanas de ordem empírica e racional (Yolton, 1991:2).

Nas suas obras Locke desenvolveria as suas reflexões a respeito do empirismo. Mediante a rejeição do dogmatismo do até então imperante paradigma das ideias inatas, o pensador inglês defendeu que a mente humana, através da experiência, elabora noções e princípios. Ao afirmar que o espírito constrói o conhecimento, Locke defendia que a experiência, dividida em sensação externa e reflexão interna, constituía o principal motor do saber. Este esquema bipolarizado criava uma clara distinção entre o volume, a forma e o movimento de um objecto (sensação externa), e a cor, o som, o paladar, o odor e o tacto (reflexão interna) de um mesmo corpo físico.

Em virtude de toda a matéria ser detentora de características secundárias, apenas existentes na mente do indivíduo, o Homem estaria perpetuamente condicionado a ter somente consciência das suas ideias. Como tal, a percepção (ou, recorrendo à terminologia de Locke, as ideias do sujeito) representa e assemelha-se aos objectos do mundo físico, não deixando de constituir, também, um agente mediador entre o observador e o mundo observado.

As concepções mecanicista e determinista vigentes no século XVII iriam dificultar o entendimento do modo através do qual o universo espiritual (ou imaterial), como a alma, se relacionava com o universo físico. De facto, emergiu uma crescente impossibilidade de compreender a interacção entre as substâncias materiais e as incorpóreas.

Na sequência de Locke, Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) publicaria, em 1765, *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Bastará atentar no prefácio do filósofo e matemático alemão, nascido em Leipzig, para compreender o paralelismo entre o trabalho de Leibniz e o escrito lockeano *An Essay Concerning Human Understanding*: “sendo o *Ensaio sobre o Entendimento*, escrito por um Inglês ilustre,

uma das obras mais belas e estimadas do nosso tempo, tomei a resolução de lhe fazer um conjunto de notas” (Leibniz, 1765:25).

Cumprido, desde logo, apontar o confronto estabelecido pelos *Novos Ensaios* de Leibniz entre as teorias empiristas e racionalistas¹¹. Recorrendo à multiseccular expressão latina *nihil in intellectu nisi prius in sensu*, descrita, pelo *Oxford Dictionary of Philosophy*, como o princípio central da filosofia empirista, Leibniz acrescenta-lhe *nisi intellectus ipse* (Blackburn, 1994:252). De facto, o entendimento, ao ser, para Leibniz, uma fonte de conhecimento, pressupõe não só uma determinação interna, mas também um inatismo das ideias. Assim sendo, a ideia, ao contrário de uma imagem impressa na *tabula rasa*, o cérebro humano (tal como era concebida pelo empirismo), transmuta-se em algo mental. Leia-se, a este respeito, a seguinte transcrição:

a reflexão não é outra coisa senão uma atenção àquilo que está em nós e os sentidos não nos dão o que já trazemos connosco. (...) pode negar-se que há muito de inato ao nosso espírito, uma vez que nós somos inatos, por assim dizer, a nós próprios e que há em nós próprios: Ser, Unidade (...) e mil outros objectos das nossas ideias intelectuais? E, sendo esses objectos imediatos ao nosso entendimento e sempre presentes (...), porque espantar-se por nós dizermos que essas ideias nos são inatas com tudo o que delas depende? Eu servi-me também da comparação (...) daquilo que em linguagem filosófica se chama *tabula rasa*. Com efeito, se a alma se assemelhasse a essas tabuinhas vazias, as verdades estariam em nós como a figura de Hércules está numa peça de mármore, quando esse mármore é completamente indiferente a receber esta figura ou qualquer outra. Mas, se houvesse na pedra nervuras que marcassem a figura de Hércules de preferência a outras figuras, essa pedra estaria mais determinada a isso e Hércules estaria aí como inato de alguma maneira (...). E é assim que as ideias e as verdades nos são inatas, como inclinações, disposições, hábitos ou virtualidades naturais (Leibniz, 1765:28).

Neste contexto, e em resposta tanto a Locke como a Leibniz, George Berkeley (1685-1753) publicaria as obras *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge* (1710) e *Three Dialogues between Hylas and Philonous* (1713), nas quais, sob a influência do idealismo, atacaria o ceticismo, o ateísmo e a irreligiosidade. A primeira obra foi considerada excêntrica e, em larga medida, peculiar. Na segunda, Berkeley atacou de forma veemente o pensamento científico coevo, nomeadamente o de Newton e Locke, tentando desacreditar e contradizer as bases da filosofia setecentista. Nesta obra, Berkeley adoptou uma estratégia platónica, ao criar um debate entre duas

¹¹ O racionalismo pode ser definido, de um modo geral, como qualquer filosofia que privilegie a razão em detrimento da experiência na aquisição de conhecimento. Remontando à escola de pensamento eleática e platónica, o racionalismo teve um papel fundamental ao longo do século XVII, muito graças ao engenho de personalidades como Descartes, Leibniz e Baruch Spinoza (1632-1677).

personagens, Hylas e Philonous, para defender as verdades absolutas e dogmáticas da cristandade. Ilustrada

Partindo da assunção de que a matéria só existe a partir do momento em que é percebida – “*esse is percipi*” (Berkeley, 1710:13) –, o autor desloca o enfoque na materialidade para a percepção do material. Para Berkeley, Deus tornava cognoscível ao espírito do indivíduo as ideias que detinha em Si desde toda a eternidade, não criando qualquer dimensão material e independente da mente que possibilitaria a experiência. Assim, deixando de existir mediadores para o entendimento das coisas que rodeiam o Homem, como resultado da expugnação do físico e corpóreo, a ideia da matéria transmutar-se-ia na matéria em si. Deste modo, rejeitava-se à mente a função de representar os objectos com os quais tinha contacto. Na verdade, cada objecto observado seria o efeito imediato da vontade divina, a subjectividade seria abolida e a natureza ficaria subjugada à compreensão humana:

Hylas. I have been a long time distrusting my senses; me thought I saw things by a dim light, and through false glasses. Now the glasses are removed, and a new light breaks in upon my understanding. I am clearly convinced that I see things in their native forms; and am no longer in pain about their unknown natures or absolute existence (Berkeley, 1713:208)

Note-se o conflito directo que se estabelece entre os escritos de Berkeley e a obra baconiana *Novum Organum* (1620), a respeito da importância da desconfiança dos sentidos. *Novum Organum*, ou *New Organon*, insere-se no meio intelectual britânico do século XVII, que, por um lado, derivava de William Gilbert e de William Harvey (1578-1657), e, por outro, estaria, mais tarde, na génese das experimentações (que resultariam na invenção da bomba de ar) de Robert Boyle e de Robert Hooke (1635-1703). O texto, que toma de empréstimo o título da obra aristotélica *Organon*, foca-se, entre outros aspectos, na experimentação e na experiência como mecanismos auxiliares dos sentidos:

For the senses often deceive (...). The senses are defective in two ways: they may fail us altogether or they may deceive. First, there are many things which escape the senses even when they are healthy and quite unimpeded; either because of the rarity of the whole body or by the extremely small size of its parts, or by distance, or by its slowness or speed, or because the object is too familiar, or for other reasons. And even when the senses do grasp an object, their apprehensions of it are not always reliable. (...) it is a very great error to assert that the senses are the measure of things. So to meet these defects, we have sought and gathered from every side, with great and faithful devotion, assistants to the senses, so as to provide substitutes in the case of total failure and correction in the case of distortion. We do this not so much with instruments as with

experiments. For the subtlety of experiments is far greater than that of the senses themselves even when assisted by carefully designed instruments (Bacon, 1620:17-18).

Em 1781, data da publicação da amplamente influente obra *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, a filosofia alemã iria conhecer o seu auge, passando a dominar o pensamento europeu. O idealismo transcendental de Kant, largamente influenciado por Leibniz, Locke e Hume, tem a sua génese na busca iluminista por verdades incontestáveis e absolutas. Kant defendia que os objectos apenas possuem características como o volume e a forma por a mente humana estar estruturada de modo a visualizá-los e a impor-lhes tais especificidades. Assim, o idealismo alemão herdaria os pressupostos da filosofia kantiana, que havia intentado desenvolver “um vasto sistema de filosofia, rigorosamente homogéneo, baseado em fundamentos últimos e irrefutáveis” (Hartmann, 1960:10).

Neste panorama, Arthur Schopenhauer (1788-1860) iria desenvolver os seus escritos, explicitamente apoiados nos trabalhos de Kant e Platão. A sua obra *The World as Will and Representation* (1818), estendendo-se por mais de setecentas páginas, tinha como objectivo último reflectir sobre a essência da cognição ou do conhecimento da realidade, bem como da natureza da existência humana e de todas as criaturas (animadas ou não) no mundo. *The World as Will and Representation* abre, como não podia deixar de ser, com “the world is my representation” (Schopenhauer, 1818:3). O conceito de representação, *Vorstellung*, utilizado pelo autor de forma semelhante ao modo que tinha sido anteriormente empregue por Kant, identificava-se com tudo o que a mente consciencializa mediante a experiência, o conhecimento e/ou a cognição.

Neste quadro, a relação que se estabelece entre sujeito e objecto, a fundação do idealismo transcendental de Schopenhauer (Hamlyn, 1980:54), torna-se fundamental à compreensão da parte da doutrina do filósofo que nos interessa aqui estudar:

Therefore no truth is more certain, more independent of all others, and less in need of proof than this, namely that everything that exists for knowledge, and hence the whole of this world is only object in relation to the subject, perception of the perceiver, in a word, representation (Schopenhauer, 1818:3).

Similarmente ao que Berkeley havia proposto, o sujeito e o objecto, dois peões indissociáveis no jogo da representação, estabelecem uma dialéctica que gira em torno da premissa de que a matéria existe apenas enquanto houver um sujeito que a observe e compreenda. Contudo, e enveredando por uma trajectória oposta à do filósofo britânico,

acaso o objecto se dissipe, deixará de haver algo para representar, pelo que a existência do sujeito, adquirindo uma dimensão niilista, perderá todo o seu propósito.

1.2.3. Representação e Discurso

Na contemporaneidade, Michel Foucault destaca-se pelo trabalho notável desenvolvido enquanto filósofo e historiador. Defendendo que as relações sociais constituem um dos principais motores do exercício do poder e do controlo político, e relacionando-as com acto de representar, Foucault, em *Madness and Civilization* (1961) aborda dois conceitos centrais da sua doutrina: discurso e poder.

Tendo (re)definido, nomeadamente em *The Order of Things* (1966) e *The Archaeology of Knowledge* (1969), os conceitos de discurso, poder e conhecimento, no âmbito da História das Ideias, Foucault (re)interpretou a forma de olhar para o discurso. Assim, mediante a sua perspectiva crítica, o termo discurso, ao invés de significar linguagem ou interacção social, tal como havia sido entendido pelos formalistas russos, coloca em evidência o facto de o conhecimento se encontrar duplamente condicionado pelo respectivo contexto histórico e pelos modos de controlo social.

Deste modo, de acordo com o filósofo francês, tudo o que é escrito, dito ou pensado fica restringido ao quadro historiográfico no qual se insere, pelo que o discurso adquire uma dimensão intrinsecamente histórica, relativista e plural (McHoul e Grace, 1993:33). Afastando-se da dimensão absolutista que lhe havia sido conferida pelo Iluminismo, a verdade transmuta-se no que pode ser escrito, dito ou pensado numa determinada circunstância histórica. Consequentemente, o mundo (e a consciência que cada indivíduo dele possui) é o resultado das representações que, consciente ou inconscientemente, são edificadas a seu respeito.

Todavia, o discurso, para além de constituir uma forma de representação, é também um conjunto de condições que facultam e limitam a capacidade social de produzir criativamente. Ora, se o discurso não se confina a representar o “real”, sendo, até, uma parte integrante da sua produção, o real dissipa-se num inexorável niilismo, visto não possuir qualquer existência fora de um corpo discursivo.

Neste sentido, o poder, conceito central na doutrina foucaultiana e complementar à ideia de discurso, adquire o estatuto de uma complexa situação estratégica, caracterizando as relações sociais. Recorde-se que, para Foucault, o poder,

ao contrário de ser exercido por indivíduos, encontra-se disperso e institucionalizado na sociedade (Blackburn, 1994:338). A este propósito, leia-se o seguinte passo:

Power is everywhere; not because it embraces everything, but because it comes from everywhere. And "Power," insofar as it is permanent, repetitious, inert, and self-reproducing, is simply the over-all effect that emerges from all these mobilities, the concatenation that rests on each of them and seeks in turn to arrest their movement. One needs to be nominalistic, no doubt: power is not an institution, and not a structure; neither is it a certain strength we are endowed with; it is the name that one attributes to a complex strategical situation in a particular society (Foucault, 1976:93).

Sendo o poder emanado a partir de toda a parte e não estando, como tal, subjugado a uma única entidade ou a um grupo privilegiado, o discurso não pode ser um mero efeito ou produto de um poder pré-existente (McHoul e Grace, 1993:39). De facto, o discurso, nascido das relações de poder vigentes em determinado contexto histórico, estabelece-se, subsequentemente, não só como uma ferramenta fundamental na produção do conhecimento, mas também como o veículo mais viável para o exercício do poder.

Stuart Hall (1932-2014), uma das figuras centrais dos *Cultural Studies*, iria desenvolver, muito na senda de Foucault, várias considerações a respeito da relação entre o discurso e a representação. No seu ensaio "Encoding, Decoding" (1973), Hall visa criticar a comunicação em massa, sustentando que a audiência é um recipiente passivo no intrincado esquema dos *mass media*. Reflectindo sobre estruturas de dominação e relações hegemónicas, Hall concede à audiência um papel activo na dialéctica da comunicação (Davis, 2004:60).

Partindo do pressuposto de que a forma do texto, aquando da sua produção, é substancialmente diferente da adoptada no momento de contacto com a audiência, o teórico jamaicano estabelece, desde o início, uma clara distinção entre a produção e o consumo do produto cultural. Para Hall, o consumo constitui um acto deliberado de produção de sentido, ao longo do qual o texto é mediado pelo espectador, de modo a que os símbolos, os sons e as imagens adquiram significado.

Assim, na ausência de um indivíduo que atribua sentido à mensagem, a comunicação falhará, não havendo qualquer discurso. Deste modo, o produto cultural é o objecto construído por dois agentes mediadores: se, por um lado, a produção do artefacto cultural se encontra perpetuamente destinada a ser mediada e interpretada pelos *media*, por outro, também a audiência subjectiviza o texto.

No entanto, a autonomia dos espectadores fica profundamente restringida. Similarmente à concepção de Foucault a respeito do poder e dos meios através dos quais este se manifesta, também a produção discursiva, e, subsequentemente, a representação, em Hall, se vê subjugada, em primeiro lugar, a um contexto histórico-político, e, em segundo, à ordem imperante do meio onde nasce:

we say ‘dominant’ because there exists a pattern of ‘preferred readings’; and these both have the institutional/political/ideological order imprinted in them and have themselves become institutionalised. The domains of ‘preferred meanings’ have the whole social order embedded in them as a set of meanings, practices and beliefs: the everyday knowledge of social structures, of ‘how things work for all practical purposes in this culture’, the rank order of power and interest and the structure of legitimations, limits and sanctions. Thus to clarify a ‘misunderstanding’ at the connotative level, we must refer, *through* the codes, to the orders of social life, of economic and political power and of ideology (Hall, 1973:513).

1.2.4. Simulacro e Simulação: Baudrillard e Frasca

Jean Baudrillard (1929-2007), ao qual dedicaremos parte da fase final do presente capítulo, defendeu a sua tese, *Le Système des Objects* (1966), na Université Paris X Nanterre. No entanto, apenas a partir de 1983 o mundo ocidental começaria a ser bombardeado pelos termos baudrillardianos, como simulação, simulacro e hiper-real (Lane, 2000:2).

A filosofia moderna francesa, para além de dominada por Jean-Paul Sartre e pelo existencialismo, foi também profundamente influenciada pelas (re)leituras de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. O interesse generalizado pela tradução das obras do filósofo alemão para a língua francesa, verificado ao longo da primeira metade do século XX, prende-se com a sua noção de dialéctica¹², fundamental para a compreensão do marxismo, tendência política dominante na França da época em questão.

Em alusão a Walter Benjamin e ao ensaio *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction* (1936), a doutrina de Baudrillard caracteriza-se, em certa medida, no seu tratado filosófico *Simulacra and Simulation* (1981), pela ideia de cultura

¹² Procedente do vocábulo grego *dialekein*, dialéctica define-se por uma técnica argumentativa que recorre à contradição. Na sua acepção original, o termo significava, de um modo geral, “discutir” ou “conversar”. Contudo, nos escritos aristotélicos, o conceito surge parecendo significar “argumentar de modo a chegar a uma conclusão”. Com Platão, a noção de dialéctica adquiriria uma dimensão técnica, tornando-se um modo de argumentação baseado em questões e subsequentes respostas. Hegel, por sua vez, terá atribuído à palavra em análise um teor metafísico, transformando-a numa teoria a respeito dos processos históricos através dos quais o espírito se desenvolve (Audi, 1995:232-233).

contemporânea como algo subjugado à simulação, de que a *Disneyland*, na Flórida, constitui um exemplo paradigmático.

O filósofo francês considera que a simulação actua em três ordens distintas: a simulação de primeira ordem reporta-se à representação do real através de um romance ou de uma pintura; a simulação de segunda ordem resulta da confusão entre a fronteira que separa a realidade da representação, fenómeno descrito por Jorge Luis Borges em “Del Rigor en la Ciencia” (1946); por fim, a simulação de terceira ordem diz respeito ao hiper-real. Se, no segundo caso, “the cartographers of the Empire draw up a map so detailed that it ends up exactly covering the territory” (Baudrillard, 1983:342), tornando-se o mapa tão real como a própria realidade, na simulação de terceira ordem verifica-se uma tendência oposta:

it is the map that precedes the territory – Precession of Simulacra – it is the map that engenders the territory and if we were to revive the fable today, it would be the territory whose shreds are slowly rotting across the map (Baudrillard, 1983:343).

A hiper-realidade, cuja criação remonta à simulação de terceira ordem, é o resultado do desfasamento que se estabelece entre o território e os mapas. O modelo, como tal, passa a preceder a realidade que foi concebido para representar, não por a realidade e a representação se confundirem, mas sim como consequência da irrelevância da realidade para a produção massificada dos modelos que dela resultaram.

Ainda que se verifique uma relativa facilidade em equacionar a *Disneyland* com a simulação de segunda ordem, pois os seus falsos castelos aparentam ser mais reais do que a própria realidade, também o parque de diversões em apreço se insere no quadro do hiper-real. Nesta fase da sua problematização teórica, Baudrillard associa a *Disneyland* às prisões, de forma a explicar que os indivíduos apenas crêem na sua liberdade (na verdade, extremamente limitada) porque os criminosos, ao serem colocados em prisões, são afastados daqueles que não o são¹³. Deste modo, a crítica de Baudrillard assenta na descrição de uma sociedade apenas capaz de funcionar se acreditar que a disciplina, a imaturidade e a loucura se encontram na periferia, erradicadas dos centros sociais, onde deverá imperar a racionalidade (Lane, 2000:90). Assim, a *Disneyland* é descrita do seguinte modo: “The Disneyland imaginary is neither true nor false; it is a deterrence machine set up in order to rejuvenate in reverse the fiction of the real” (Baudrillard, 1983:352).

¹³ Cf. Foucault, 1979:200-209.

Gonzalo Frasca (1972), o ultimo teórico em estudo, diferencia-se dos restantes pensadores analisados, não só pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, como pela área de investigação na qual se insere. Originalmente do Uruguai, Frasca distingue-se, por um lado, pela sua extensa pesquisa sobre os jogos de computador, e por outro, por haver cunhado o conceito de Ludologia, no âmbito dos jogos de vídeo.

No ensaio “Simulation and Narrative: Introduction to Ludology” (2003), Frasca visa contestar o domínio da narratologia sobre a ludologia¹⁴, advogando, simultaneamente, o conceito de simulação como fundamental para o estudo dos jogos de vídeo. Com efeito, verifica-se uma preocupação em esclarecer as diferenças entre representação e simulação, e o porquê da existência de tais distinções:

Traditional media are representational, not simulational. They excel at producing both descriptions of traits and sequences of events (narrative). A photograph of a plane will tell us information about its shape and color, but it will not fly or crash when manipulated. A flight simulator or a simple toy plane are not only signs, but machines that generate signs according to rules that model some of the behaviors of a real plane (Frasca, 2003).

A simulação, tal como concebida pelo ludólogo em análise, afasta-se, em larga medida, do significado que lhe é atribuído por Baudrillard. Sendo descrita como uma estrutura semiótica que tem vindo a conhecer, através dos progressos tecnológicos, uma época áurea da sua existência, a simulação é tida, de uma forma geral, como o esboçar de um sistema de origem através de um outro sistema, que preserva, por sua vez, um determinado conjunto de comportamentos específicos ao sistema original. Assim sendo, a simulação, ao invés de imitar o *eidos* de um objecto, tal como Aristóteles entendia, distingue-se por criar um modelo dos comportamentos do sistema que simula.

O desenvolvimento do conceito de representação, observado ao longo do presente capítulo, culminaria na pertinente ideia de simulação. Esta revela-se vital, em primeira instância, para a compreensão da imprensa periódica, e, em segundo lugar, para o entendimento do jogo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*. Como teremos ocasião de demonstrar, tanto a imprensa periódica como os jogos, ainda que

¹⁴ Ao longo da primeira década do actual milénio, nota-se uma certa imaturidade relativamente ao modo de pensar a respeito dos jogos de vídeo. Como o próprio Frasca aponta, no ensaio aqui sob observação, a criação de uma disciplina académica coerente e formal, mais tarde denominada de Ludologia, tinha como objectivo último conceber um conjunto de ferramentas que distanciasse o estudo dos jogos de computador das metodologias de análise narratológicas. Revelando uma atitude semelhante à do filho que sente necessidade de se sobrepor ao pai, como em *Rei Édipo* de Sófocles, os principais teóricos que fundaram a ludologia, provenientes, na sua maioria, de áreas como a Literatura Comparada (como Espen Aarseth), insurgir-se-iam contra a narrativa, que se havia instituído como uma figura patriarcal e autoritária relativamente à análise dos jogos de vídeo.

possam ser entendidos como ficcionalizações do que pretendem representar ou simular, funcionam mediante estruturas semióticas distintas, criando, como tal, mundos significantes diferentes.

2. The Clash of Civilizations: Portugal versus Grã-Bretanha

2.1. Choques Culturais Anglo-Portugueses: do *Ultimatum* à 1ª República

Nos cem anos compreendidos entre 1814 e 1914, o panorama político, social, económico e militar europeu foi, em larga medida, dominado por cinco grandes potências: Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Áustria-Hungria. “A existência dos pequenos países dependia inteiramente da protecção de um dos grandes, ou das rivalidades que dividiam estes e os impediam de se entenderem sobre a maneira de partilhar os mais fracos” (Ramos, 2001:28). Neste contexto, Portugal, mantendo com a “pérfida Albion” uma multissecular aliança, encontrava-se numa posição fundamentalmente periférica, quando comparado com Inglaterra.

Em consequência do *Ultimatum* de 1890, a Monarquia Constitucional portuguesa, instaurada segundo o exemplo britânico, iria sucumbir às violentas convulsões políticas que marcaram a última década de oitocentos e a primeira do século XX. Todavia, na prática, o sistema político português caracterizava-se pelo conflito bipolar travado entre Progressistas e Regeneradores. Ambos liberais, defensores da constituição e crentes na soberania do povo, os partidos representavam, no quadro político coevo, “uma esforçada adaptação da divisão inglesa entre Conservadores e Liberais” (Ramos, 2001:27).

Ainda que o sistema político e as possessões no continente africano possibilitassem a Portugal (pelo menos teoricamente) uma total paridade com as outras potências hegemónicas, tal não se verificava. A Inglaterra, que, em 1851, “was the world’s trader, with an overwhelming dominance of world shipping, which continued even when Britain’s dominance in manufactured goods was declining after 1870” (Morgan, 2009:505), iria manipular habilmente a nação lusa.

2.1.1. *Lusitanian Belgium*: a Política Interna Portuguesa

Na sequência das contínuas disputas travadas entre Inglaterra e Portugal, que se estendiam desde a segunda metade do século XIX, e das convenções estipuladas na Conferência de Berlim, em 1885, chegou a Lisboa, em 11 de Janeiro de 1890, o desditoso *Ultimatum* britânico. A crise provocada pelo *Ultimatum* não só deixaria “uma chaga profunda na alma portuguesa, como se a nação se encontrasse de repente à beira

do abismo” (Serrão, 1995:13), como também iria pôr em causa o vigor patriótico da Casa de Bragança e do Rei D. Carlos I (1863-1908). Os alicerces da Monarquia Constitucional portuguesa, aquando do 11 de Janeiro, haviam sido derrubados.

De facto, o *Ultimatum* enviado por Lord Salisbury (1830-1903) seria recebido no território nacional com uma indignação avassaladora, piorando, de forma drástica, a já existente e grave crise político-económica:

A crise económica e financeira internacional de 1890/1891 vai atingir mortalmente os fundamentos do modelo económico liberal da Regeneração: a perda de mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, a fuga de capitais, a suspensão do envio de remessas dos emigrantes do Brasil, o agravamento do défice comercial e da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver – a bancarrota do Estado (Wheeler, 1985:20).

O *Ultimatum* britânico precipitou não só a derrocada financeira, acompanhada da desvalorização da moeda, da carência de cereais e da necessidade de recorrer ao crédito estrangeiro (Serrão, 1995:14), mas também a emersão de uma cultura de teor fundamentalmente republicano, partilhada, na sua grande maioria, por intelectuais de tendências liberais e agnósticas.

No rescaldo das profundas convulsões políticas originadas em Janeiro de 1890, o movimento republicano iria capitalizar o descontentamento generalizado que, simbolizando o princípio do fim da monarquia, culminou, cerca de vinte anos depois, na implantação da República (Rosas e Rollo, 2009:65). Na transição do século XIX para o XX constituiu-se o republicanismo revolucionário, na sua essência, um discurso político e ideológico formado no seio de camadas urbanas de alguma forma excluídas ou marginalizadas (Rosas e Rollo, 2009:15). Entre 1906 e 1908, o Partido Republicano iria organizar grupos de homens provenientes dos mais diversos estratos sociais, iniciando-os na Carbonária e na Maçonaria. Os republicanos lutavam contra a Monarquia e a Igreja Católica, cuja presença no quotidiano da população, na sua perspectiva, ameaçava e punha em causa o ideal de liberdade de consciência. Assim, o ponto de partida da ideologia republicana assentava no cidadão individual, enquanto homem livre, “que, sem [depender] de ninguém e voluntariamente, [decidia] pôr o serviço da comunidade acima de qualquer outro interesse. (...) o indivíduo livre era a matéria-prima para a construção de uma entidade colectiva – a nação republicana” (Ramos, 2001:349).

O panorama político-partidário português incluía os já referidos partidos Regenerador e Progressista, dirigidos respectivamente por Hintze Ribeiro (1849-1907) e José Luciano de Castro (1834-1914), bem como quatro outros partidos: o Regenerador

Liberal, o Nacionalista, o Dissidência Progressista e, naturalmente, o Republicano. Estes últimos eram liderados, respectivamente, por João Franco (1855-1929), Jacinto Cândido da Silva (1857-1926), José Maria de Alpoim (1858-1916) e a geração de estudantes revolucionários de 1890. Em grande medida em consequência das irreconciliáveis tensões existentes entre os partidos com maior impacte no Parlamento e da acção dos republicanos, no dia 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, deu-se o regicídio de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe (1887-1908).

De facto, deve recordar-se que apenas vinte e um meses antes, em Maio de 1906, iniciara-se o conturbado Governo de João Franco, fenómeno que “representava, de certa maneira, uma abertura à esquerda” (Ramos, 2001:236). Franco apresentou-se, em larga medida, como uma solução messiânica quando, em 1906, lhe foi concedido o poder. Contudo, as medidas que adoptou, entre as quais se contam o aumento da vigilância policial, a suspensão de diversos diários e periódicos e, em Abril de 1907, o encerramento das Cortes, que marcou o começo da ditadura franquista, acabaram por dar origem às mais variadas conspirações na capital. Porém, deve acrescentar-se que, muito à semelhança do que os seus predecessores haviam feito, “o ‘autoritarismo’ franquista não significou uma ruptura com a tradição liberal”, tendo Franco meramente utilizado “as competências constitucionais do rei para assegurar a preeminência política do governo”, recorrendo “aos poderes da administração para influenciar eleições, conter a imprensa e evitar manifestações de rua” (Ramos, 2001:26-27).

D. Carlos I foi, assim, vitimado quando regressava a Lisboa, depois de uma estada em Vila Viçosa com a família real. A morte do Rei e do Príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, decorreu não só de um acto planeado por uma equipa de (pelo menos) oito assassinos “bem armados”, entre os quais se conhece a identidade de dois – Manuel Buíça (1876-1908) e Alfredo Costa (1883-1908) –, mas também (e sobretudo) do crescente ódio partilhado pela opinião pública face à acção governativa de João Franco. Como tal, embora o regicídio tivesse provocado espanto, falhou em inspirar comoção no seio do povo português (Couto, 2008:18).

Amplamente fragilizada, a Monarquia Constitucional de D. Manuel II (1889-1932) “não tinha salvação em 1910, porque ninguém estava interessado em defendê-la” (Ramos, 2001:344), como, aliás, se depreende pela incapacidade (ou falta de vontade) para lidar com as romagens às campas dos regicidas:

As tentativas de regeneração do regime monárquico, as humilhações externas e, sobretudo, a bancarrota do Estado constituíam o prenúncio da queda inexorável do regime, que acabou por ser precipitada pelo regicídio. D. Manuel sucedeu a D. Carlos, mas a Monarquia, afundada em dívidas e sem apoio popular, sucumbiu às mãos dos revoltosos da República (Rosas e Rollo, 2009:40).

2.1.2. John Bull: a Política Interna Britânica

Os anos compreendidos entre 1880 e 1886 iriam marcar decisivamente o rumo da política britânica. Exceptuando William Gladstone (1809-1898), “the giant of his time” (Elis, 1997:312), o quadro político vitoriano acolheu, neste período, uma nova geração, de entre a qual devemos salientar, no lado liberal, nomes como os de Neville Chamberlain (1869-1940), *Sir* Henry Campbell-Bannerman (1836-1908), *Sir* Charles Dilke (1843-1911), *Sir* William V. Harcourt (1827-1904) ou *Lord* Rosebery (1847-1929), e, no flanco dos conservadores, Arthur Balfour (1848-1930), *Lord* Randolph Churchill (1849-1895), *Sir* Michael Hicks-Beach (1809-1854) e *Lord* Salisbury (Rubinstein, 1998:185).

Quando, em 1886, Gladstone dissolveu o Parlamento e convocou eleições, após a sua derrota na questão da Home Rule Bill, que visava assegurar as relações entre a Grã-Bretanha e a Irlanda, Salisbury viria a chefiar, pela segunda vez, os *Tories*: “Rather surprisingly for a government determined to prove itself conservative in nature as well as name, Salisbury’s 1886-92 ministry was responsible for a far-reaching record of reform in local government” (Rubinstein, 1998:219). Tendo em vista reorganizar o Governo de Londres, conceder o direito ao voto às mulheres, remodelar o ensino, reduzir as horas de trabalho nas fábricas e aumentar a idade mínima das crianças empregadas como operárias fabris, a política interna de Salisbury caracterizou-se não só pela sua dimensão reformista, mas também (e sobretudo) pelo seu cariz radical. Apesar de o Governo de Salisbury ter perdido a sua popularidade em 1892, sendo substituído pelo de Gladstone, e, depois, pelo de Rosebery, Salisbury voltaria a ocupar, uma última vez, o lugar de Primeiro-ministro. Os liberais, afastados do poder, só voltariam a ter maioria no Parlamento dez anos mais tarde.

Em 1902, um ano decisivo para Inglaterra, a situação interna do país ver-se-ia obrigada a redefinir-se a si mesma. A aposentação de Salisbury, a morte da Rainha Victoria (1819-1901) e a ascensão de Edward VII (1841-1910) ao trono representaram, de algum modo, o fim de uma era na historiografia britânica. A Grã-Bretanha

eduardiana revelou-se, rapidamente, turbulenta, tendo de lutar contra forças emergentes, ainda que não totalmente novas.

A questão da Irlanda revelava-se cada vez mais premente, fomentando, em diversas ocasiões, tensão e conflito entre liberais e conservadores. De facto, a acção da Irish Republican Brotherhood¹⁵, a par da catastrófica escassez de alimentos verificada em 1845-46, resultou numa série de ataques bombistas que apanhou a Inglaterra de surpresa (Morgan, 2009:500-501). A controvérsia em redor das Home Rule Bills que se seguiram, sugere que, apesar dos escassos poderes que seriam concedidos à Irlanda, muitos irlandeses estavam preparados para aceitar quaisquer propostas inglesas, de modo a que independência do parlamento irlandês, ainda que não imediata, se viesse a verificar progressivamente. A contraditória relutância britânica em conceder uma autonomia tão limitada à Irlanda pode explicar-se, em última análise, pela posição geoestratégica da ilha:

Ireland was valuable both as a market and as a source of food supply and her position made her of vital strategic importance to Britain. (...) English public opinion was opposed to the essential principle of any sort of self-government for Ireland, (...) no matter how costly and inconvenient the task of keeping an unwilling partner within the union. (...) English nationalism had been stirred into action, and though it might sometimes clothe itself in argument and parade as a reasoned policy, it was at bottom an irrational determination to maintain the integrity of what it regarded as the national territory and to impose its will upon every recalcitrant group within its borders (Beckett, 1952:145-146).

O papel marginal e periférico concedido às mulheres de classe média, nos anos setenta e oitenta do século XIX, mostrou-se amplamente insuficiente para satisfazer a crescente consciência política da população feminina britânica. Assim, em 1897, nasceu a National Union of Women's Suffrage Societies, de Mrs Fawcett (1847-1929), e, em 1903, a Women's Social and Political Union, a qual viria a ganhar maior protagonismo: "the WSPU increasingly advocated violence against both property and individual politicians, as well as inflicting through imprisonment and hunger strikes considerable hardship and even occasionally death upon its members" (Morgan, 2009:519).

Em grande parte em consequência do descontentamento da opinião pública face à guerra no Transval (1899-1902), à Irish Land Purchase Act (1903) e à Tariff Reform (1903) de Chamberlain, em 1906 os *Tories* sofreram a sua primeira grande derrota do século XX, dando lugar ao Governo liberal de Campbell-Bannerman. Quatro anos

¹⁵ A Irish Republican Brotherhood foi fundada em 1858, em grande medida como consequência do legado da rebelião de 1798 e do falhanço da tentativa de Daniel O'Connell (1775-1847), entre 1830 e 1840, de rejeitar o Act of Union de 1800.

depois, em Maio, falecia Edward VII. Curiosamente, uma comparação entre a avassaladora onda de choque e perturbação que sacudiu a Grã-Bretanha aquando da morte do Monarca inglês e a inércia emocional que caracterizou o povo português após o regicídio enfatiza o desfasamento sociopolítico e cultural existente entre Inglaterra e Portugal, no respeitante à instituição monárquica.

2.1.3. Do *Scramble for Africa* ao 5 de Outubro: Relações Político-Diplomáticas Anglo-Portuguesas

O mapa político europeu, que, desde o Congresso de Viena (1815), apenas tinha assistido à independência da Bélgica, na década de trinta, e à formação do Reino de Itália (1859-61), iria ser alvo, nos últimos quarenta anos do século XIX, de mudanças dramáticas. As principais nações europeias, como a Inglaterra, a Rússia, a Áustria, a Prússia e a França, que haviam liderado a Europa desde o final das Guerras Napoleónicas (1803-1815), deparavam-se agora com a emergência de uma Alemanha unificada e dominada pela Prússia (Lowe, 1994:1). Otto von Bismarck (1815-1898), conjuntamente com a eficiência militar da Prússia, iriam, após 1870, transformar a Alemanha no país mais poderoso de todo o continente.

O Concerto da Europa, visando manter um equilíbrio pacífico entre os grandes poderes europeus, nomeadamente entre “the reactionary ‘holy alliance’ of Russia, Austria and Prussia on the one hand and the ‘liberal alliance’ of Britain and France on the other” (Lowe, 1994:2), provara ser bem-sucedido até 1854, data do início da Guerra da Crimeia¹⁶. A derrota russa frente à aliança anglo-francesa iria marcar o princípio do desequilíbrio na balança de poderes que, até então, havia assegurado o *status quo* da Europa. Com efeito, tornava-se cada vez mais clara a necessidade de assegurar a manutenção de um grandioso e prepotente império, mediante a conjugação de recursos económicos (como o ferro e o aço), de força financeira, e, ainda, de possessões coloniais.

¹⁶ A Guerra da Crimeia (1853-56), primeiro conflito entre os grandes poderes da Europa desde 1815, derivou da disputa entre França, Inglaterra e as pretensões hegemónicas russas sobre o território turco. No entanto, a aliança anglo-francesa, de meados do século XIX, comportava uma profunda disparidade entre os objectivos e as ambições de ambas as potências face ao império do Czar. Se, por um lado, Napoleón III (1808-1873) culpava a prepotência da Rússia pelo falhanço das revoluções de 1848, por outro, a Inglaterra tinha em vista fortalecer o equilíbrio de poderes na Europa. A guerra, que resultaria na decisiva derrota da nação de Nikolay Pavlovich (1796-1855), não só desmantelou a aliança entre a Rússia, a Áustria e a Prússia, como também eliminou a hegemonia político-diplomática russa no contexto europeu (Taylor, 1954:60-61;85).

O *Scramble for Africa*, termo cunhado em 1884, que compreende, de certa forma, os anos entre 1876 e 1912, “bewildered everyone, from the humblest African peasant to the master statesmen of the age, Lord Salisbury and Prince Bismarck” (Pakenham, 1991:xxiii). Se, em meados dos anos setenta, o interior do continente africano permanecia inexplorado, nos anos que se seguiram foi dividido, à semelhança de um bolo, em trinta novas colónias e protectorados. As “fatias” do continente negro foram rapidamente devoradas por cinco nações rivais: Alemanha, Itália, Portugal, França, Espanha e Grã-Bretanha.

Neste contexto, a secular aliança luso-britânica iria participar nas mais variadas quezílias de ordem política, que, não sendo todas susceptíveis de resolução através de tratados pacíficos, deram azo a imposições por parte de Inglaterra face a Portugal. No âmbito das permanentes tensões anglo-portuguesas torna-se fundamental recordar a política externa transvaliana.

Aquando do prenúncio do retorno do poderio napoleónico, em 1905, Londres deparara-se com a necessidade de ocupar militarmente o Cabo, região onde se encontravam populações de origem bóere e cuja importância estratégica havia aumentado consideravelmente. Aliada a estas circunstâncias, a abolição da escravatura nos territórios ingleses coloca os bóeres numa situação de “crescente crise económica, resultante da progressiva emancipação dos indígenas da colónia” (Costa, 1998:21). Deste modo, com o grande *trek* de Maio de 1835, inúmeras famílias bóere espalharam-se pelo território africano, tendo Hendrik Potgieter (1792-1852) chegado a constituir a cidade de Pieter-Maritzburg, na região do Natal. Contudo, as autoridades inglesas, debilitadas pelo êxodo de milhares de pessoas, depressa dispersaram os habitantes da recém-formada cidade. Os bóeres, novamente obrigados a atravessar as montanhas de Drakensberg, fundaram, na margem Norte do rio Vaal, as Repúblicas Lydenberg, Zoutspanberg e Utrecht e, na margem Sul, Winburg. Perante uma nova invasão britânica da República de Winburg, em 1846, Andries Pretorius (1798-1853), um dos cabecilhas dos movimentos independentistas, refugia-se, sendo proclamado presidente em Potchefstroom, no futuro Estado Livre de Orange. A anexação inglesa da área motivou uma forte resistência por parte da população de origem holandesa, a qual foi finalmente vencida, dois anos mais tarde, na batalha de Boomplaats, pelo exército de John Bull. Este primeiro conflito armado entre ingleses e bóeres iria dar origem ao “embrião do futuro Estado do Transval”, que só em 1864 obteria “a necessária unidade política para constituir um estado forte e independente” (Costa, 1998:22).

Desde o estabelecimento político da República da África Meridional, a Inglaterra havia, contudo, começado a estender os seus tentáculos para o interior do continente africano. Motivada pela descoberta, entre 1867 e 1869, de ouro e diamantes na região do Transval, Londres promoveu junto da opinião pública britânica o interesse e desejo pela emigração para a África do Sul (Costa, 1998:23). Esta estratégia tinha em vista possibilitar à Grã-Bretanha o eventual controlo dos principais sectores económicos transvalianos, mediante a criação de uma populosa e unida comunidade inglesa no país.

Deste modo, Pretorius encetou uma série de medidas de teor político-diplomático que pretendiam, em última análise, aproximar o Transval de Lourenço Marques. Em consequência do estabelecimento dos primeiros acordos comerciais com a República independente do Transval e da criação das alfândegas de Lourenço Marques, Quelimane e Inhambane deu-se, em 1875, a assinatura de um tratado de comércio e amizade entre Portugal e o Transval (Costa, 1998:44). Este acordo, que pretendia ser um ponto de partida para a construção de um caminho-de-ferro entre Lourenço Marques e Pretória, apenas seria concretizável “no quadro da aliança com a Grã-Bretanha” (Costa, 1998, 49), o que, por sua vez, invalidava qualquer tentativa por parte dos bóeres de escapar ao controlo britânico. Não obstante, em 1879, Portugal e Inglaterra acordam na construção de uma linha férrea com capitais ingleses e sob controlo de Londres. Convém acrescentar, no entanto, que, desde 1871, João de Andrade Corvo (1824-1890) pretendia manter o império colonial português em África (Costa, 1998:49), através da criação de infra-estruturas como estradas, caminhos-de-ferro e portos. Assim, tendo em vista favorecer (o já por si importante) porto de Lourenço Marques, Andrade Corvo procurou que Inglaterra financiasse, e, posteriormente, mantivesse sob a sua guarda, a construção de um caminho-de-ferro entre a República Independente do Transval e Delagoa Bay. A linha férrea, por seu turno, seria indissociável do desenvolvimento económico do Transval, controlando inteiramente o escoamento dos produtos transvalianos. Contudo, como resultado das complicações decorrentes da primeira guerra anglo-bóere, bem como do agravar das constantes tensões entre a Inglaterra e a Irlanda, o acordo acabou por se inviabilizar.

Em Dezembro de 1882, iniciar-se-iam as negociações para o estabelecimento de um tratado que pusesse fim às contínuas disputas entre Portugal e Inglaterra, que viria a ser assinado em Londres, em 26 de Fevereiro de 1884. No final do mesmo ano teria lugar a Conferência de Berlim:

The West African Conference began on Saturday, 15 November 1884. (...) the nineteen plenipotentiaries, with fifteen assistants, representing fourteen great and lesser Powers, climbed the stairs to the large music room (...) Their host, Prince Bismarck, sat there (...) there were two Great Powers who had every reason to get the wind up. Britain (...) was intensely vulnerable to Bismarck's designs. (...) France, too, (...) was vulnerable to Bismarck's declared aim of enforcing rules to liberate trade. (...) Then there was Portugal, half-senile and three quarters bankrupt, hoarding her ancient possessions in Africa, Angola and Mozambique, more out of pride than hope of profit (Pakenham, 1991:239-240).

Em consequência das convenções assinadas em 26 de Fevereiro de 1885, a “delegação portuguesa conseguiu obter o reconhecimento da sua soberania sobre a região de Cabinda (a norte do rio Zaire), de Molembo e Landana e sobre a zona de navegação do Chiloango ou Luango-Luce”, embora tivesse sido obrigada a “ceder a margem direita do Congo, conjuntamente com o importante porto de Banana” (Costa, 1998:56).

Tendo em atenção o facto de a soberania do interior do continente africano não ter ficado estabelecida na Conferência, surgia a possibilidade de tanto Portugal como as outras potências virem a ocupar o sertão, sem qualquer tipo de negociação prévia. Obrigado a renunciar à margem esquerda do Congo e ao seu *hinterland*, Portugal pretendia, nesta altura, estabelecer o seu poderio de Angola à contra-costa, concretizando o chamado “mapa cor-de-rosa” (Carreiro, 1960:320). Contudo, a Inglaterra também ambicionava pôr em prática o seu grandioso projecto de ligar o Cabo ao Cairo, ocupando, assim, a mesma região que Portugal cobiçava. Desta forma, Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900), enviado para a zona a sudoeste do Niassa, depressa verificou que a região dos Macololos se encontrava agora sob o jugo de Londres.

Às oito da noite do dia 11 de Janeiro de 1890, George Petre (1822-1905) entregou ao Governo português o *Ultimatum* redigido pelo próprio Salisbury. Após uma primeira leitura do documento, por parte de Henrique de Barros Gomes (1843-1898) e Frederico Ressano Garcia (1847-1911), “reuniu-se o Conselho de Estado na própria noite de 11 de Janeiro, presidido pelo jovem D. Carlos, e decidiu ceder-se ao Ultimato. Acabava o Mapa Cor-de-Rosa” (Marques, 2010:90). Os tratados luso-britânicos que se seguiram apenas vieram agravar uma imprevisível crise de proporções gigantescas.

A dívida externa do país para com os “accionistas ingleses e americanos pela expropriação do caminho de ferro de Lourenço Marques” (Costa, 1998:71), construído com capitais anglo-americanos, agravou ainda mais a já de si conturbada crise política. Deste modo, em Maio de 1897, o Governo português viu-se obrigado a considerar a

possibilidade de vir a contrair um empréstimo a Inglaterra, no valor de duzentas mil libras, cedendo-lhe, “como forma de pagamento, as receitas das alfândegas coloniais” (Costa, 1998:72).

Face este provável entendimento luso-britânico, a Alemanha, particularmente atenta às movimentações inglesas na África do Sul, depressa manifestou uma atitude de precaução e cautela. De facto, a notícia de que a Grã-Bretanha pretendia emprestar dinheiro a Portugal, e, para isso, apoderar-se, indirectamente, do império português, “aroused in Berlin the twin emotions of envy and avarice” (Charmley, 2009:263). A consequente desconfiança criada entre o *Foreign Office* e o *Kaiser* Wilhelm II (1859-1941) colocou em risco os desígnios ingleses em Delagoa Bay e no Transval. Por outro lado, a cada vez mais iminente guerra contra os bóeres e o controle da posição estratégica de Lourenço Marques justificavam o pagamento de um preço, de modo a evitar a indesejada interferência alemã. Assim, em 1898, começariam as negociações anglo-alemãs para um acordo que estabelecesse que, caso Portugal solicitasse um empréstimo financeiro junto de Inglaterra ou da Alemanha, “este deveria ser feito em simultâneo pelas duas chancelarias” (Costa, 1998:81), de modo a que as duas potências pudessem repartir entre si o império africano português. Desta forma, o Governo alemão, que, desde a emergência económica da República do Transval tinha adoptado o papel de protector dos transvalianos, retirou, por fim, o seu apoio ao governo de Paul Kruger (1825-1904).

Porém, a Inglaterra pretendia manter o equilíbrio na África austral, não tendo qualquer intenção de dismantlar o império português. Assim, receando o aumento da influência alemã, Londres apoiou subtilmente as subseqüentes negociações entre Portugal e França. No âmbito das negociações anglo-germânicas, o Marquês de Soveral (1851-1922), dotado de uma extraordinária capacidade diplomática, retirara, entretanto, o pedido de crédito, iniciando um processo de aproximação de Portugal a outras potências europeias. O acordo entre o Governo alemão e a Grã-Bretanha começava, assim, a inviabilizar-se. Em Novembro de 1898, “Salisbury dava luz verde a Lisboa para chegar a algum arranjo financeiro em França” (Ramos, 2001:126), pelo que “Londres (...), beneficiando também da cumplicidade germânica, precipita o conflito com os *boers*” (Costa, 1998:88-89).

Com o *ultimatum* enviado ao Transval, “Milner and Chamberlain drove the Boer leader, Kruger, into a corner from which he could only emerge fighting” (Charmley, 2009:273). Com o objectivo fundamental de unificar toda a África do Sul, e sendo que o

poderio económico bóere punha em causa a prepotência da Grã-Bretanha, Inglaterra precipitou um conflito com o Transval. Utilizando como pretexto a alegada segregação política dos *Uitlanders* (população de origem britânica que havia emigrado para o território bóere), Sir Alfred Milner (1854-1925) iniciou uma série de negociações com o presidente Kruger. Contudo, este mostrou-se obstinado, exigindo que a Coroa britânica se abstivesse de intervir nos assuntos internos do Transval, e desafiou a proeminência inglesa ao ignorar o *ultimatum*.

Em consequência, em 12 de Outubro de 1899, o General Petrus Joubert (1834-1900) invadiu o Natal com cerca de quinze mil transvalianos e seis mil “Free Staters” (Pakenham, 1991:567). A guerra anglo-bóere, que iria humilhar a Grã-Bretanha no panorama mundial, ficou marcada pelas sucessivas vitórias dos bóere, pela guerra de guerrilha travada pelos Zulus e pelos campos de concentração de Herbert Kitchener (1850-1916), tendo custado vinte mil vidas britânicas e duzentos milhões de libras. Convém acrescentar que a vitória inglesa contou, em certa medida, com o auxílio de Portugal, que, apesar de se ter declarado neutro, não permitiu a passagem de armas para o Transval e recusou qualquer oferta bóere para comprar o caminho de ferro de Lourenço Marques (Ramos, 2001:128).

A chegada do novo século, a coroação de Edward VII e a resignação de Salisbury marcaram o começo de um novo período nas relações político-diplomáticas anglo-portuguesas. Efectivamente, e apesar da sempre presente recordação do *Ultimatum*, tanto a monarquia portuguesa como os republicanos se aperceberam da necessidade estratégica de restabelecer as boas relações com a sua multissecular aliada:

convinha manter a ligação política em Londres como meio de dispor de um aliado no tabuleiro europeu e internacional. O rei D. Carlos e seu filho orientaram-se sempre pela aproximação com a Grã-Bretanha, por não haver para Portugal outra alternativa no xadrez diplomático do tempo (Serrão, 1995:282).

2.2. Ecos Imperiais na Imprensa Portuguesa e Britânica

Antes de procedermos a uma análise da imprensa periódica portuguesa e britânica, no espaço de tempo compreendido entre 1890 e 1910, devemos tomar em consideração o contexto sociocultural no qual nascem os artigos aqui observados.

Ao termos em conta a progressiva industrialização não só da imprensa, mas também de todos os meios de difusão cultural, entramos no primado de “the audience-as-market idea” (Ang, 1991:29). O conceito, um dos paradigmas fundadores da produção de conhecimento, assenta no pressuposto de que “the essence of any market is to bring goods and services to the attention of potential consumers, to arouse and keep their interest” (McQuail, 1977:45).

De facto, nos vinte anos aqui em análise, e no contexto português, “os jornais torna[ram]-se uma máquina cada vez mais complexa, pelo que passaram a exigir pesados investimentos de capitais, cujos interesses, depois, [era] necessário defender” (Tengarrinha, 1989:262). A este propósito, atente-se novamente nas seguintes palavras de José Tengarrinha (1932):

A evolução do jornalismo enquadra[-se] num complexo conjunto de circunstâncias que, por um lado, o determina e sobre o qual, por outro lado, ele age. (...) a história da imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos (...) da história da nossa cultura (1989:263).

No final da centúria de oitocentos, deparamo-nos, em Portugal, com uma extensa panóplia de periódicos e diários que tinham em vista expressar uma clara posição política. Assim, na sequência tanto do humilhante *Ultimatum* britânico, como, aliás, na de quase todos os acontecimentos ocorridos entre 1890 e 1910, “era a Imprensa a tribuna mais incisiva e de mais profundo efeito, preparando os espíritos para o movimento que eclodiria vitoriosamente em 5 de Outubro” (Tengarrinha, 1989:240).

No plano britânico, independentemente da mecanização dos meios de informação, e, simultaneamente, como causa directa da industrialização da imprensa, as personalidades políticas foram gradualmente tomando consciência do poder do Quarto Estado. De modo a apelar ao homem comum, e, mais tarde, ao público feminino, os jornais tornaram-se o meio mais fidedigno de influenciar a opinião pública. Como refere Mick Temple, “the economic organisation of most newspapers meant that they were: (i) firmly linked with capital interest, (ii) owned by a rich man; or (iii) directly or indirectly linked to a political party – and sometimes all three” (1996:27). Desta forma, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o jornalismo adquiriu uma dimensão invariavelmente propagandística.

Relembre-se, neste contexto, a crucial distinção entre imprensa e opinião pública. Enquanto “a primeira apenas tem a capacidade para influenciar as correntes de opinião num dado momento e mediante determinados acontecimentos” (Costa,

1998:206), a opinião pública nasce do conjunto das convicções individuais mais populares, que criam um estereótipo “que ultrapassa os limites temporais em que foi concebido e condiciona o todo social” (Costa, 1998:206). Deste modo, o jornalista tem a função de, simultaneamente, conduzir e reflectir a opinião pública.

Para uma melhor esquematização dos artigos tratados, optámos por dividi-los em quatro áreas temáticas consideradas fundamentais. A primeira diz respeito ao *Ultimatum* britânico, de 1890, pelo que serão utilizados textos dos seguintes periódicos: *O Ocidente*, *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado*, *The Review of the Reviews*, *The Illustrated London News* e *The Morning Post*. A segunda tomará em consideração a política de tratados luso-britânicos, pelo que se irá recorrer a *O Ocidente*, *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado*, *O Mundo*, *The Review of the Reviews* e *The Morning Post*. A terceira temática, a guerra anglo-bóere, circunscrever-se-á a *O Ocidente*, o *Diário Ilustrado*, *The Dublin Review*, *The Edinburgh Review* e *The Illustrated London News*. A última centrar-se-á nas questões diplomáticas entre Portugal e Inglaterra, após a coroação de Edward VII, pelo que serão estudados os seguintes títulos: *O Ocidente*, *Diário Ilustrado*, *O Mundo* e a *Ilustração Portuguesa*, *The Review of the Reviews* e *The Illustrated London News*.

2.2.1. O *Ultimatum* Britânico

No contexto da Grã-Bretanha, o *Ultimatum* não foi mais de que um episódio isolado no âmbito de um vasto quadro político internacional, tendo tido uma importância e um impacto substancialmente diferentes do que se verificou na imprensa e na opinião pública portuguesas. Ainda que, nos jornais britânicos, seja possível encontrar diversas referências ao assunto, depressa se constata que, contrariamente ao ocorrido na imprensa lusa, periódicos como o *The Illustrated London News* dão enfoque à questão africana antes de 11 de Janeiro, descurando os acontecimentos que se lhe seguiram: “at a time when the Portuguese doings in South Africa have provoked so much comment and dispute, the seizure of the Delagoa Bay Railway, on June 29 last year, is perhaps worthy of being related” (Anónimo, 1890:4).

No discurso jornalístico britânico detecta-se, não só uma tentativa de justificar a actuação de Inglaterra face os seus parceiros europeus, mas também uma acusação muito explícita aos portugueses, baseada, fundamentalmente, numa alegada atitude de

desafio e agressão por parte destes para com a sua multissecular aliada (Coelho, 1995:62). Esta posição encontra-se, por exemplo, em *The Review of the Reviews*:

Among the less shadowy possessions of the Portuguese crown are strips of coast on both sides of Africa (...) the Portuguese imagination sees a visionary sovereignty which covers the whole intermediate continent. Here and there ruins of old forts attest the fact that an attempt has been made to hold it, but down to our time Portugal has not attempted either to civilize, govern, conquer or colonise the region. (...) In January, last year, the Portuguese made their first grab on the region (Anónimo, 1890:90-91).

Expressões como “the less shadowy possessions of Portugal” (Anónimo, 1890:90) evidenciam, por outro lado, um sentimento de desprezo e de condescendência para com o decadente império português. Recorde-se, a este propósito, a tendência positivista e naturalista, abordada no primeiro capítulo da presente dissertação, que imperava sobre a Europa da época e, particularmente, sobre o pensamento britânico das últimas décadas do século XIX.

Após o *Ultimatum* de 1890, os jornais britânicos encontram a fórmula adequada para a afirmação dos direitos de Inglaterra contra as desleais investidas lusas, descrevendo, com estupefacção, a violenta reacção anti-britânica vivenciada em Portugal, tal como se pode constatar num artigo publicado em *The Morning Post*:

At one o'clock this morning about 70 persons were making a demonstration in the streets and shouting 'Down with England' (...) The new Ministry to-day presented itself to the Chamber of Deputies, and Senhor Serpa Pimentel, the Prime Minister, made a declaration of policy. (...) The Cabinet will maintain the best relations with foreign Powers (...). The Ministers do not ask for the support of the majority, because they are aware that it cannot be given them (Anónimo, 1890:5).

Depreendemos, assim, que os periódicos britânicos espelham a posição oficial face ao desentendimento anglo-luso relativo aos territórios africanos. Por sua vez, a imprensa portuguesa, centrando-se nos acontecimentos que, decerto, viriam a ocorrer em consequência do *Ultimatum*, empregou um discurso baseado na dicotomia apocalipse/regeneração, vendo “no *Ultimatum* não o inevitável desfecho do *Scramble for Africa*, mas a catástrofe cósmica, o Fim do Mundo perpetrado pelas forças maléficas da Inglaterra e do Governo” (Coelho, 1995:75). A antítese apocalipse/regeneração expressa também o desejo de rejuvenescimento da moribunda nação portuguesa, que assistia, tal como havia ocorrido com o império romano, ao que se supunha ser o prenúncio do seu irrevogável definhamento civilizacional.

A inabalável onda de contestação, provocada pelo eclodir do *Ultimatum* inglês, teria fortes ecos na imprensa: “à destruição da Pátria seguir-se-á a criação de um universo renovado: o Caos será substituído por uma nova Idade dourada. O discurso jornalístico assenta, assim, no paradigma apocalíptico, alimentando-se da esperança messiânica de salvação nacional” (Coelho, 1995:75). O ideal sebastianista encontra-se nas palavras de Gervásio Lobato, em *O Ocidente*:

se esse odio servir para Portugal reconquistar a sua antiga posição no mundo e na historia, nós abençoamos esse odio, quasi que poderemos bemdizer o insulto inglez como o enfermo bemdiz o caustico asqueroso repugnante que lhe doe, que o martyrisa mas que produz a reacção no seu organismo doente, e que lhe restitue a poca, a força, a vida! (Lobato, 1890:17-19)

A metáfora biológica, utilizada deliberadamente pelo autor, é elucidativa da propensão europeia, verificável no final de oitocentos, para aplicar a doutrina evolucionista a todas as esferas da sociedade. Atente-se, assim, na divisão bipolar de dois momentos. No primeiro, o sujeito enfermo identifica-se com uma entidade que, havendo atingido o auge da sua virilidade, se depara agora com a inevitabilidade da morte: o Portugal de 1890. Já no segundo, o indivíduo reage à moléstia e readquire a sua pujança juvenil: o Portugal do futuro.

No *Diário Ilustrado*, voz do Partido Regenerador, deparamo-nos com o mesmo tipo de dialéctica, regida, em grande parte, pelo conflito entre Progressistas e Regeneradores:

Agora... animo forte e muito patriotismo. E’ o que se requer; é o que se torna indispensavel. As manifestações já se fizeram; ao mundo já mostrámos que em nossas almas vibra a santissima corda do patriotismo; (...) Deixemos agora trabalhar os homens que se impozeram a obrigação de se inspirarem na crença de que o nome portuguez tem prestígio para se levantar triumphante do meio de uma vergonha. O interesse nacional impõe esse dever de ordem ao paiz, elle ha de saber comprehendel-o (Anónimo, 1890:2).

Como já foi anteriormente referido, o *Ultimatum* precipitou o início de um movimento marcadamente anti-britânico, que tinha em vista cortar as relações comerciais com a Inglaterra, reorganizar a Marinha de Guerra portuguesa e, até, criar um imposto voluntário de defesa nacional. Procurava-se, deste modo, exaltar a nação portuguesa, por oposição a uma Grã-Bretanha descrita, por E. A. Vidal, no *Correio da Manhã*, do seguinte modo:

O’ tôrpe Babylonia, ó perfida Carthago,/ Hão de os olhos baixar, attonitas, vexadas;/
Mas lá do infindo azul, das orbitas sagradas/ Onde incessante gira um turbilhão de

estrellas,/ Do plaino syderal, onde, por noivas bellas,/ Se vê passar, fulgindo, a etherea
emanação,/ Uma voz soar, - ribombo de trovão,/ Voz que ha de o espaço encher n'um
brando divinal:/ - «Essa que foi bacchante, a simular vestal,/ «Cahio e o vasto oceano
esquiva se a tragal-a,/ «Como o leão refoge ás podridões da valla!» (Vidal, 1890:1)

2.2.2. As Políticas de Tratados

Independentemente da asserção de Carlos Hermenegildo de Sousa (1905) de que os tratados e as consequentes deliberações de ordem política entre Portugal e Inglaterra, que se seguiram o *Ultimatum*, “entraram num rumo de recíproco respeito” (Sousa, 1939:246), verifica-se, através de uma análise da imprensa lusa e britânica, uma situação bastante diferente.

Para tratar, de forma clara, as questões políticas com maior impacte nos periódicos portugueses e britânicos, entre 1890 e 1900, procedemos à selecção de três momentos considerados fundamentais: o tratado de 20 de Agosto de 1890, o tratado de 11 de Junho de 1891, e, por último, a declaração secreta de Windsor, de 14 de Outubro de 1899. A omissão dos restantes tratados assinados até 1902 justifica-se, em primeiro lugar, por uma questão de limitação temporal, e, em segundo, pela diminuta expressão que estes alcançaram na imprensa portuguesa e britânica. Quanto às convenções acordadas após a coroação de Edward VII, por serem indissociáveis das relações diplomáticas entre as casas reais portuguesa e inglesa, optámos por trabalhá-las no último ponto deste subcapítulo, no âmbito das diversas viagens realizadas por ambas as famílias régias.

O tratado de 20 de Agosto de 1890, assinado nesse mesmo dia em Londres, estipulava, entre outros aspectos, o consentimento de Inglaterra relativamente à alienação das regiões a Sul do Zambeze e a delimitação do território de Moçambique. Embora este tratado viesse apenas oficializar o que já ficara anteriormente determinado com o *Ultimatum* de 11 de Janeiro, afigura-se-nos curioso estudar a celeuma que provocou entre as duas nações.

Apelando ao fervor patriótico e desatendendo à sua filiação política, os periódicos expressavam, na sua grande maioria em uníssono, o desagrado para com as vergonhosas vénias portuguesas à Rainha Victoria. Ainda claramente traumatizado pelo *Ultimatum*, *O Ocidente* justificava o declínio anímico da nação portuguesa através da reafirmação da amizade recíproca entre Portugal e Inglaterra, em 29 de Janeiro de 1642, e da subsequente concessão de liberdade de comércio aos ingleses em território luso. O

passo abaixo transcrito revela-se de especial interesse por apontar traços de degenerescência em ambos os povos em estudo. Em primeira instância, alude-se à incapacidade da nação portuguesa, decrépita e fraca, de fazer frente à Grã-Bretanha. Em segundo lugar, contudo, o autor sugere, de modo satírico, que a linhagem do Ministro britânico Salisbury padecia de uma moral amplamente questionável:

Não se levanta mão do conflicto com a Inglaterra, e apoz o *ultimatum* brutal d'esse odre que se chama Salysbury [sic], descendente de uma mulher que deixava, intencionalmente, cair as ligas nas sallas de baile, -- o Occidente (...) publica uma serie de artigos sob o titulo de *Inglaterra Conquistadora*, faz a historia (...) das nossas relações com a Grã-Bretanha desde o nefasto tratado de 29 de janeiro de 1642, causa de toda a nossa desgraça (Barradas, 1890:195).

Por sua vez, o *Correio da Manhã*, de Manuel Pinheiro Chagas, destoa da opinião generalizada ao defender o tratado com a Inglaterra. Em consequência do seu vínculo ao Partido Regenerador, e à semelhança do *Diário Ilustrado*, o jornal demonstrava uma maior preocupação com a situação política do país, em geral, em detrimento da política portuguesa em África:

Começou a opposição a dirigir os seus ataques ao tratado, cujas bases principaes já conhecemos, e que é sem duvida alguma uma convenção honrosa e vantajosa para nós, não só porque nos dá uma longa esphera de influencia indisputada, não só porque mantem a nossa occupação em sitios onde só recentemente procurámos estabelecer-a, mas tambem porque nos permite que vamos a regiões, ás quaes não tínhamos nem sequer communicações estabelecidas (C., 1890:1)

The Review of the Reviews relatava o acordo anglo-português em tom anedótico e satírico, o que, em última análise, revelava uma atitude de arrogância e altivez característica de John Bull face à sua “Lusitanian Belgium” (Anónimo, 1890:210). Mais uma vez, o estabelecimento de uma hierarquia em relação aos países europeus presentes na cena africana, de entre os quais Portugal era “the dog-in-the-manger” (Anónimo, 1890:210), assenta originariamente numa clara lógica evolucionista:

The Portuguese, who are the dog-in-the-manger of Africa, have agreed to waive preposterous claims to the whole of Central Africa along the Zambesi. (...) Portugal also, who has once more become John Bull's man of straw, is to be allowed to extend her sphere of influence south of Delagoa too the British sphere, subject to the consideration that she is never part with any of her possessions there without our consent. This gives us a veto upon any transfer of Delagoa Bay (Anónimo, 1890:210-211).

O conflito instalado com a Inglaterra, que se prolongava desde o desditoso *Ultimatum*, só viria a ter o seu desfecho definitivo com o tratado de 11 de Junho de

1891. Em consequência da não ratificação do tratado de 20 de Agosto, devido à tentativa, por parte dos governantes portugueses, de que fossem concedidas melhores condições a Portugal num outro tratado, “as canhoneiras inglesas [entraram] violentamente no Zambeze, tornando-o assim livre à navegação” (Sousa, 1939:244). A “pérfida Albion” estabeleceria que, de modo a preservar os limites territoriais que tinham ficado consignados em 20 de Agosto do ano anterior, a nação lusa era obrigada a decretar a livre navegação do Zambeze e do Chire e também a facilitar as comunicações entre os portos portugueses do litoral e os territórios sob a esfera de influência britânica. Em 11 de Junho de 1891, sem grande espanto por parte da opinião pública portuguesa, foi aprovado o acordo entre as duas nações, tal como se pode ler em *O Ocidente*:

A aprovação do tratado com a Inglaterra foi uma d’essas taes novidades, e a verdade é que essa aprovação não foi novidade para ninguém porque toda a gente sabia que esse tratado fosse qual fosse, seria aprovado agora, do mesmo modo que ha coisa de um anno se sabia tambem que elle não seria votado fosse qual fosse tambem (Lobato, 1891:137).

Contudo, a previsibilidade do acordo não invalidou a permanência de um sentimento de desconfiança por parte dos portugueses face à Grã-Bretanha. Neste contexto, a rubrica de João Verdades (pseudónimo de Tito Gonçalves Martins) publicada no mesmo número de *O Ocidente*, constitui um exemplo paradigmático: “os inglezes lá estão á espreita para levar o resto ou por dinheiro ou de graça, apesar de todos os tratados assignados. Fiemo-nos nos tratados e veremos o tombo que levamos” (Verdades, 1891:144). Este comentário denota, por um lado, uma crítica explícita a um Portugal anímica e fisicamente impotente face às intimidações britânicas, e, por outro, um discurso caracterizado pela ideia de uma nação lusa em decadência, mormente através da utilização do vocábulo “tombo”.

The Morning Post, um dos principais diários ingleses, afirmava o seu agrado face à resolução da querela entre Londres e Lisboa, não deixando de criticar, porém, a facção republicana. O artigo terminava num tom patriarcal de uma Grã-Bretanha que se situava a si mesma, relativamente a “the little Portugal”, num patamar de evolução política, económica e militar superior:

At any rate, Portugal will now know the limits of her possessions, and it will be for her to prove in the future that she also knows how to govern them and to develop them according to modern ideas. Every Englishman will cordially wish her success in the task (Anónimo, 1891:4).

Entre os anos de 1899 e 1902, a África austral iria conhecer colossais transformações que, adivinháveis desde a década de oitenta do século XIX, modificariam amplamente a sua estrutura geopolítica. Em 1898, Portugal tinha-se deparado com a possibilidade de as suas possessões coloniais serem desmembradas, vendo-se o país confrontado com a necessidade de assegurar o apoio da sua secular aliada. Assim, o Marquês de Soveral, principal porta-voz da política externa portuguesa junto do Governo britânico, recordou a *Lord Salisbury* o conteúdo do tratado anglo-português de 23 de Junho de 1661 (Costa, 1998:102-103).

A declaração secreta de Windsor, assinada em 14 de Outubro de 1899, teve em vista, por um lado, o compromisso de Inglaterra relativamente à manutenção e defesa da soberania lusa e, por outro, o compromisso de que Portugal iria pôr termo ao escoamento de armas e munições para o Transval, abstendo-se também de declarar a neutralidade perante a guerra anglo-bóere. A decorrente exigência de Salisbury de que o tratado de 1875, estabelecido entre Portugal e a República Independente do Transval, fosse anulado, preferivelmente antes do início da guerra entre Victoria e Kruger, apenas acelerou as negociações luso-britânicas. Porém, surgia agora a urgência de justificar, aos olhos da comunidade internacional, a autorização de passagem dos militares britânicos pela Beira. As repercussões da aplicação do tratado de Windsor na imprensa portuguesa e britânica revelam-se, assim, do maior o interesse para o presente estudo.

No *Diário Ilustrado*, claramente desafecto ao Governo progressista, nota-se, muito à semelhança de episódios anteriormente tratados, uma maior preocupação em desacreditar o Partido Progressista e as suas opções diplomáticas, em detrimento de um debate ideológico a respeito da política externa portuguesa (Costa, 1998:229):

Não falemos na convulsão dos espiritos que agita as tendencias de revolta em todo o paiz. Deixemos de considerar o perigo que corremos sob a administração mexeriqueira do ministerio da Justiça, dêmos por diminuto o desmazello dos ministerios dos Estrangeiros e Marinha, concordemos que não nos será fatal a conspiração financeira que se tolera no ministerio da Fazenda, supponhamos que a desorganização militar ainda é remediavel. Mas como estamos preparados para a provavel derivação da actual guerra anglo-boer que ameaça deslocar-se para os territorios da nossa provincia de Moçambique? (Anónimo, 1900:2).

Por seu turno, *O Ocidente*, mediante a adopção de uma perspectiva mais abrangente face à questão da Beira, frisava a dimensão internacional do acordo luso-britânico:

continua sendo discutida a passagem de tropas inglesas (...) através dos territórios portugueses da Beira. O facto commoveu toda a Europa e os longos artigos sobre a neutralidade, que, segundo alguns nos accusam, não soubemos manter, continuam apparecendo nos jornaes mais lidos de todas as nações (Câmara, 1900:81).

Ao longo dos meses de Abril e Maio, *The Morning Post* expressava o desagrado partilhado pelas restantes potências europeias a respeito do incumprimento do que se entendera como uma declaração de neutralidade por parte de Portugal. O particular descontentamento do diário russo *Novoe Vremya* foi relatado pelo jornal britânico nos seguintes termos: “the *Novoe Vremya* continues to invite the Powers to mark in some effective manner their disapproval of the ‘violation of international law’ of which Great Britain has forced Portugal to be guilty” (Baring, 1900:5). Torna-se particularmente curioso analisar os vocábulos utilizados por *The Morning Post* para retratar Portugal, definido, de uma forma geral, como inapto a defender-se dos maquiavélicos planos britânicos. Expressões como “Great Britain has taken advantage of” (Baring, 1900:5) e “the Portuguese government when yielding to the pressure of powerful Great Britain” (Anónimo, 1900:3) proliferam pelos diversos artigos dedicados à questão em apreço, demonstrando um sentimento inglês generalizado de uma hierarquia civilizacional cristalizada, situando-se Portugal na sua base.

Mediante a análise da imprensa dos dez anos acima sumariamente estudados, pode concluir-se que as relações políticas anglo-portuguesas eram fundamentais na redefinição do mapa africano. Ao invés de se encontrarem em pé de igualdade, verificámos que a interacção entre ambos os países era marcadamente desigual. No entanto, o poderio britânico, desafiando a supremacia marítima do transcendente Neptuno, iria conhecer o início da sua decadência com a segunda guerra com os bóeres.

2.2.3. A Guerra Anglo-Bóere

Aquando do eclodir do conflito armado entre a Inglaterra e a República Independente do Transval, a imprensa monárquica portuguesa teceu fortes críticas à actuação da Grã-Bretanha. Como já foi anteriormente referido, a posição geoestratégica das possessões coloniais portuguesas desempenhou um papel preponderante no quadro da guerra anglo-bóere, não só devido à multissecular aliança luso-britânica, mas também, e sobretudo, à passagem de militares ingleses pela Beira, bem como ao

contrabando de armas e de munições, entre outros aspectos bastante criticados na imprensa¹⁷. Na edição de 20 de Dezembro de 1899 de *O Occidente* lia-se o seguinte:

Anda o mundo espantado da má figura que fazem os leões de fama contra o que muitos supunham mosquitos. Derrotas sobre derrotas, franca, e sympathicamente á força de fraquezas, confessadas pelos inglezes, são as novas de cada dia. E é innegavel que o mundo inteiro vai revelando uma sympathia pelo Transvaal, que deve assustar algum tanto a orgulhosa Inglaterra, que tantas vezes humilhou as nações pequenas. E o castigo é tal agora, que já principia a inspirar piedade ainda nos mais fervorosos inimigos (Câmara, 1899:277-278).

O *Diário Ilustrado* ecoava o mesmo sentimento de filia para com o Transval nos seguintes termos:

Em presença dos ultimos telegramas de Londres, vê se que o *ultimatum* boer irritou fortemente os animos em Inglaterra. Ao que parece, os inglezes queriam ir amontoando forças sobre forças nas fronteiras do Transvaal (...). O *Morning Post* chama ao *ultimatum* um desafio, como se elle não fosse a resposta natural ao repto lançado pela Inglaterra, e diz que a causa d'esta é justa e santa. Está se mesmo a ver (Anónimo, 1899:3).

A dialéctica evolucionista, até então aplicada às quezílias anglo-portuguesas, foi transposta para a segunda guerra entre ingleses e transvalianos, como se pode observar pela divisão entre os supostos imponentes leões (ingleses) e o que se presumia como ridículos mosquitos (bóeres). No discurso jornalístico português detecta-se um sentimento de amizade para com o Transval, que, sendo uma nação jovem, no pico do seu vigor, se podia erguer vitoriosa de um injusto conflito deliberadamente provocado pela “pérfida Albion”. A derrota inglesa, ainda que pouco credível, era, sem qualquer dúvida, muito desejada por Portugal. Através do Transval, a opinião pública portuguesa, ainda claramente humilhada pela sua “fiel aliada”, canalizava o fervoroso desejo de derrubar os hegemónicos tentáculos britânicos.

Por seu turno, e similarmente ao ocorrido aquando do *Ultimatum*, a imprensa inglesa procurou justificar, aos olhos das restantes potências europeias, o seu papel decisivo na guerra contra Kruger. Em *The Dublin Review*, por exemplo, detecta-se uma tentativa de legitimar, mediante uma lógica evolucionista, o conflito anglo-bóere:

No State can permanently tolerate the existence of another as practically an *enclave* in its dominations, except where there is such disparity of strength as to render it innocuous. Self-preservation, the primary law of nations as of living organisms, rendered war with the Transvaal inevitable from the moment it began to arm on such a

¹⁷ Cf. Costa, 1998: 205-254.

scale as to render it a formidable neighbour, with the power of attacking British territory from a central position on all sides at once (Anónimo, 1900:21-22).

A respeito do começo da guerra com o Transval, *The Illustrated London News* (periódico que serviu de modelo à *Ilustração Portuguesa*) não só citou a conhecida afirmação proferida por Arthur Balfour, “we have with us the conscience of the Empire” (1900:596), mas também procurou legitimar a questão dos campos de concentração de Kitchener. Assim, em Maio de 1900, cerca de um ano antes da visita de Emily Hobhouse¹⁸ à África austral, *The Illustrated London News* publicou uma colecção de fotografias, intitulada “The Boer in Durance in Cape Town” (Anónimo, 1900:619), que visava retratar um amigável jogo de futebol travado entre os prisioneiros. De facto, pressionada para representar positivamente a actuação dos militares ingleses no Transval, a imprensa britânica propagandeou favorável e engenhosamente o que viria a ser apelidado de “methods-of-barbarism” (Pakenham, 1991:578).

Todavia, em 1901, *The Edinburgh Review*, afiliado à facção *Whig*, criticou a presunçosa convicção inglesa de que o conflito anglo-bóere não passava de “a war in a tea cup” (Pakenham, 1991:568). Cada vez mais ciente da insustentabilidade da disputa, o periódico espelhava, no fundo, a opinião pública inglesa:

Whether the war was, in truth, inevitable is a question which is now only historical interest. It is enough for us that it came, with all its attendant evils. With these we have to deal as best we can. One thing about it is, alas ! too clear – viz. that the war is not a short cut to the solutions of the difficulties which were oppressing South Africa, but rather an intensification of them all. Why did we suppose that to conquer a country as large as France would be a matter of a few weeks or months at most, and be the easy work of sixty or seventy thousand men? (Anónimo, 1901:267).

A demorada resolução do humilhante conflito anglo-bóere, perpetuado devido à guerra de guerrilha dos Zulus, chegaria apenas em 1902 com a declaração Edward VII, Rei do Reino Unido, dos domínios britânicos e Imperador da Índia.

¹⁸ De modo a fazer frente à cada vez mais intensa guerra de guerrilha, Kitchener empreendeu uma política de castigo colectivo, que, numa primeira fase, passou por incendiar as quintas dos *boers* que se opusessem à causa britânica. A lenta evolução do conflito, porém, levou a que o Marechal de Campo britânico colocasse as famílias dos combatentes transvalianos no que apelidou de campos de refugiados. A consequente celeuma gerada no seio da opinião pública inglesa seria fortemente ampliada quando, após uma viagem pelo que, na realidade, eram campos de concentração, Emily Hobhouse (1860-1926), uma solteirona de quarenta e um anos, relatou a situação da África austral ao Parlamento. Mulheres e crianças, privadas de vestuário e de cuidados médicos, ficavam sujeitas à inanição, tífóide e disenteria, pelo que a taxa de mortalidade, nas fortificações de cimento de Kitchener, chegou aos 34% em Outubro de 1901. Perante a ira dos pró-bóeres, o controlo dos campos foi entregue a Milner e às autoridades civis, que, em Fevereiro do ano seguinte, reduziram a percentagem de mortes para 6% e, mais tarde, para 2% (Pakenham, 1991:577-579).

2.2.4. As Questões Diplomáticas

Aquando da morte da Rainha Victoria, em 22 de Janeiro de 1901, e da subsequente sucessão do Príncipe de Gales, Edward VII, ao trono inglês, os governantes britânicos depararam-se com a urgência de encetar uma política de alianças, por oposição à doutrina da *splendid isolation*. Neste panorama, ao longo da curta era eduardiana, a Inglaterra iniciaria uma reaproximação, de ordem política e diplomática, aos seus parceiros europeus, com especial enfoque não só na França e Rússia, mas também em Portugal. Neste último caso, não deve menosprezar-se o preponderante papel desempenhado pelo já anteriormente referido Marquês de Soveral.

Tendo em vista explorar a progressiva reconciliação das casas reais portuguesa e britânica, o presente subcapítulo incidirá na análise de cinco episódios considerados fulcrais para a compreensão das relações diplomáticas luso-britânicas entre 1902 e 1910. Daremos início ao nosso estudo com a visita de Edward VII a Lisboa, em 2 de Abril de 1903, e posteriormente com a viagem de D. Carlos a Inglaterra realizada no ano seguinte. O terceiro momento sob análise será o do regicídio, em 1 de Fevereiro de 1908, sendo apenas examinados os periódicos britânicos. De seguida, a nossa investigação recairá na visita de D. Manuel II a Inglaterra, aquando do seu aniversário de nascimento. Por fim, o último episódio em análise será o da morte de Edward VII, em 6 de Maio de 1910, e respectiva divulgação nos jornais portugueses.

Em virtude das astutas capacidades diplomáticas de Luís Maria Pinto de Soveral, em 1903 Edward VII optou por dar início ao seu programa de visitas oficiais aos países europeus com uma viagem a Portugal, que iria resultar num novo tratado assinado pelas duas potências aliadas. Contudo, o plano de visita à nação lusa deveria permanecer secreto, pois tinha sobretudo em vista esbater as verdadeiras intenções do Monarca, o qual seguindo por Itália em direcção a França, pretendia aí assinar um Acordo Colonial, que criaria as bases do que, mais tarde, viria a ser a *Entente Cordiale* (Marques, 2009:176-177). De qualquer forma, a viagem a Portugal teve um grande impacte tanto na imprensa portuguesa como na britânica.

A chegada do Rei de Inglaterra, cuja última visita a Portugal tinha sido numa viagem de regresso da Índia, em 1876, provocou grandes preparativos em Lisboa, facto profundamente criticado por *O Mundo*. Dirigido por António França Borges (1871-1915), jornalista filiado no Partido Republicano e membro da Maçonaria, o diário expressou uma clara atitude anti-britânica. Tendo em vista apelar a um imaginário

português ainda bastante perturbado pelo *Ultimatum*, *O Mundo* tentou virar a opinião pública contra a Monarquia lusa, não se abstendo, portanto, de fazer diversas referências aos anteriores conflitos anglo-portugueses, por ocasião da visita de Edward VII:

Respiremos: o rei Eduardo saiu (...). O que se viu ahi, nestes dias de barulho e de festa? Viu-se muita cousa. Viu-se principalmente falta de vergonha, de senso, de juízo e de gosto. (...) nem na vida dos homens, nem na vida das nações se tolera que sobre grandes agravos, publicos, escandalosos, seguidos de fremitos de brio e desafronta, apareçam expansões de intensa amizade, grandes carinhos (Anónimo, 1903:1).

Afecto ao Governo regenerador de Hintze Ribeiro e à causa monárquica, o *Diário Ilustrado* manifestou uma posição totalmente oposta à veiculada por *O Mundo* elogiando o poder britânico e aplaudindo o seu mais alto representante:

Ora esta titanica e poderosa nação é a nossa velha aliada de cinco seculos! (...) gloriamo[-nos] de ser amigos e aliados e que hoje, com jubilo e evocando as melhores recordações da nossa amisade secular, acclamamos na pessoa do seu augusto, prestigioso e muito amado Soberano. *God save the King!* (Anónimo, 1903:2)

Em *The Review of the Reviews* verificou-se a necessidade de justificar, junto da opinião pública britânica, a importância de restabelecer a aliança luso-britânica, moribunda desde 11 de Janeiro de 1890, e, como tal, de reatar as relações amigáveis com Portugal. Simultaneamente, o periódico sublinhava a importância geoestratégia da nação de D. Carlos I para a manutenção da supremacia de Inglaterra:

The importance point to be grasped is that the Portuguese alliance is of vital value to this country, no less than to the Government of Lisbon. Portugal is still the fourth Colonial Power in the world. Her geographical situation upon the Atlantic sea-board (...) still places her upon the flank of what must always be the main strategical line of Imperial defence (Anónimo, 1903:474)

A reaproximação das duas casas reais levaria a que, em Novembro de 1904, D. Carlos, acompanhado de D. Amélia (1865-1951), visitasse oficialmente Londres e assinasse o acordo de arbitragem anglo-português conhecido por Segundo Tratado de Windsor. No entanto, *O Mundo* fez questão de pôr os seus leitores a par da apatia e do desinteresse com que os Monarcas portugueses teriam sido recebidos na capital britânica, citando, a propósito, o correspondente do *Heraldo de Madrid* em Londres: “Escuso de dizer que todos os festejos se encontram desprovidos do caracter popular e entusiasta” (Anónimo, 1904:1).

Na mesma linha, a *Ilustração Portuguesa* dedicou diversas páginas à visita dos Monarcas a Inglaterra, não abdicando de estratégias literárias como a ironia, a caricatura

e a paródia com vista a ridicularizar os portugueses que, após tamanha humilhação como a de 1890, se compraziam agora em reproduzir os gostos e hábitos ingleses: “Lisboa pensa nos festejos e ingleza se. (...) Assim, prepararão os estômagos para os biffes da tarde e as gargantas para entoarem na *soirée* das Pires o forte e audaz *God Save the King* (Martins, 1904:18).

Em sintonia com os dois periódicos republicanos, *The Review of the Reviews* publicou, em Dezembro, um curto parágrafo sobre a viagem régia, no qual se lia o seguinte: “the King is a good shot, his wife is a very pretty woman. (...) But Marquis de Soveral, the Portuguese Ambassador, is the real representative of Portugal to us” (Anónimo, 1904:579). Como se depreende, o Marquês de Soveral não só encarnava o rosto da nação portuguesa em Londres, mas também funcionava como intermediário entre D. Carlos (e, mais tarde, D. Manuel II) e Edward VII. Denota-se, adicionalmente, uma valorização do diplomata, em detrimento dos mais altos representantes da monarquia portuguesa.

A respeito das visitas régias de 1903 e 1904, devemos ainda atentar na esmagadora diferença entre a quantidade de notícias publicadas pela imprensa portuguesa no período correspondente à estada de Edward VII em Lisboa, e o diminuto número de artigos no periodismo britânico relativos à viagem dos Soberanos portugueses a Londres. Com efeito, verificámos que a importância conferida ao antigo Príncipe de Gales pela imprensa nacional contrastava sobremaneira com indiferença com que os jornais da “pérvida Albion” se reportaram a Portugal. Em última análise, o desinteresse pela nação lusa poderá ser indicador de uma atitude britânica de arrogância e de crença na sua superioridade civilizacional, não considerando, portanto, que um país política, económica e militarmente débil fosse merecedor de ocupar as principais páginas dos jornais ingleses. A porventura excessiva atenção atribuída a Edward VII revelava não só a pequenez de um país moribundo, mas também as mazelas, ainda presentes, causadas pelo *Ultimatum*.

As crescentes e irreconciliáveis tensões entre as facções mais radicais do Partido Republicano e a Casa de Bragança, situação agravada pela ditadura de João Franco, iriam culminar, em 1908, no assassinio de D. Carlos I e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe. Neste contexto, o acompanhamento do Regicídio por parte da imprensa britânica foi diário, tentando-se apurar os responsáveis por tão imperdoável acto.

Contrariamente à opinião pública portuguesa, que rapidamente apontou a “despótica” ditadura de Franco como a culpada por um processo que terminaria com a

morte do Rei e do seu primogénito, *The Review of the Reviews* condenou, entre outros aspectos, a incapacidade de Franco em aplicar medidas ainda mais ferozes do que aquelas de que era acusado pelos portugueses:

The real malady was the failure of representative government decade after decade – the powerlessness of the Parliamentary system to raise a nation that needs lifting above itself, or to be anything but a mere reflection of the moral condition of a people as it is... The ideal Dictator would have been a person of solid powers and magnetic temperament, more able and more ruthless than Franco (Anónimo, 1908:261).

Similarmente, *The Illustrated London News* defendeu a actuação de João Franco, dirigindo as suas acusações à corrupta administração portuguesa e ao Partido Republicano:

Senhor Joao Franco made a heroic endeavour, in which he was supported by the late King, to reform the abuses and corruption which existed in the Portuguese Administration. He discovered the existence of innumerable petty offices of no importance, carrying salaries that drained the treasury. The political situation resulting from his efforts become so strained that the Constitution was suspended and Senhor Franco become Dictator of Portugal. Immediately after the King's assassination, Senhor Franco offered the new King the support of a Coalition Ministry of Monarchists, and tendered his resignation (Anónimo, 1908:182).

Depreende-se, assim, que a ditadura franquista contava com o apoio não só de D. Carlos, mas também, e especialmente, de toda a Europa conservadora. Devemos acrescentar que, após o regicídio, e perante a possibilidade de se instalar a anarquia em Lisboa, Edward VII, influenciado pelo Marquês de Soveral, ponderou, com o *Foreign Office*, o envio de uma esquadra inglesa para Portugal. Embora nunca se tenha concretizado, a intervenção de Inglaterra não só funcionou como um indicador da importância britânica no quadro da política externa e interna portuguesa, como também deixou claro o papel preponderante que Edward VII e o Marquês de Soveral teriam desempenhado na subida ao trono de D. Manuel II.

O reinado de D. Manuel II ocupou o espaço de tempo compreendido entre Fevereiro de 1908 e Outubro de 1910, conheceu seis governos distintos e ficou marcado pela imagem de um monarca jovem, fraco e, acima de tudo, profundamente influenciado pela sua impopular mãe, a Rainha D. Amélia (Marques, 2009:223). Rodeado por personalidades como José Alpoim, que havia aplaudido publicamente o regicídio, e permitindo que fossem feitas romagens às campas dos assassinos de seu pai e irmão, D. Manuel II viu-se imerso numa monarquia que definhava rumo ao seu termo.

Neste contexto, não será de espantar que as referências ao Monarca luso nos periódicos *The Review of the Reviews* e *The Illustrated London News* fossem geralmente acompanhadas por expressões como “Portugal and her Boy-King” (Anónimo, 1909:563) ou “The Young-King” (Anónimo, 1909:673). Se, por um lado, existia uma atitude de uma certa condescendência para com um jovem inexperiente, por outro, verificou-se um sentimento de algum respeito pelo novo Rei, por parte dos dois periódicos acima mencionados. Assim, em *The Review of the Reviews*, podia ler-se, em relação a D. Manuel II, o seguinte: “Pure-minded, straightforward, amiable, affable, no one (...) comes nearer to what is understood by a perfect gentleman” (Anónimo, 1909:563). A estima expressada pelos periódicos para com o jovem Soberano pode explicar-se, em certa medida, pela crescente proximidade que se foi estabelecendo, ao longo da primeira década do século XX, entre as casas reais inglesa e portuguesa.

Devemos também considerar que, ao assumir funções, o jovem Monarca, juntamente com os seus conselheiros, de entre os quais se deve salientar o Marquês de Soveral, procurou encetar um programa de visitas às Cortes europeias, dirigindo-se, na sua primeira viagem, a Madrid, Londres e Paris. A chegada a Windsor, que coincidiu com o vigésimo aniversário do Soberano, funcionou como uma estratégia, habilmente preparada pelo Ministro português, para procurar uma noiva para o Rei e reavivar a aliança luso-britânica. Nesta viagem, durante a qual se abordaria a necessidade de renegociar um Tratado de Comércio entre as duas nações, o Rei português seria investido, por Edward VII, Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (Marques, 2009:236).

Os planos matrimoniais para D. Manuel revestiam-se da mais vital importância para os monárquicos, considerando-se que um casamento com uma princesa inglesa daria à monarquia constitucional portuguesa uma nova pujança. De entre as candidatas, distinguiram-se Victoria Patricia de Connaught (1886-1974), filha dos Duques de Connaught, e Alexandra de Fife (1891-1959), neta de Edward VII. O anúncio de um casamento, que acabou por se inviabilizar devido ao clima de instabilidade vivido em Portugal, teve fortes repercussões na imprensa portuguesa.

Muito à semelhança dos momentos anteriormente analisados, a opinião pública lusa, quando confrontada com a ideia de um matrimónio régio anglo-português, dividiu-se entre a facção republicana e a monárquica. Deste modo, em 17 de Novembro de 1909 lia-se, em *O Mundo*, o seguinte:

O casamento do sr. D. Manuel com uma princesa inglesa é uma das pretensões de certos monarchicos portugueses que julgam que, dessa sorte, se consolidaria, definitivamente, o trono português, pelo protectorado exercido pela Inglaterra. (...) essa gente clama que a monarchia é a garantia da independencia da Patria. Mas essa mesma gente quer para Portugal a mais humilhante situação, - desde que a monarchia se salve. Afunde-se o país, mas segure-se o trono. Entre o país enfeudado a estranhos, com a monarchia, e livre, com a Republica (Anónimo, 1909:1).

Devemos salientar que a celebração de um matrimónio com uma jovem e bela princesa inglesa iria debilitar fortemente a causa republicana junto da opinião pública portuguesa, pelo que se compreende a resistência das alas mais radicais do Partido. Por outro lado, os periódicos com claras ligações à monarquia rejubilavam perante a ideia de um futuro casamento que restaurasse o apreço do imaginário português para com a instituição monárquica, então representada por D. Manuel II. A respeito de uma futura boda real, lia-se em *O Ocidente* que “esta circumstancia vem em abono do presente, pois mais leva a crer que de há muito na alta diplomacia se pensava nesta aliança das duas casas reinantes” (Anónimo, 1909:266).

O último episódio em apreço na imprensa periódica identifica-se com o momento da morte do Monarca britânico, em 6 de Maio de 1910. Deve notar-se que este acontecimento, que decorreu numa fase de reaproximação das duas nações, alterou muito as imagens estereotipadas dos britânicos, nomeadamente do Rei, veiculadas amiúde no periodismo luso. De facto, se, em 1903, a *Ilustração Portuguesa*, de orientação política republicana, tinha caricaturado Edward VII e os seus súbditos, em 1910, por ocasião da sua morte, a atitude foi bastante diversa:

As suas sympathias para o nosso paiz não as occultava: compraxia-se mesmo como, chefe, d’uma potencia forte n’essa aliança secular que vinha desde o periodo em que os superiores eramos nós (...). O seu amigo mais intimo era o ministro de Portugal em Londres, o sr. marquez de Soveral (...). No tempo da guerra com o Transvaal toda a nossa alma ia para esses luctadores da Africa do Sul; povo de heroes que defendia o seu lar, a sua vida, a sua integridade (...). De súbito Eduardo VII sobe ao throno. Vem a clemencia, chega a epoca da paz. Não ha mais sangue: os transvalianos são tratados como merecem. Surge a aurora da pacificação e então o vulto do rei de Inglaterra aparece mais sympathico do que nunca aos olhos que derramavam lagrimas de justa alegria dos seus aliados (Anónimo, 1910:649-650)

O jornal regenerador *Diário Ilustrado* expressaria também uma mudança de atitude relativamente à Grã-Bretanha:

A nação inglesa devia ufanar-se de possuir esse Soberano, digno continuador da obra de engrandecimento da patria, inciciada por sua Augusta Mãe, de venerada memoria. Rei *gentleman* e Rei symbolo d’um regimen, Eduardo VII possuia o talento e o tacto indispensaveis para agradar ao seu povo e aos estrangeiros, acompanhando a opinião

dominante, sem ingerência imediata na deliberação dos homens que escolhia para governar (Anónimo, 1910:1)

Ao logo dos oito anos aqui muito sumariamente estudados, detecta-se uma clara evolução nas relações anglo-portuguesas. Se o *Ultimatum* se apresentou como um ponto de viragem no percurso da aliança luso-britânica, agravando um momento já de si bastante conturbado da História portuguesa, o período correspondente ao reinado de Edward VII simbolizou, pelo contrário, um amadurecimento da multissecular aliança. Não obstante o feliz restabelecimento das relações diplomáticas anglo-portuguesas, a memória do *Ultimatum* nunca abandonou, todavia, o imaginário português. Assim, os acontecimentos decorrentes do dia 11 de Janeiro de 1890 foram habilmente utilizados pelo Partido Republicano para mobilizar a opinião pública para a sua causa, culminando na implantação da República, em 5 de Outubro de 1910.

2.3. Construindo a Alteridade: Olhares do “Eu” sobre o “Outro”

No decorrer de qualquer contacto intercultural, a tendência inevitável para impor determinadas características a uma nação afigura-se extremamente curiosa ao estudioso. Tomando em consideração os pressupostos metodológicos propostos por Michel Foucault e Stuart Hall, bem como pelos Estudos de Imagem, área de investigação que tem como objectivo primordial escrutinar as complexas relações estabelecidas entre a literatura e “uma determinada estrutura social, cultural e política” (Machado, 2001:49), o presente subcapítulo pretende analisar o discurso construído através da interacção entre um “Eu” e um “Outro”.

Mediante a análise contextualizada de símbolos, alegorias, estereótipos, entre outros, criados por um “Eu” a respeito de um “Outro”, a imagologia tem em vista proceder à desconstrução das “auto-imagens, auto-representações indissociáveis de representações polémicas do estrangeiro” (Machado, 2001:50). Com efeito, a imagem resultante do processo de distanciamento entre um sujeito e o seu objecto é, na sua essência, um acto discursivo e interpretativo, estando permanentemente condicionada pelo momento histórico-cultural em que foi produzida. No entanto, aquele que olha, ao criar uma imagem da entidade que é olhada, acaba, invariavelmente, por veicular uma representação de si mesmo:

é impossível evitar que a imagem do Outro (...) não surja (...) também como negação do Outro, o complemento, o prolongamento do meu próprio corpo ou do meu próprio espaço. Queremos dizer “o Outro” (...) e, ao dizer “o Outro”, negámo-lo e dizemo-nos a nós próprios. De certo modo, dizemos também o mundo que nos rodeia, dizemos o lugar de onde partiu o “olhar”, o juízo sobre o Outro: a imagem do Outro revela as relações que estabelecemos entre o mundo (...) e eu próprio (Machado, 2001:53).

Consequentemente, o discurso da alteridade resulta, não raro, num agressivo acto de apropriação. Como Christopher Prendergast refere, “if representation is the process whereby ‘a’ stands for ‘b’ (...), by what authority does it do so? The question then is a question about authority in representation, though inevitable (...), is not only alienating but also oppressive” (2000: 8, 9). Assim, o discurso que surja como o efeito do olhar de um “Eu” (hierarquicamente superior, inferior ou, até, semelhante) sobre um “Outro” resulta sempre de uma mediação, pelo que deve ser alvo de uma extensa análise:

one of the things we can do (...) is to analyze the properties, rules, and modes of functioning of systems of representation, with a view to uncovering their assumptions, describing their origins, and above all unmasking the processes whereby those origins are concealed in the interests of parading the human choices and conventions on which they are based as not human choices and conventions at all but as if they were natural, permanent, and unalterable made to the specifications of eternity (Prendergast, 2000:9).

Neste contexto, devem recordar-se as posições de Foucault e Hall a respeito da produção discursiva. Como já tivemos ocasião de referir, ambos os pensadores defendem a existência de um complexo mecanismo através do qual o discurso e, subsequentemente, o conhecimento, se vêem subjugados ao poder da ordem imperante num determinado momento histórico.

Perante este cenário, a observação do imaginário português e britânico, desde o *Ultimatum* até à implantação da República, pressupõe a necessidade de entender a conjuntura histórica em que determinados acontecimentos se inserem. O tipo de discurso adoptado pelos periódicos estudados, ao invés de transmitir uma imagem que procure ser fidedigna, dos britânicos ou dos portugueses, prima, antes, por edificar representações que estabelecem uma relação ou de fobia ou de mania entre os dois povos ou nações em questão.

Assim, aliada à tendência europeia para problematizar o evolucionismo e a degenerescência, a imprensa propendeu a hierarquizar as nações portuguesa e inglesa, em função dos seus estádios evolutivos. Se, no caso inglês, John Bull se coloca a si mesmo no topo da pirâmide do progresso civilizacional, em virtude da sua

preponderância político-militar e económica, no panorama luso verifica-se uma apologia da superioridade moral portuguesa, por oposição à mesquinhez britânica.

3. Da Ludologia ao Pós-Colonialismo

Não seria possível, de modo algum, proceder a uma apreciação do objecto de estudo desta investigação sem uma ampla compreensão dos movimentos sociais, filosóficos, políticos e científicos que caracterizaram a sociedade de final de oitocentos e inícios do século XX. Neste sentido, visou-se observar, através do recurso à historiografia e à imprensa periódica portuguesa e inglesa, duas tendências que, por um lado, definiram o espaço de tempo compreendido entre 1890 e 1910, e que, por outro, são fulcrais para o entendimento do jogo de vídeo em questão: o evolucionismo e o colonialismo. Somente à luz da tumultuosa relação luso-britânica será, então, exequível escrutinar a lógica pós-colonial inerente ao jogo de vídeo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*.

3.1. Introduzindo a Ludologia enquanto Área Académica de Investigação

Ao invés de serem o resultado de um longo processo evolutivo do cinema, da literatura ou, até, dos *new media*¹⁹, os jogos de vídeo inserem-se no quadro de uma história milenar que remonta ao jogo de tabuleiro egípcio *Senet*, descoberto no túmulo de Hesy-Re, de 2686 a.C. (Juul, 2005:3-4). A propósito da análise dos jogos de computador, a invocação do desenvolvimento dos passatempos não electrónicos sugere a invariável necessidade de traçar o progresso do pensamento humano, ao longo dos séculos, relativo ao acto de jogar.

No panorama da civilização ocidental, verificamos a existência de uma ampla panóplia de jogos com vista a servir propósitos pedagógicos. De facto, o *Rythmomachia*, um entretenimento do século XI, que tinha como base a teoria aritmética de Boécio, conheceu uma vasta divulgação desde a sua criação até ao século

¹⁹ O termo *new media*, perpetuamente condicionado pelas constantes descobertas científicas, remonta aos anos noventa do século XX e à primeira década do segundo milénio. Nos vinte anos compreendidos entre 1990 e 2010, em consequência do advento dos sistemas computadorizados, os *media* ver-se-iam obrigados a redefinir-se. De facto, a emergência da *Internet* e da *World Wide Web* representou uma quebra face às mais obsoletas formas de pensar a tecnologia, nomeadamente os *broadcast media* como a rádio, a televisão e o cinema, e os *popular publishing media* como periódicos, diários, revistas e livros (Hartley, Burgess e Bruns, 2013:2). Não devemos, contudo, descurar o estabelecimento simbólico, nos *new media*, de uma continuidade face aos mais arcaicos mecanismos através dos quais a comunicação se possibilita. Recorde-se que o conceito de “página” da *Internet* deriva do recurso à ideia de uma “página” de um livro. Como tal, não obstante a transformação verificada entre 1990 e 2010, os *new media* depararam-se com a necessidade de invocar termos já conhecidos, de modo a assegurar a comunicação, mantendo, assim, um equilíbrio entre a tradição e a inovação.

XVI, época a partir da qual seria gradualmente substituído pelo xadrez. Mediante o ensino religioso, focado no *trivium* – gramática, dialética e retórica – e no *quadrivium* – aritmética, música, geometria e astronomia –, o jogo em questão difundir-se-ia no seio dos estudantes e das elites eruditas (Silva, 2007:105-111). Não será, então, de espantar que Thomas More, em *Utopia*, lhe faça uma breve referência: “they do play two games not unlike our chess. One is a battle of numbers, in which numbers captures another” (More, 1516:50). No entanto, muito à semelhança da expulsão dos poetas da República platônica, More menospreza os jogos, frisando que os *Utopians* “know nothing about gambling with dice or other foolish and ruinous games” (More, 1516:12).

Com o Iluminismo advogar-se-ia o recurso aos jogos de tabuleiro de modo a promover a educação e a difusão do saber. O pensamento iluminista defendia a disseminação do conhecimento como meio de combate aos males sociais e políticos, ideal que tinha como base a assunção de que a razão conduziria o Homem até à verdade, através de um processo analítico que libertaria a humanidade da ignorância:

Human happiness was considered as the supreme good and (...) it could be achieved by 'spreading enlightenment', in other words by education. (...) The belief that education would promote freedom and morality in the community was therefore a corollary of the general conception of man and ethics prevailing in the age of enlightenment (Clifford-Vaughan, 1963:135).

Neste contexto, Caroline G. Goodfellow, em “The Development of the English Board Game, 1770-1850” (1998), demonstra o prolífico fabrico de jogos de tabuleiro pedagógicos ao longo do século XVIII e de grande parte do século XIX na Grã-Bretanha. O jogo *Historical Pastime or a New Game of the History of England from the Conquest to the Accession of George the Third* (1803), de John Harris e John Wallis, actualmente exposto no Victoria and Albert Museum, em Londres, constitui um exemplo paradigmático. Atente-se na sua descrição:

The utility and tendency of this Game must be obvious at first sight; for surly [sic] there cannot be a more agreeable study than History, and none more improving to Youth, than that which conveys to them, in a pleasing and comprehensive manner, the Events which have occurred in their own country. (...) This will naturally excite a curiosity in the youthful mind (Harris e Wallis, 1803).

Subsequentemente, o conceito de jogo, fortemente impregnado nas fundações da sociedade contemporânea, seria manuseado por figuras como Vladímir Propp (1895-1970), Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Ferdinand de Saussure (1857-1913). Também Ludwig Wittgenstein (1889-1951) desenvolveria o seu pensamento a respeito

da linguagem em torno da noção de jogo, como se pode constatar na citação abaixo transcrita:

We can also think of the whole process of using words in (2) as one of those games by means of which children learn their native language. I will call these games "language-games" and will sometimes speak of a primitive language as a language-game. And the processes of naming the stones and of repeating words after someone might also be called language-games. Think of much of the use of words in games like ring-a-ring-a-roses. I shall also call the whole, consisting of language and the actions into which it is woven, the "language-game" (Wittgenstein, 1953:5).

Em virtude da urgência em responder às cada vez mais exigentes necessidades bélicas, o posterior incremento dos jogos deveu-se, em larga medida, à evolução da tecnologia, tal como se pode observar na película *War Games* (Badham, 1983). Assim, no contexto da Guerra Fria e do crescente conflito tecnológico que eclodiria com a chegada de Armstrong à Lua, em 1969, *Spacewar!* foi criado no MIT por Stephen Russell. Contudo, apenas em 1973 a Atari colocaria no mercado o primeiro jogo de vídeo comercializável, intitulado *Pong*.

O extenso espectro de jogos de computador, no âmbito do qual se inserem os *Turn Based Strategy Video Games*, como o *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*, metamorfoseou-se, na presente centúria, originando um complexo mecanismo controlado por multinacionais que têm como última finalidade produzir lucro. Com efeito, a indústria dos jogos de vídeo atingiu uma dimensão extraordinária no globo terrestre, justificável pela imperativa obrigação de responder à elevada procura de um público cada vez mais abrangente²⁰.

Perante o crescente impacto da cultura dos jogos de vídeo, teóricos como Espen Aarseth, Jesper Juul e Gonzalo Frasca depararam-se com a necessidade de conceber um conjunto de termos e conceitos que permitissem analisar os jogos enquanto uma disciplina de investigação independente, por oposição a uma mera ramificação de uma outra área de estudo. Não obstante, a Ludologia, termo cunhado no contexto dos jogos de vídeo por Gonzalo Frasca, visa estabelecer uma relação dinâmica e interdisciplinar entre a temática ludológica e um vasto leque de disciplinas académicas (Juul, 2009:362-364).

Antes de procedermos a uma atenta análise do nosso objecto de estudo, devemos ainda ter presente o conceito basilar de *magic circle*, proposto por Johan Huizinga, em 1938. Mediante a sua teorização a respeito da função cultural do jogo, o

²⁰ Cf. Dyer-Witheford e Peuter, 2009: xi-xxxv.

historiador holandês defende que a dimensão na qual o jogo tem lugar é obrigatoriamente governada por uma ordem imutável, de modo a adquirir verosimilhança junto dos jogadores. Através de um conjunto pré-programado de regras e da aceitação destas por parte do jogador, o universo no qual o jogo existe enquanto entidade semiótica, computacional e simuladora, auto-valida-se. Neste sentido, o *magic circle* estabelece, de um modo geral, os limites (físicos ou imaginários) de um simbólico mundo lúdico.

3.2. Sid Meier's Civilization V: Brave New World

O segundo pacote de expansão do jogo de vídeo *Sid Meier's Civilization V*, subintitulado *Brave New World*, pertence à longa família dos jogos *Civilization*, que nasceu em 1980 pelo engenho de Francis Tresham. Em estreita oposição ao seu estatuto actual, *Civilization* foi, na sua concepção original, um obscuro jogo de tabuleiro. Ao exigir a participação de sete jogadores num universo lúdico baseado num elaborado conjunto de regras e num excessivo número de peças, o artefacto cultural de Tresham carecia das características fundamentais para que fosse visto como um jogo de qualidade.

Convém referir, neste âmbito, o agregado de particularidades que confere a um jogo o essencial para que este seja considerado de qualidade. Assim, em primeiro lugar, um jogo deve primar pela clareza, de modo a que o jogador possa prever as jogadas seguintes e delinear o seu percurso até a uma possível vitória. A clareza de um jogo não é necessariamente determinada pelas respectivas regras (facilmente perceptíveis ou não), mas antes pela resposta à questão “how difficult is it to create a good tactic or strategy?” (Neto e Silva, 2007:22).

Em segundo lugar, a profundidade, ou, por outras palavras, o número de níveis de sofisticação abrangidos pelo *magic circle* deve ser proporcionalmente equivalente à clareza de um jogo. Com efeito, torna-se indispensável que o jogador se veja embrenhado nos meandros de um jogo. Se, por exemplo, no popular Jogo do Galo, os jogadores facilmente se apercebem como agir para não serem vencidos, perpetuando-se o desenlace em sucessivos empates, no caso do xadrez deparam-se com uma situação diferente. Na verdade, à medida que são absorvidos pela dimensão lúdica do xadrez, rapidamente constata-se a existência de uma série de sinuosos níveis de complexidade, que lhes exigem uma extraordinária capacidade de ponderação.

Em terceiro lugar, um bom jogo deve criar uma atmosfera dramática, na medida em que a vitória de um jogador não está pré-determinada. Efectivamente, e muito à semelhança da “peripécia” aristotélica, não estando o desfecho de um jogo pré-definido, surge sempre a possibilidade de uma inversão num previsível desenlace. Assim, se um jogador A detém inicialmente a vantagem, pode rapidamente perdê-la para um jogador B. Num jogo bom, perder ou ganhar ocorre sempre num contexto verosímil e nunca em circunstâncias aleatórias ou inexplicáveis pelas regras da lógica.

Por fim, e em quarto lugar, um jogo deve ainda ser decisivo, na medida em que, a partir de determinado momento, deve ser perceptível a inevitável derrota e vitória de cada um dos jogadores. Caso não possua esta característica indispensável, o jogo tornar-se-á confuso e prolongar-se-á em invariáveis e cíclicos eventos dramáticos (Nuno e Silva, 2007:23).

O *Civilization*, de Sid Meier, ao reunir as características acima referidas, afasta-se, em larga medida, do seu progenitor. De facto, o *Turn-Based Strategy Video Game* em questão, ao recorrer à mecânica computadorizada, eleva-se a um renovado grau de elaboração, estendendo-se até 2050 d.C. e utilizando o globo inteiro como palco da acção lúdica.

No decorrer da trama, o jogador assume o papel de um dirigente de uma nação à sua escolha, conduzindo a sua civilização pelas *Ancient*, *Classical*, *Medieval*, *Renaissance*, *Industrial*, *Modern*, *Atomic* e *Information Eras*. Adicionalmente, e de modo a guiar a sua civilização pelas diversas eras da evolução humana, o competidor deverá fazer uso de uma *Tech Tree*, que traça o percurso do avanço tecnológico desde os tempos anteriores à Revolução Agrícola até à idade futura.

O avanço do conhecimento científico é inevitavelmente acompanhado pela adopção de políticas sociais, que incidem nos seguintes vectores: *Tradition*, baseado num sistema monárquico; *Liberty*, fundador de uma meritocracia; *Honor*, estabelecedor de uma tradição intrinsecamente militar; *Piety*, instituidor de uma Teocracia; *Patronage*, edificador de uma confederação mercantil; *Exploration*, criador de uma frota mercante; *Aesthetics*, defensor de uma sociedade ética; e, ainda, *Rationalism*, originador de uma revolução científica. Neste quadro, devemos ainda mencionar as ideologias susceptíveis de adopção por parte do jogador: *Freedom*, conducente, muito à semelhança da política norte-americana, à criação de uma cultura dos *media*; *Autocracy*, instituidora de um nacionalismo radical assente em movimentos fascistas; e, por fim, *Order*, promotora do desenvolvimento de um socialismo idêntico ao da ex-União Soviética.

A par das especificidades acima mencionadas, os jogadores podem também usar espiões, os quais, promovendo controversas políticas, alianças diplomáticas entre países e cidades-Estado ou influenciando eleições, contribuem para que o jogo envolva questões sobre a própria natureza humana. Os múltiplos e variados caminhos disponíveis para o jogador conduzir uma civilização até à vitória enfatizam a dinâmica evolutiva da humanidade no plano de *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*.

3.2.1. Em Busca de um Método

O galopante aumento de publicações periódicas, monografias, revistas *online*, conferências internacionais, entre outros, a respeito dos *Game Studies*, demonstrou já o crescente impacto da Ludologia no meio académico. Consequentemente, como foi atrás referido, a presente década tem vindo a deparar-se com a urgência de elaborar uma terminologia com vista ao estabelecimento dos jogos de vídeo como disciplina autónoma.

Neste panorama, e tendo por base a metodologia proposta por Steven Malliet (uma adaptação da *Quantitative Content Analysis*²¹), examinaremos sistematicamente os símbolos produzidos aquando do acto de produção lúdica. O objectivo último reside em inferir os significados resultantes dos momentos de produção e consumo de um jogo de vídeo (Riffe, Lacy e Fico, 2005:25).

Em virtude de o processo metodológico acima mencionado se revelar incapaz de escrutinar, na sua totalidade, o universo alegórico de *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* recorreremos também à *Qualitative Discourse Analysis*. Neste quadro, o discurso é entendido como uma entidade semiótica, inserida num contexto sociopolítico. Assim, em estreita articulação com a imprensa portuguesa e britânica observada no capítulo 2, o jogo resulta fundamentalmente de uma série de variáveis sociológicas e extra-linguísticas (Wodak e Krzyzanowski, 2008:2), pelo que a sua análise deverá ser igualmente indissociável de uma perspectiva imagológica.

Desta forma, a investigação aqui projectada tem como intuito explorar quatro instâncias consideradas essenciais para a compreensão do jogo em apreço. Primeiro,

²¹ A *Quantitative Content Analysis* pode ser definida, de um modo geral, como uma análise sistematizada dos símbolos através dos quais a comunicação se possibilita. A cada símbolo é atribuído um valor numérico, correspondente a regras previamente estabelecidas, de modo a descrever a comunicação e a retirar conclusões a respeito do seu significado, ou a contextualizar a produção e o consumo de determinado meio comunicativo (Riffe, Lacy e Fico, 2005:25).

procuraremos explicitar o cariz evolucionista da narrativa do jogo de Sid Meier. De seguida, tornar-se-á fulcral a apresentação dos vários dirigentes (e respectivas imagens) das nações em jogo: “George Washington” dos Estados Unidos da América, “Maria Theresa” de Áustria, “Elizabeth I” de Inglaterra, “Napoléon Bonaparte” de França, “Otto von Bismarck” da Alemanha, “Oda Nobunaga” do Japão, “Maria I” de Portugal, “Catherine Alekseyevna” da Rússia, “Isabel I” de Espanha e, finalmente, Shaka dos Zulus. Será igualmente indispensável debruçarmo-nos sobre os principais objectivos do jogo de estratégia em estudo. Por fim, não devemos descurar a interacção entre o *input* do jogador e as regras pré-estabelecidas pelos programadores e *designers* da quinta ramificação da longa árvore da família dos jogos *Civilization*.

3.2.2. Narrativa

A premissa basilar do jogo de vídeo sob observação, muito à semelhança das conclusões retiradas da análise da imprensa no capítulo anterior da presente dissertação, reside numa permanente disputa bipolarizada entre um “Eu” e um (ou uns) “Outro(s)”. Mediante a observação do violento e opressivo confronto com “Outra(s)” entidade(s) existente(s) e dissemelhante(s) do “Eu”, torna-se exequível escrutinar a teoria evolucionista da sobrevivência e da supremacia do mais apto (*the fittest*), inerente ao *Civ V*.

Como já tivemos oportunidade de discutir, Herbert Spencer percepcionava o conceito de evolução através (embora não apenas) do que denominou de uma passagem do homogéneo incoerente e indiferenciado para o heterogéneo coerente e diferenciado. Assim, num estado primário da sua evolução, todos os organismos vivos consistem fundamentalmente num todo incoerente (textura e composição química) e, ao longo do seu desenvolvimento, diversificar-se-ão mediante variações bioquímicas, que eventualmente resultarão numa complexa mas coerente conjugação de tecidos e órgãos.

De modo a examinar o jogo de vídeo em questão, consideramos fundamental observar dois aspectos da doutrina spenceriana, nomeadamente os respeitantes ao individualismo e ao progresso. Em *Social Statics: or, the Conditions Essential to Human Happiness Specified, and the First of them Developed*, obra publicada pela primeira vez em 1851, Spencer defendeu a evolução social como um processo de individualização, mediante a atribuição de características orgânicas à sociedade. Assim, o desenvolvimento das sociedades era entendido como o resultado de uma crescente

divisão do trabalho e, conseqüentemente, como a transição de uma multidão desagregada para uma civilização complexa, ou seja, a passagem do heterogéneo incoerente para o homogéneo coerente (Benton, 1974:492-493).

Destes pressupostos decorria uma diferenciação, estabelecida por Spencer em *The Man versus the State* (1884), entre sociedades militar e industrial. Enquanto a primeira se caracterizava pela cooperação forçada do indivíduo com o Estado, ou, por outras palavras, pelo despotismo (sociedade primitiva), a segunda definia-se pela colaboração voluntária do indivíduo e, como tal, pelo individualismo (sociedade civilizada). Na sequência das constantes alterações de que a legislação britânica estava a ser alvo na segunda metade do século XIX, Spencer recorreu à divisão entre sociedades militar e industrial para atacar ferozmente os liberais. Desempenhado um papel predominante na cena política inglesa a partir de 1868, data da eleição de Gladstone para o cargo de Primeiro-ministro, os liberais foram identificados com o primitivismo:

when the State exacts further amounts from citizens, or further restrains their liberties, (...) the vital conditions to life, individual and social, come to be so imperfectly fulfilled that the life decays. Yet the decay thus caused becomes manifest where the policy is pushed to an extreme. (...) And if we ask what (...) makes, this error possible, we find it to be the political superstition that governmental power is subject to no restraints. When that "divinity" which "doth hedge a king", and which has left a glamour around the body inheriting his power, has quite died away-when it begins to be seen clearly that, in a popularly governed nation, the government is simply a committee of management; it will also be seen that this committee of management has no intrinsic authority. (...) The function of Liberalism in the past was that of putting a limit to the powers of kings. The function of true Liberalism in the future will be that of putting a limit to the powers of Parliaments (Spencer, 1884:208-209).

Recorde-se, no entanto, que o individualismo de Spencer, claramente patente nas suas obras, resultou de uma tendência europeia que remonta, pelo menos, à Reforma Protestante. As leituras de Martinho Lutero (1483-1546) da *Bíblia* seriam, em larga medida, responsáveis pela ruptura que se estabeleceu com a religião colectiva da Idade Média, e, subsequentemente, por uma crescente individualização da sociedade. A liberdade religiosa decorrente das reformas de Lutero, João Calvino (1509-1564) e, posteriormente, das diversas confissões calvinistas, motivariam não só a emergência da liberdade política (Revolução Francesa de 1789), mas também o desejo de uma maior liberdade económica. Efectivamente, ao longo da segunda metade do século XVIII, a passagem do mercantilismo – definível pelo seu teor absolutista, dirigista e proteccionista – para o liberalismo económico – tal como havia sido teorizado por Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, e caracterizável, de um modo geral,

pelas expressões *free-trade* e *laissez faire* – simbolizou um ponto de viragem no modo de pensar, por um lado, a economia, e, por outro, as relações entre os Homens. O mercado, sob o jugo do liberalismo económico, transmutava-se, assim, na arena de onde somente o mais apto saía vencedor.

Análoga ao conceito de individualismo spenceriano é a ideia de progresso, tal como havia sido formulada pelo pensamento iluminista. Face aos alucinantes desenvolvimentos científicos decorrentes da Revolução Industrial, o Iluminismo, corrente filosófica e artística já previamente mencionada, iria conceber a História como uma linha recta e ascendente que, a determinado ponto do seu percurso, acabaria, invariavelmente, por atingir as luzes:

A luz; ou, melhor ainda, as luzes, pois não se tratava de um único raio mas sim de um feixe, projectava-se sobre as grandes massas de negrume de que a terra estava ainda coberta (...). Como eram doces (...) essas luzes (...)! brilhavam enfim; emanavam das augustas leis da razão; (...) a lâmpada cujo clarão os dirigia no caminho dos seus pensamentos e das suas acções; a aurora prenunciadora; o dia; e o sol (...) (Hazard, 1983:39).

Ainda que o pensamento de Spencer se tenha desenvolvido, com maior fulgor, ao longo da segunda metade do século XIX, a noção iluminista de progresso (aliada ao individualismo) seria crucial para o filósofo sob análise. Leia-se, a propósito, o excerto abaixo transcrito:

And not less does it afford a basis for the inference, that there is a gradual advance towards harmony between man's mental nature and the conditions of his existence. After finding that from it are deducible the various characteristics of Evolution, we finally draw from it a warrant for the belief, that Evolution can end only in the establishment of the greatest perfection and the most complete happiness (Spencer, 1862:486).

O mesmo aspecto é observável em *Culture and Anarchy* (1869) de Matthew Arnold:

So all our fellow-men, in the East of London and elsewhere, we must take along with us in the progress towards perfection, if we ourselves really, as we profess, want to be perfect; and we must not let the worship of any fetish, any machinery, such as manufactures or population,— which are not, like perfection, absolute goods in themselves, though we think them so,—create for us such a multitude of miserable, sunken, and ignorant human beings, that to carry them all along with us is impossible, and perforce they must for the most part be left by us in their degradation and wretchedness (Arnold, 1869:141).

Neste panorama, *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* concebe uma dialéctica baseada no ideal de progresso individual, mediante o recurso às já anteriormente mencionadas *Tech Trees*. As civilizações de Sid Meier adquirem, através do recurso a uma metáfora biológica, o estatuto de sistemas orgânicos, competindo umas com as outras e tentando fazer prevalecer a sua aptidão para a sobrevivência.

Verificámos, deste modo, que a análise da lógica que rege as árvores tecnológicas do jogo em apreço se revela do maior interesse para a presente investigação. A adaptação de Sid Meier da *Tech Tree* de Tresham, apresentada em 1991, aquando do lançamento do primeiro jogo de vídeo *Civilization*, patenteou o conceito, inovador no plano dos jogos de computador, de uma árvore em evolução.

A dialéctica do progresso linear inerente à *Tech Tree* revela uma tridimensionalidade diegética, subdividida nos níveis macro, meso e micro. No primeiro plano, o jogador experiencia a narrativa do progresso tecnológico e do avanço humano através das descobertas científicas. Consequentemente, e ao mesmo tempo, num nível meso, é possível detectar uma estrutura linear da passagem dos primitivos conhecimentos agrícolas, as *root techs*, para a tecnologia futura. Por fim, e numa dimensão micro, verifica-se a possibilidade de selecção, com efeitos imediatos, por parte do jogador. Neste contexto, o jogador possui livre arbítrio para, por exemplo, seleccionar a tecnologia *pottery* ou a *animal husbandry*. A primeira opção permitir-lhe-á, mais tarde, descobrir a escrita e desenvolver a sua civilização sobretudo num plano cultural. A segunda escolha orientará o percurso evolutivo da sua nação para uma via militar (Ghys, 2012).

Similarmente ao sugerido por Spencer a respeito da evolução de um simples microrganismo para um ser vivo complexo, o jogador, ao traçar o seu percurso tecnológico, efectua uma passagem do homogéneo incoerente para o heterogéneo coerente. De facto, a selecção de *pottery* ou de *animal husbandry* simboliza a transição de uma civilização primitiva, situada num degrau inferior da escala evolutiva, para uma civilização mais avançada e de crescente multiformidade orgânica. As subsequentes ramificações da árvore tecnológica de *Civilization* representam, assim, as intrincadas conjugações resultantes do “progress towards perfection” (Darwin, 1859:360).

3.2.3. Personagens

Merece agora a nossa análise, a relação estabelecida entre o jogador e a personagem do jogo, ainda que esta última constitua um elemento existente apenas no perímetro do mundo lúdico e ficcional, mais não sendo do que um outro componente da equação do universo narratológico de *Civ V*. Independentemente da tipologia do jogo em apreço, os jogadores movimentam-se constantemente pela sua própria cognição, alternando entre um estado de profunda imersão no papel de uma determinada personagem, de um intenso compromisso para com a estratégia do jogo e, ainda, de reconhecimento do espaço externo ao *magic circle* (Salen e Zimmerman, 2004a:36).

Tendo em conta as nações que, de algum modo, interferiram com a aliança luso-britânica e as subsequentes disputas ocorridas entre 1890 e 1910, como se verificou no capítulo 2, afigurou-se-nos agora do maior interesse integrar na dimensão lúdica não só Portugal e Inglaterra, mas também os Estados Unidos, a Alemanha, a Áustria, o Japão, a Rússia, a Espanha, a França e os Zulus. A exclusão de impérios com um impacte idêntico ou superior aos dos estados seleccionados, no quadro das relações anglo-portuguesas, prende-se com sua inexistência na esfera do *Civilization*. Considerou-se, assim, importante analisar as imagens construídas pelos produtores do jogo de vídeo em apreço relativas aos diversos dirigentes dos países mencionados, bem como a dinâmica estabelecida entre aqueles e o jogador.

Atentaremos, desta forma, nas descrições apresentadas em *Civilopedia*²² de “Washington”, “Bismarck”, “Maria Theresa”, “Oda Nobunaga”, “Catherine”, “Isabel I”, “Napoléon”, “Shaka”, “Maria I” e “Elizabeth I”. Deve, antes de mais, notar-se que os dirigentes dos países em jogo funcionam como uma espécie de figura de estilo semelhante, em larga medida, à sinédoque. Este recurso estilístico, habilmente utilizado por Sid Meier, é um mecanismo através do qual “something is referred to indirectly, either by naming only some part or constituent of it (e.g. 'hands' for manual labourers)” (Baldick, 2001:254). Assim, cada chefe é tomado pelo todo do país a que pertence, sendo as características de cada personagem indissociáveis das especificidades da nação que comandam.

²² A *Civilopedia* explicita, em detalhe, todos os aspectos relativos ao jogo de vídeo em estudo. Elaborada por Sid Meier e pelos produtores de *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*, a *Civilopedia* oferece ao jogador, entre outros aspectos, descrições das diversas civilizações presentes na dimensão lúdica do jogo, como se se tratasse de verdades absolutas. Cf. <http://www.dndjunkie.com/civilopedia/default.aspx>.

Comecemos por “George Washington”, descrito como “one of a group of remarkable men who lived in the American Colonies” (Meier, 2013). Não sendo reconhecido, pelos produtores do jogo, como um dos grandes estadistas da sua era, é-lhe, não obstante, atribuída a responsabilidade do nascimento dos Estados Unidos da América. O lema atribuído à nação, o *Manifest Destiny*, antecipa um carácter marcadamente expansionista.

Ainda que considerado arrogante, “Otto von Bismarck” é apontado como a figura com maior impacte na história e na unificação da Alemanha. A expressão latina *Furor Teutonicus*, escolhida para identificar a civilização alemã, designa a prepotência germânica e evidencia um espírito agressivo e militarizado.

Em estreita oposição aos chefes anteriormente citados, Maria Theresa de Áustria, descrita como sábia e contemplativa, simboliza a figura maternal no plano de *Civilization V*. De entre os seus dezasseis filhos, destaca-se Marie Antonia, mais tarde conhecida como Marie Antoinette, executada por traição aquando da Revolução Francesa. A característica austríaca, *Diplomatic Marriage*, expõe uma nação com propósitos diplomáticos, ao invés de bélicos.

“Oda Nobunaga”, um estratega militar da sociedade japonesa do século XVI, é lembrado pela sua brutalidade e pela unificação do país. Mediante um obscuro esquema de alianças políticas, seguidas de traições e assassinios, o General, “engaged in to achieve victory (...), rivaling the most intricate plot of a South American ‘telenovela’” (Meier, 2013). Não obstante, e de modo algo ambíguo, o lema do Japão é *Bushido*, o código de honra dos samurais, análogo, em certa medida, ao conceito europeu de cavalheirismo.

Igualmente feroz é “Sophie Friderike Auguste von Anhalt-Zerbst”, posteriormente apelidada de “Catherine Alekseyevna”. Dotada de uma extraordinária beleza e de um invejável intelecto, a czarina russa aproxima-se de “George Washington” devido às suas ambições expansionistas. *Siberian Riches*, a particularidade da Rússia, aponta para uma nação riquíssima em recursos naturais como o ferro e o urânio.

“Isabel I”, juntamente com Ferdinand, agregou o território onde se situa a actual Espanha. O seu longo reinado encontra-se marcado pelo estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício, em Castilha e Aragão, e pelas viagens de Cristóvão Colombo. A expressão *Seven Cities of Gold* enfatiza um império com uma vertente predominantemente expansionista.

“Napoléon Bonaparte” revela uma personalidade belicosa e hostil. Detentor de um extraordinário “military genius” (Meier, 2013), o Imperador provou ser, ao longo da vida, um extraordinário administrador e um brilhante general. A sua ambição excessiva iria, todavia, pôr termo aos propósitos imperialistas. Apesar de Meier mencionar a indiferença de “Napoléon” face às humanidades e às letras, França é identificada como a *City of Light*, em referência a Paris, o epicentro cultural europeu.

O engenho militar de Napoléon, contudo, é incomparável à destreza marcial de “Shaka”. Filho ilegítimo do chefe da primitivamente insignificante tribo dos Zulus, “Shaka” iria expandir progressivamente o poderio do seu clã, acabando por dominar, aquando da sua morte, uma vasta porção da África austral. Representado como despótico, cruel e bárbaro, “Shaka” seria assassinado, em 1828, pelo seu guarda-costas pessoal e pelos seus dois meios-irmãos. Os Zulus caracterizam-se pela *Iklwa*, uma lança, concebida por “Shaka”, que sublinha a natureza guerreira dos Zulus, povo que, ao longo do século XIX e inícios do século XX, humilharia a Grã-Bretanha.

Similarmente aos seus pares, os Governos de “Elizabeth I” e “Maria I” afiguraram-se essenciais nos papéis desempenhados por Inglaterra e Portugal no mundo, respectivamente, no âmbito económico e sociopolítico.

Elizabeth I, Rainha de Inglaterra e da Irlanda, nascida em 7 de Setembro de 1533, em Greenwich, era filha do controverso Henry VIII e de Anne Boleyn, permanecendo, para a posteridade, como uma das grandes dirigentes britânicas. A *Virgin Queen*, descrita como “beautiful, brilliant, and as tough as nails” (Meier, 2013), não só esmagou o tremendo poder espanhol, mas também quebrou, definitivamente, os laços que uniam Roma à Monarquia inglesa.

Maria I, a primeira Rainha “que por si só governou e empunhou o ceptro” (Pereira e Rodrigues, 1908:817) em Portugal, nascida cerca de duas centúrias depois de Elizabeth, é, por oposição à robustez física da soberana inglesa, caracterizada pela sua loucura. O ataque de demência que a assaltou pela primeira vez no dia 1 de Fevereiro de 1792 perduraria até à sua morte, em 1816. Deste modo, os produtores de *Civilization V: Brave New World* dão enfoque às persistentes crises de melancolia e de fervor religioso da Rainha, que culminariam na sua trágica insanidade. Ainda assim, Maria I é igualmente aclamada pela promoção de viagens e explorações científicas nas colónias portuguesas, bem como pelo início dos trabalhos geodésicos e pelo melhoramento dos serviços da Marinha portuguesa (Pereira e Rodrigues, 1908:818). O jogo atribui-lhe,

igualmente, um papel fundamental na independência do Brasil e no decorrente estabelecimento de uma fraterna união luso-brasileira²³.

As Rainhas britânica e portuguesa partilham não só uma imagem de pujança e vigor atribuída aos seus reinados, mas também a chefia de duas nações de cariz essencialmente marítimo. Assim, no respeitante a Inglaterra, o país é, desde logo, apresentado através da multicentenária e transnacional expressão *The Sun Never Sets*. A frase remonta (pelo menos) ao século XVIII, sendo possível encontrá-la no romance epistolar *Persian Letters* (1721), de Montesquieu, a propósito das nações portuguesa e espanhola: “They say that the sun rises and sets in their kingdom, but one should add that in the course of its journey the sun encounters only devastated lands and deserted countryside” (Montesquieu, 1721:107). Cerca de duzentos anos depois, a mesma expressão encontra-se em *Ulysses* (1922) aplicada à nação inglesa: “Do you know what is the pride of the English? (...) That on his empire (...) the sun never sets” (Joyce, 1922:28).

Já Portugal tem como lema *Mare Clausum*, termo que remonta ao século XV, com origem na necessidade de assegurar o monopólio dos mares e “um [vigoroso] império [português] de rotas e entrepostos” (Ferreira, 1984:322).

3.2.4. Objectivos e Estratégia

De entre os vários componentes que caracterizam um jogo, os objectivos a atingir pelo jogador, no âmbito do *magic circle*, tornam-se particularmente relevantes. Enquanto correr ociosamente ao longo de cinco quilómetros, mais não é do que uma actividade desprovida de qualquer desafio, fazer uma corrida com um adversário adquire toda uma nova dimensão lúdica, com propósitos e desígnios. Conclui-se, assim, que os objectivos de um jogo (atingidos ou não) definem o exercício lúdico como tal.

Parte integrante da estrutura formal de um jogo, os objectivos encontram-se estrategicamente posicionados no centro do *magic circle*. Se o jogo não possuir um propósito claro e se os jogadores se sentirem impossibilitados de deduzir quão próximos

²³ Na verdade, as crescentes tensões luso-brasileiras, incrementadas pela expulsão de tropas portuguesas do Brasil, no dia 15 de Fevereiro de 1821, foram uma constante no período imediatamente antes do grito do Ipiranga. A guerra da independência, visando efectivar, por todo o território brasileiro, a aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, apenas teria fim em 18 de Novembro de 1823, com a integração de todas as províncias no recém-nascido Império. O reconhecimento da independência brasileira, por seu turno, teve lugar em 28 de Agosto de 1825, aquando da assinatura de um tratado entre D. Pedro e o seu pai, D. João VI. O arranjo foi possibilitado somente no quadro do triângulo diplomático estabelecido entre Portugal, Brasil e Inglaterra (Lacombe, 1979).

ou afastados estão de ganhar ou perder o jogo, “the game collapses into a jumbled heap of ambiguity” (Salen e Zimmerman, 2004b:9). Torna-se igualmente imperativo que o jogador se identifique com o objectivo proposto:

it is hard to imagine an *Anna Karenina* game (...) where the goal of the player is to commit suicide by throwing his or her character under a train (...). The goal has to be one that the player would conceivably want to attain. Likewise, consider this hypothetical advertisement for a game based on *Hamlet*: “Your father has been murdered! With much effort, fail to avenge him and die a meaningless death!” (Juul, 2005:161)

Desta forma, os objectivos adquirem o estatuto de um alicerce fundamental na narrativa de um jogo. Ao possibilitarem ao jogador visualizar o sentido das suas acções num contexto diegético, os objectivos conferem significado à interacção entre o jogador e o universo ficcional do jogo.

O objectivo último de *Sid Meier’s Civilization V: Brave New World* insere-se claramente neste contexto, pois caracteriza-se, em larga medida, pelo desejo de alcançar um nível civilizacional superior. A questão colocada por Meier ao jogador, no início da sua jornada, materializa a essência evolucionista do jogo em análise: “Can you build a civilization that will stand the test of time?” (Meier, 2013).

Como resultado, a narrativa do progresso humano é vivenciada em cada momento do jogo. Descobrir uma nova tecnologia, construir um edifício ou, ainda, criar uma aliança comercial ou militar entre um país e/ou uma cidade-Estado representam não só a conquista de um dos vários níveis micro de *Civ V*, mas também a concretização de um pequeno objectivo no extenso espectro de um todo.

Assim, os objectivos de um jogo funcionam como um mecanismo que visa criar uma coerência narrativa. Atingir um objectivo, como, por exemplo, conquistar militarmente uma nação, pressupõe ter acesso a uma nova peça do puzzle narrativo do vasto universo diegético do jogo (Salen e Zimmerman, 2004c:9-10).

Tendo em atenção a dialéctica evolucionista do mais apto, inerente ao *Turn Based Strategy Video Game* em estudo, as *Tech Trees*, ou seja, os diagramas em árvore, forçam o jogador a definir o seu percurso na escala evolutiva. Durante a sua odisseia épica, o jogador deverá ponderar muito bem todos os momentos da sua viagem, de modo a atingir, rápida e eficazmente, o derradeiro objectivo de *Civilization V* (Ghys, 2012).

No contexto da estratégia que o “Eu” que joga deverá adoptar, e acaso o jogador opte por personificar a personagem “Maria I”, as similaridades luso-britânicas estabelecem, entre “Elizabeth I” e a Rainha portuguesa, uma ambígua relação que alterna entre a aliança e a rivalidade. Efectivamente, se, por um lado, a hegemonia dos dois impérios pode despertar, na diplomática “D. Maria I”, a crença numa proveitosa união, a beligerante Soberana inglesa, pode, por sua vez, encarar a ascensão lusa como uma ameaça a ser travada.

De modo a vencer o jogo, afirmando, a sua aptidão superior, Portugal deverá, numa primeira instância, explorar as suas vantagens civilizacionais, mediante o recurso ao estabelecimento de rotas comerciais com cidades-Estado. Uma vez assegurada a sua hegemonia económica, Portugal deverá, em seguida, tentar colmatar as suas fragilidades, nomeadamente a falta de recursos naturais e de poder militar, estabelecendo coligações com países ricos em minerais, metais e combustíveis fósseis – a Rússia de “Catherine” –, e com civilizações militarmente temíveis – os Zulus de “Shaka” ou a Alemanha de “Bismarck”. A capacidade lusa (auxiliada por um poderoso domínio económico) de travar uma eventual investida inglesa ou uma declaração de guerra por parte de qualquer outra civilização, determinará a vitória de Portugal.

3.2.5. Regras Pré-Programadas *versus* Input

Dado o seu teor intrinsecamente sistemático, um jogo pode ser definido como um grupo de elementos interactivos, inter-relacionados e interdependentes que interagem conjuntamente de modo a formar um todo (Salen e Zimmerman, 2004d:2). Neste quadro inserem-se não só os componentes analisados nas secções prévias – Narrativa, Personagens e Objectivos e Estratégia –, mas também as regras do jogo e a resultante interactividade estabelecida entre este e o jogador.

De modo a compreendermos a dinâmica de um jogo de vídeo, em toda a sua extensão, torna-se essencial debruçarmo-nos nas regras que o definem. À semelhança do que ocorre com um jogo de tabuleiro, as regras de um jogo de computador operam como um mecanismo limitador das acções do jogador. Desta forma, o espectro de opções que este pode (ou não) tomar é vasto, mas limitado (Salen e Zimmerman, 2004e:2).

Porém, somente mediante a existência de regras, a escolha consciente de praticar um acto, em vez de outro, se torna possível. Como tal, jogar significa fazer opções

deliberadamente “within a game system designed to support actions and outcomes in meaningful ways” (Salen e Zimmerman, 2004d:1). Desta forma, o jogador tem à sua disposição uma imensa panóplia de escolhas, pelo que as suas opções são seguidas por uma quase infindável quantidade de desfechos e consequências.

Embora produto de um código de programação, o universo lúdico de um jogo digital revela-se uma complexa e imprevisível estrutura, dominada pelo *Space of Possibility* (Salen e Zimmerman, 2004d:11). O conceito, criado por Salen e Zimmerman, define não só o espaço no qual têm lugar todas as acções passíveis de concretização num jogo, mas também o conjunto de significados que emergem da actividade lúdica. Ao emancipar-se das regras concebidas pelos *designers* de um jogo, o *Space of Possibility* sucumbe ao domínio da volatilidade de quem joga. Assim, independentemente da estrutura e do contexto pré-estabelecidos, o acto de jogar encontra-se inexoravelmente subjugado à mente e à natureza do “Eu” que joga. Neste contexto, não será, de modo algum, inadequado aludir à já anteriormente referida obra de Leibniz, *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, na qual se pode ler o seguinte: “há sempre uma disposição particular para a acção e para uma acção em vez de outra” (Leibniz, 1993:74).

3.3. Perspectivas Pós-Coloniais: Pensar o Império Após a Segunda Guerra Mundial

Na sua acepção original, o colonialismo pode ser definido como a transplantação de uma comunidade para um outro local, permanecendo aquela ligada à cultura de origem. Não visando, *a priori*, conquistar e dominar um povo, o colonialismo adquire uma dimensão sobretudo comercial, embora se traduza, não raro, numa apropriação geográfica violenta²⁴. Em estreita relação com o estabelecimento de colonos noutro território e com a exploração económica, o colonialismo transfere também, embora não de maneira premeditada, valores culturais. De facto, tal como se verifica pela expulsão de missionários da Índia britânica até 1813 (Young, 2001:24), a transferência cultural da

²⁴ Cf. Said, 1993: 3-14.

metrópole para a colónia constituiu não um objectivo do colonizador, mas antes uma consequência do seu acto.

Pode, assim, depreender-se, que, inicialmente, a conquista e o controlo do território e dos bens de um determinado povo se revelaram de cariz pré-capitalista, constituindo, pelo contrário, o colonialismo posterior uma parte integrante do capitalismo ocidental, representado, em grande medida, pela expansão colonial europeia. Deste modo, o colonialismo moderno significou mais do que uma mera exploração dos recursos existentes nos territórios colonizados, ao reestruturar a economia e ao estabelecer uma complexa relação de poder, na qual a metrópole era tida como superior à sua colónia (Loomba, 1998:2-3).

A superioridade do colonizador face ao colonizado caracteriza a multissecular história do colonialismo. Na longa narrativa da subjugação do “Outro”, cujo estágio de evolução era tido como inferior ao do “Eu”, torna-se possível gizar uma progressão linear de resistência ao colonizador. A reprovação moral do colonialismo, de raiz europeia e iluminista, iria eclodir, cerca de dois séculos mais tarde, na crítica marxista, nos movimentos armados de libertação e no desenvolvimento dos nacionalismos.

A partir de 1948, e na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial (1945), iriam nascer cerca de noventa novas nações cujos ideários remontavam ao século XVIII. No pós Segunda Guerra Mundial, o próprio continente europeu apresentava uma imagem bastante diferente daquela que havia tido a seguir a 1918. Apesar da divisão e integração da Europa nas esferas de influência dos EUA e da ex-URSS, “todos os Estados do período antes da guerra foram efectivamente restabelecidos, à excepção dos três Estados bálticos anexados pela União Soviética” (Schulze, 1997:292).

De facto, a doutrina do nacionalismo europeu, cuja génese se encontra na Revolução Francesa de 1789, deriva da noção setecentista de soberania popular (Watson, 1977:6). Na verdade, o século XVIII foi palco dos sucessos que iriam marcar a apologia do nacionalismo, por oposição à queda da autoridade religiosa. A coroação do Imperador Napoléon I e da Imperatriz Joséphine, em 2 de Dezembro de 1804, retratada por Jacques-Louis David, em *Sacre de l' Empereur Napoléon Ier et Couronnement de l' Impératrice Joséphine dans la Cathédrale Notre-Dame de Paris, le 2 Décembre 1804*, representou um ponto de viragem relativamente à figura do poder papal.

O declínio da religiosidade possibilitou que os três axiomas fundadores da civilização ocidental da Idade Média fossem substituídos pelo nacionalismo. Como tal,

numa primeira fase, assistiu-se ao início da queda do latim, língua que permitira o acesso a uma verdade ontológica, o que fragmentou e territorializou as comunidades religiosas. De seguida, verificou-se a deterioração de uma hierarquia social cristalizada, na qual os monarcas se encontravam imediatamente abaixo de Deus, sendo, como tal, detentores de características divinas. Por fim, derrubou-se a concepção de que a cosmologia e a história eram indissociáveis, passando a defender-se que o mundo e o Homem tinham origens idênticas (Anderson, 1983:36). As causas do declínio destas três certezas, durante muito tempo irrefutáveis, foram as mudanças económicas, as descobertas científicas e o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação.

Neste quadro surgiu a necessidade de encontrar uma nova forma de estabelecer um fraterno laço de união entre os indivíduos. A nação, entendida como “a spiritual family” (Renan, 1882:18-19), tornou-se, deste modo, uma comunidade de pessoas que partilham, entre si, uma cultura e uma consciência nacionais. Ora, para que exista, efectivamente, uma unidade nacional torna-se fundamental, como nos diz Hugh Seton-Watson, que a população acredite na existência de uma entidade denominada como nação (1977:3).

Por seu turno, Benedict Anderson, na obra *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, concebe a nação como “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign” (1983:6). O autor parte do pressuposto de que o nacionalismo inventa e idealiza nações (Gellner, 1964:169), pois, não sendo possível que todos os membros de uma nação se conheçam, cada indivíduo constrói mentalmente uma imagem da comunidade a que pertence. Assim, a nação imaginada como soberana, em consequência do facto de o seu nascimento simbolizar a substituição de uma dinastia divina, encontra-se também limitada por fronteiras finitas. Como tal, a sua liberdade encontra-se exclusivamente dependente dessa soberania. Em última análise, a nação é imaginada como uma comunidade, em virtude da ideia de fraternidade que lhe é inerente.

Ainda de acordo com Anderson, após 1945, o nacionalismo difundiu-se pelos territórios coloniais de África e Ásia como uma resposta ao imperialismo global, que, por sua vez, se tinha tornado possível graças às conquistas do capitalismo industrial (Anderson, 1983:139-140). A contestação do domínio colonial e do legado colonialista que se seguiram foram, em larga medida, o resultado das lutas nacionalistas.

Nascido da necessidade urgente de dar voz, sobretudo através da literatura (mas não só) aos povos que haviam sido silenciados pelos respectivos colonizadores, o pós-

colonialismo viria desmascarar o historicismo totalitário ocidental. Colocando em confronto opressores e oprimidos, o pós-colonialismo desafiou as ideias dominantes de história e de cultura, questionando sistemas que se auto-justificavam pela exploração do “Outro”. Neste âmbito, o discurso pós-colonial metamorfoseia-se num artefacto cultural, inexoravelmente ligado a um determinado momento histórico e a um movimento ideológico: “no utterance is innocent and every utterance tells us something about the world we live in. But equally, the world we live in is only comprehensible to us via its discursive representations” (Loomba, 1998:40).

O jogo de vídeo *Sid Meier's Civilization V: Brave New World* recorre, simultaneamente, à *Quantitative Content Analysis* e à *Qualitative Discourse Analysis*, patenteando a dicotomia predomínio britânico/degeneração portuguesa inerente aos artigos de imprensa analisados no capítulo 2 da presente dissertação. Com efeito, o jogo em estudo, de teor fundamentalmente evolucionista, concede ao jogador as ferramentas necessárias para uma hábil (re)construção das relações luso-britânicas, pois no universo do *magic circle*, aquele, dotado de uma capacidade quase semi-divina, (re)escreve a narrativa dos impérios português e britânico. Assim, o hegemónico e asfixiante poderio inglês, que jamais hesitou em exercer, por vezes de forma violenta, a sua influência política e económica sobre o “little Portugal”, manifesta agora a sua debilidade perante a ambiciosa vontade do jogador.

Conclusão: Jogos Pós-Coloniais

A longa história do colonialismo, que abarca a multissecular narrativa da dominação política, económica, geoestratégica e, especialmente, cultural, do “Eu” sobre o “Outro”, teve o seu início simbólico em 1492, data da chegada de Cristóvão Colombo às ilhas das Caraíbas. Aproximadamente cinco séculos mais tarde, com a chegada da Primeira Grande Guerra, os poderes imperiais detinham nas suas mãos o monopólio de nove décimos da superfície terrestre, estando um quinto sob o controlo britânico (Young, 2001:2). Somente após a Segunda Guerra Mundial o colonialismo se depararia com o prenúncio do seu definhamento físico e anímico.

Tendo como ponto de partida o universo diegético da escravatura, da opressão, da negligência, da migração em massa e da diáspora dos povos africanos, americanos, árabes, asiáticos e europeus, a crítica pós-colonial pretende (re)considerar o legado da colonização. Atentando nos modos através dos quais o passado define activamente as circunstâncias do presente, o pensamento pós-colonial visa compreender a(s) forma(s) como os movimentos coloniais influenciaram (ou não) a configuração das estruturas de poder vigentes. A título de exemplo, atente-se na vertente marxista inerente aos Estudos Pós-Coloniais.

De uma análise da evolução do colonialismo e do imperialismo, depressa se deduz que os impérios ocidentais, ao adquirirem uma dimensão global, unificaram economicamente uma extensa panóplia de sociedades provenientes dos mais variadíssimos contextos histórico-culturais. Em consequência, o actual sistema económico, desenvolvido, teorizado e controlado pelas potências ocidentais, possibilita a prática continuada de mecanismos imperialistas. Ora, o pós-colonialismo, questionando justamente, em termos teóricos, as circunstâncias do presente, almeja contribuir para a criação das ferramentas necessárias para a transformação (utópica) social.

A desconstrução do discurso colonial torna-se, assim, uma tarefa essencial no âmbito desta disciplina académica. Recorrendo à análise discursiva torna-se possível não só identificar pontes de contacto entre “Nós” (ocidentais) e “Eles” (outros, não ocidentais), mas também observar a(s) forma(s) como o poder se manifesta através da linguagem, da literatura e da cultura. Neste contexto, recorde-se que Edward Said, em *Orientalism* (1978), (re)interpretando as representações ocidentais do(s) seu(s) “Outro(s)”, afirma que o conhecimento (tal como foi entendido por Foucault) do

Oriente resulta da produção discursiva e ideológica dos povos colonizadores. Manifestamente patente em textos de cariz literário e cultural, o discurso imperialista estaria na origem da consolidação de uma determinada imagem do Oriente, com pouca ou nenhuma correspondência com a realidade. Desta forma, o autor palestiniiano, ao (re)ler as ficcionalizações ocidentais do “Outro”, desmistifica um certo “conhecimento” do Oriente, que se havia transformado num poderoso veículo do exercício do poder do Oeste sobre o Este. De entre os numerosos exemplos existentes, considere-se a ode cantada pelo coro de *Os Persas*, de Ésquilo, aquando da derrota da nação persa (então chefiada pelo Rei Xerxes) pelos gregos:

Oh Deuses, que grande e bela existência levámos nas nossas cidades, quando o velho rei todo-poderoso, benfazejo, invencível, Dario igual aos deuses, reinava no país! (...) Ele [Dario] mandava (...) nos domínios dos Jónios, as cidades gregas opulentas e populosas conquistadas pela sua sabedoria (...). Mas hoje suportamos uma reviravolta sem dúvida desejada pelos deuses, após a terrível derrota que sofremos no mar. (...) Esta terra geme pela juventude nascida no seu solo e morta por Xerxes, abastecedor de Hades, que ele encheu de persas. (...) Choremos, choremos, os nossos valorosos defensores. E a Ásia, rei desta terra – que golpe, que terrível golpe! –, se abateu sobre os seus joelhos (Rodrigues, 1987:55-57).

Fruto directo do imaginário europeu, o longo lamento asiático assemelha-se, em muito, a um enunciado proferido por um boneco de ventríloquo. De facto, a voz que perpassa pela tragédia de Ésquilo é a de um “Eu” ocidental que força os persas a retratarem-se a si mesmos como um povo que, em consequência da sua hostilidade e beligerância, se depara agora com uma irreversível queda civilizacional.

No entanto, e ainda que amplamente influente, *Orientalism* (1978) limita o seu enfoque a um conjunto de textos que ficcionalizou o “Outro” de forma algo autoritária. As mais recentes orientações dos Estudos Pós-Coloniais, em vez de se cingirem a delinear os meios através dos quais o poder se manifesta, pretendem teorizar a respeito da resistência do colonizado face ao respectivo colonizador (Loomba, 1998:51).

Neste âmbito, a literatura, uma vez mais, revela-se fundamental na formação do discurso colonial que, ao invés de reflectir a ideologia imperante na metrópole, questiona inquisitoriamente o legado do colonialismo. Albergando no seu núcleo um complexo agregado de signos, os textos literários provam ser extremamente fecundos no estabelecimento da antagonista interacção entre os maniqueistamente polarizados “Civilizado” e “Nativo” (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995:8). As tensões inerentes ao conflito dialéctico entre o “Eu” ocidental e o “Outro” oriental, assim codificadas na literatura, são subsequentemente integradas no mosaico da belicosa oposição ao

colonialismo e ao imperialismo. A este propósito leia-se o poema de Kath Walker, “No More Boomerang” (1992):

No more boomerang/ No more spear; / Now all civilized -/ Colour bar and beer./ (...) No more sharing/ What the hunter brings./ Now we work for money, Then pay it back for things./ (...) One time naked/ Who never knew shame;/ Now we put clothes on/ To hide whatsaname./ (...) Lay down the stone axe,/ Take up the steel,/ And work like a nigger/ For a white man’s meal./ (...) Lay down the woomera,/ Lay down the waddy./ Now we got atom-bomb,/ End everybody (Walker, 1992:54-55).

Parodiando a percepção ocidental do(s) “Outro(s)”, o escrito da autora australiana, também conhecida por Oodgeroo Noonuccal, dicotomiza o primitivo e o civilizado, bem como tudo aquilo que lhes está respectivamente associado. Recorrendo a estratégias literárias como a ironia, o poema rege-se por uma lógica pós-colonial.

O processo de (re)interpretar e de (re)escrever o colonialismo, tal como foi concebido ao longo do século XIX e nos anos que antecederam o estalar da Primeira Guerra Mundial, encontra-se indelevelmente presente nos jogos de vídeo de estratégia como *Sid Meier’s Civilization V: Brave New World*. Através da simulação e no interior do *magic circle*, os jogos de vídeo empreendem a tarefa de (re)escrever a história do mundo²⁵.

Ao concluir a presente dissertação, convém ainda lembrar, por um lado, as semelhanças existentes entre o objecto de estudo e a noção de “The Death of the Author”, de Roland Barthes. De facto, à semelhança da literatura, um jogo, ao recusar que lhe seja atribuído uma verdade lúdica absoluta, “liberates an activity which we might call counter-theological, properly revolutionary, for to refuse to arrest meaning is finally to refuse God” (Barthes, 1977:147). Por outro lado, o antifundacionalismo²⁶ barthiano, que se estende, como observámos, até ao campo dos jogos de vídeo, une-se à ideia de *agency*, tal como foi concebida por Homi K. Bhabha. Na verdade, ao longo das suas variadas obras, de entre as quais se destaca *The Location of Culture* (1994), Bhabha enfatiza o papel activo do colonizado na resistência ao colonizador e na definição do próprio acto de colonizar:

Can we (...) unquestionably propose that a story has a unique meaning in the first place? To what end does the series of events tend if the author of the outcome is not unequivocally the author of the cause? Does it not suggest that agency arises in the return of the subject, from the interruption of the series of events as a kind of interrogation and reinscription of before and after? Where the two touch is there not that

²⁵ Cf. Goodman, 1978:1-22.

²⁶ Cf. Fish, 1989:342-355.

kinetic tension between the contingent as the contiguous and the indeterminate? Is it not from there that agency speaks and acts: *Che vuoi?* (Bhabha, 1994:190).

O permanente diálogo entre o “Eu” e o “Outro” pressupõe um hibridismo descrito por Bhabha como uma estratégica transferência de poder de um centro cultural hegemónico para uma periferia emergente em busca incessante pela afirmação da sua identidade:

It is a mode of living, and a habit of mind, that seeks cultural translation, not to recover the norms of universality, autonomy, and sovereignty, but to assert that there is a positive, agential value in the whole process of surviving domination that can add an edge, a cutting edge, to the critiques (...) that come from those who have been displaced or marginalized on the grounds of their cultural, civilizational, or, as it is often described, moral and spiritual backwardness (Bhabha, 2000:370).

Do referido atrás decorre que o colonialismo não pode, de modo algum, ser reduzido a uma mera dominação do Oriente pelo Ocidente. Não é, portanto, de espantar que as formas de resistência à colonização e as ansiedades que assolaram os colonizadores se conjuguem para originar uma complexa dialéctica colonial. Assim, não parece de todo inadequado transpor a interacção dinâmica entre o “Eu” e o “Outro” para os jogos de vídeo, como resultado da capacidade do jogador em transformar a história através das suas acções autónomas.

Desta forma, o jogo em análise, ao deixar a história em aberto, e por se reger pelo evolucionismo spenceriano, torna exequível a inversão da dinâmica existente na imprensa lusa e britânica. O pensamento positivista do século XIX, analisado nos capítulos 1 e 2 do presente trabalho, é igualmente visível em *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*. Recorde-se que, no segundo capítulo desta dissertação, verificou-se a existência de um discurso de degeneração de um “Eu” português, periférico e subserviente a um “Outro” britânico, que, por sua vez, revelou uma atitude de fobia para com o Zé Povinho. Ao posicionar a Inglaterra num estágio de evolução mais avançado relativamente a um Portugal moralmente superior, mas carente de uma economia forte e de uma máquina militar poderosa, a hierarquização proposta pela imprensa revela-se uma “grelha totalitária” “created by a glance, an examination, a language” (Foucault, 1966:xxi). No entanto, no universo do *magic circle*, domesticado pelo jogador, o papel activo deste último, conjugado com as opções premeditadas, subverte a relação dicotómica opressor/ oprimido. Sentado à direita do produtor de *Civilization* (Salmos,

110:1), o jogador concebe, de um modo amplamente versátil, o mundo do jogo como um subversivo discurso pós-colonial.

Bibliografia²⁷

I) Fontes Primárias

1. Jogo de Vídeo

Firaxis Games. *Sid Meier's Civilization V: Brave New World*. [DISC]. PC. 2013.

2. Artigos Jornalísticos

2.1. Imprensa Portuguesa

Anónimo. “A Acephalia Governamental e a Guerra Anglo-Boer”. *Diário Ilustrado*. VI. 9740. 1900: 2.

Anónimo. “A Alliança”. *Diário Ilustrado*. Nº 10807. 1903: 2.

Anónimo. “A Morte de Eduardo VII”. *Diário Ilustrado*. Nº 13154. 1910: 1-2.

Anónimo. “A Quêda do Governo”. *Diário Ilustrado*. Nº 6029. 1890: 2.

Anónimo. “A Viagem Régia”. *O Mundo*. Nº 1500. 1904: 1.

Anónimo. “Depois das Festas”. *O Mundo*. Nº 920. 1903: 1.

Anónimo. “Eduardo VII. O Pacificador”. *Ilustração Portuguesa*. Nº 222. 1910: 642-652.

Anónimo. “Pelo Estrangeiro: Notícias e Telegramas. Inglezes e Boers. A Guerra”. *Diário Ilustrado*. Nº 9551. 1899: 3.

Anónimo. “Portugal e a Inglaterra”. *O Mundo*. Nº 3249. 1909: 1.

Anónimo. “S. A. a Princesa Victoria Patricia”. *O Ocidente*. VI. 32. 1909: 266.

Barradas, Manuel. “O Tratado Anglo-Luso”. *O Ocidente*. Nº 421. 1890: 195-198.

C. “O Tratado com a Inglaterra”. *Correio da Manhã*. Nº 1770. 1890: 1.

Câmara, João da. “Chronica Occidental”. *O Ocidente*. Nº 755. 1899: 277-278.

--- “Chronica Occidental”. *O Ocidente*. VI. 767. 1900: 81-82.

Lobato, Gervásio. “Chronica Occidental”. *O Ocidente*. Nº 399. 1890: 17-19.

--- “Chronica Occidental”. *O Ocidente*. Nº 450. 1891:137-138.

Martins, Rocha. “Chronica: a Viagem Real”. *Ilustração Portuguesa*. Nº 54. 1904: 18.

²⁷ Adoptaram-se as normas propostas pela Modern Language Association (MLA).

Verdades, João [Tito Gonçalves Martins]. “Revista Politica”. *O Ocidente*. Nº450. 1891: 144.

Vidal, E. A. “Á Inglaterra”. *Correio da Manhã*. Nº 1599. 1890: 1.

2.2. Imprensa Britânica

Anónimo. “After a Long Prolonged Sitting”. *The Morning Post*. VI. 37126. 1891: 4.

Anónimo. “Art. I. – The Justice of the Transvaal War”. *The Dublin Review*. VI. 127. 1900: 2-44.

Anónimo. “England and Portugal: Declaration of the New Ministry”. *The Morning Post*. VI. 36688. 1890: 5.

Anónimo. “Foreign Opinion: The Transvaal and Beira”. *The Morning Post*. VI. 39893. 1900: 3.

Anónimo. “Guarded as Closely as in the Tsar: The Boy King of Portugal”. *The Illustrated London News*. Nº 3682. 1909: 673.

Anónimo. “Our South African Troubles”. *The Edinburgh Review*. Nº 395. 1900: 264-289.

Anónimo. “Portugal’s Boy-King”. *The Review of the Reviews*. Nº 240. 1909: 563.

Anónimo. “The Boer in Durance at Cape Town”. *The Illustrated London News*. VI. 3185. 1900: 619.

Anónimo. “The Delagoa Bay Railway Story”. *The Illustrated London News*. VI. 2646. 1890: 4.

Anónimo. “The Killing of the King of Portugal: Various Theories as to the Regicide”. *The Review of the Reviews*. Nº 219. 1908: 260-261.

Anónimo. “The Man who Shared the Murdered King’s Peril: The Reformer Senhor Franco. Dictator of Portugal”. *The Illustrated London News*. Nº 3590. 1908: 182.

Anónimo. “The Portuguese Alliance”. *The Review of the Reviews*. Nº 161. 1903:474.

Anónimo. “The Progress of the World”. *The Review of the Reviews*. VI. 1. 1890: 87-95.

Anónimo. “The Progress of the World”. *The Review of the Reviews*. Nº 180. 1904: 569-581.

Anónimo. “The Progresso of the World”. *The Review of the Reviews*. Nº 9. 1890: 209-216.

Balfour, Arthur. “Opening of the War Session of Parliament October 17”. *The Illustrated London News*. VI. 3185. 1900: 596.

Baring, Maurice. "Foreign Opinion: The Beira Arrangement". *The Morning Post*. VI. 39913. 1900: 5.

II) Fontes Secundárias

1. Representação e Imagologia

Appignanesi, Richard. *Introducing Postmodernism*. Cambridge: Totem Books, 1995.

Aristóteles. *Poética*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

--- *Tratados de Lógica: Órganon*. Madrid: Gredos, 2008.

Bacon, Francis. *The New Organon*. Ed. Lisa Jardine. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Baudrillard, Jean. "The Procession of Simulacra". *A Postmodern Reader*. Ed. Joseph Natoli Albany. New York: State University of New York Press, 1993.

Benjamin, Walter. *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*. London: Penguin, 2008.

Berkeley, George. *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*. London: Jacob Tonson, 1734.

--- *The Principles of Human Knowledge: Three Dialogues between Hylas and Philonous*. Ed. G. J. Warnock. Glasgow: Collins, 1977.

Borges, Jorge Luis. "Del Rigor en la Ciencia". *Los Anales de Buenos Aires*. Nº 3. s/l: s/e, 1943.

Davis, Helen. *Understanding Stuart Hall*. London: SAGE Publications, 2004.

Foucault, Michel. *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*. Trad. Richard Howard. London: Routledge, 1992.

--- *The Archaeology of Knowledge*. Trad. A. M. Sheridan Smith. London: Tavistock Publications, 1972.

--- *The History of Sexuality. Volume I: An Introduction*. Trad. Robert Hurley. New York: Pantheon Books, 1978.

--- *The Order of Thing: An Archeology of the Human Sciences*. London: Tavistock Publications, 1970.

- Hall, Stuart. "Encoding, Decoding". *The Cultural Studies Reader*. Ed. Simon During. London: Routledge, 1993.
- ed. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications, 1997.
- Hamlyn, D. W. *Schopenhauer: The Arguments of the Philosophers*. London: Routledge, 1980.
- Hartmann, Nicolai. *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Trad. José Gonçalves Belo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960.
- Kant, Immanuel. *An Answer to the Question 'What is Enlightenment?'*. Trad. H. B. Nisbet. London: Penguin, 2009.
- *Critique of Pure Reason*. Trad. J. M. D. Meiklejohn. Londres: J. M. Dent & Sons, 1979.
- Lane, Richard J. *Routledge Critical Thinkers: Jean Baudrillard*. London: Routledge, 2000.
- Leibniz, Gottfried W. *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Trad. Adelino Cardoso. Lisboa: Colibri, 1993.
- Locke, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. Ed. John W. Yolton. London: Dent, 1976.
- *Two Treatises of Government*. Ed. Peter Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Machado, Álvaro Manuel. *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal. Ensaios de Tipologia Comparativista*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- McHoul, Alec, e Wendy Grace. *A Foucault Primer: Discourse, Power and the Subject*. London: Taylor & Francis Group, 1993.
- Pesic, Peter. "Wrestling with Proteus: Francis Bacon and the 'Torture' of Nature". *Isis*. Vl. 90. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. 81-94. Web. 19-02-2014, <<http://www.jstor.org/>>.
- Platão. *República*. Ed. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.
- Prendergast, Christopher. *The Triangle of Representation*. New York: Columbia University Press, 2000.
- Schopenhauer, Arthur. *The World as Will and Representation*. Trad. E. J. F. Payne. New York: Dover Publications, 1969.

2. Império e Evolucionismo

- Almaça, Carlos. *Evolutionism*. Lisboa: Museu Nacional de História Natural, 1994.
- Aristóteles. *Obras Completas de Aristóteles*. Vl. 4. T. 3. Trad. Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: INCM, 2005-2010.
- Arnold, Matthew. *Culture and Anarchy*. Ed. Jane Garnett. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Bacon, Francis. *De Verulamio de Dignitate & Augmentis Scientiarum*. Wraybury: Jo. Jac. Stahel, 1779.
- Baer, Karl von. *Über die Entwicklungsgeschichte der Thiere. Beobachtung und Reflexion*. Königsberg: Gebrüder Bornträger, 1828.
- Charlesworth, Brian, e Deborah Charlesworth. *Perspectives: Anecdotal, Historical and Critical Commentaries on Genetics. Darwin and Genetics*. Genetics Vl. 183.3 (2009): 757-766.
- Conrad, Joseph. *Heart of Darkness and Other Tales*. Intro. Credric Watts. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- Darwin, Charles. *On the Origin of Species*. Intro. Gillian Beer. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. Intro. James Moore e Adrian Desmond. London: Penguin Books: 2004.
- *A Origem do Homem. A Seleção Natural e a Sexual*. Trad. Oldemiro César. Porto: J. Ferreira dos Santos Editor, 1910.
- *Origem das Espécies*. Trad. Joaquim Dá Mesquita Paúl. Porto: Livraria Chardron, 1913.
- Furtado, Filipe, e Gabriela Gândara Terenas. “‘O Aristóteles do Nosso Tempo’: A Recepção de Herbert Spencer no Portugal Oitocentista”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Nº 14. Lisboa: Editorial Minerva, 2005.
- *Princípios sem Fim: a Teoria do Universo de Herbert Spencer*. Lição de Índole Pedagógica Apresentado para Provas de Agregação em Estudos Ingleses e Americanos (Cultura Inglesa) à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1998. Texto Inédito Amavelmente Cedido pelo Autor.
- Malafaia, Maria Teresa, e Filipe Furtado. *O Pensamento Vitoriano: uma Antologia de Textos*. Lisboa: Edições 70, 1992.

- Gaukroger, Stephen. *Francis Bacon and the Transformation of Early-Modern Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Gibbon, Edward. *Decline and Fall of the Roman Empire*. Intro. Dero A. Saunders. London: Penguin, 1988.
- Gringas, Yves, Peter Keating e Camille Limoges. *Do Escriba ao Sábio; os Detentores do Saber da Antiguidade a Revolução Industrial*. Porto: Porto Editora, 2007.
- Lamarck, Jean-Baptiste. *Histoire Naturelle des Animaux sans Vertèbres*. Paris: J. B. Baillière, 1835-1845).
- *Philosophie Zoologique ou Exposition des Considérations relatives à l'Histoire Naturelle des Animaux*. Paris: Schleicher Frères, n. d.
- Livingston, David. *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries; and of the Discovery of Lakes Shirwa and Nyassa, 1858-1864*. London: John Murray, 1865.
- Lyell, Charles. *Principles of Geology, being an Attempt to Explain the Former Changes of the Earth's Surface, by Reference to Causes Now in Operation*. London: John Murray, 1730.
- Malthus, Thomas. *An Essay on the Principle of Population or a View of its Past and Present Effects on Human Happiness*. London: Reeves & Turner, 1972.
- Martins, Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Mem Martins: Europa-América, 1984.
- Morel, B. H. *Traité des Dégénères Cences Physiques, Intellectuelles et Morales de l'Espèce Humaine et des Causes qui Produisent ces Variétés Maladives*. Paris: Libraire de L'Académie Impériale de Médecine, 1857.
- Nordau, Max. *Degeneration*. Intro. George L. Mosse. Lincoln: University of Nebraska Press, 1993.
- Pereira, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- Pires, António Machado. *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- Queirós, Eça de. *O Crime do Padre Amaro: Cenas da Vida Devota*. Porto: Lello & Irmão, 1980.
- Quental, Antero de. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos*. Porto: Typ Commercial, 1871.

- Montesquieu. *Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos. Seguidas de Diálogo entre Sila e Êucrates, Lisímaco, Dissertação sobre a Política dos Ramnos em Matéria de Religião, Discurso sobre Cícero*. Trad. Ruy Bello. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- Morgan, L. H. *Ancient Society*. Cleveland: World Publishing, 1963.
- Sacarrão, Germano da Fonseca. “O Darwinismo em Portugal”. *Biologia e Sociedade I. Crítica da Razão Dogmática*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1989. 282-286.
- Serras, Adelaide Meira (ed.). *The British Empire. Ideology, Perspectives, Perceptions*. Lisboa: Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, 2010.
- Spencer, Herbert. *First Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1862.
- *Social Statics, Abridged and Revised; Together with the Man Versus the State*. London: Williams and Norgate, 1892.
- Wilberforce, Samuel. *Speeches on Missions by Samuel Wilberforce*. Ed. Henry Rowley. Whitefish: Kessinger Publishing, 2010.

3. Obras de Cariz Historiográfico

3.1. Portugal

- Almeida, João Marques, e Rui Ramos, ed(s). *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Cosmos, 2008.
- Corpechot, Lucien. *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*. Trad. Catarina Correia. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.
- Coutinho, Lourenço Pereira. *Do Ultimato à República: Política e Diplomacia nas Últimas Décadas da Monarquia*. Lisboa: Prefácio, D.L, 2003.
- Couto, Jorge. *1908: Do Regicídio à Ascensão do Republicanismo*. Coord. Manuela Rêgo. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- Gaspar, Joana Gaspar de. *Manuel de Arriaga: Percorso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- Hammond, R.J. *Portugal and Africa 1815-1910: a Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- Ramos, Rui, coord. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.

- *D. Carlos: 1863-1908*. S.L: Temas e Debates, 2007.
- *História de Portugal*. Coord. José Mattoso. Vl. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- Rêgo, Manuela, coord. *1908: Do Regicídio à Ascensão do Republicanismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- Rosas, Fernando, e Maria Fernanda Rollo. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Vl. X. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.
- Serrão, Joel. *Temas Oitocentistas: Para a História de Portugal no Século Passado*. Lisboa: Portugália, 1962.
- Wheeler, Douglas L. *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Trad. J.O.M. e Cristina Correia. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985.

3.2. Grã-Bretanha

- Beckett, J. C. *A Short History of Ireland*. New York: Hutchinson's University Library, 1952.
- Cawood, Ian. *Britain in the Twentieth Century*. New York: Routledge, 2004.
- Charmley, John. *Splendid Isolation?: Britain, the Balance of Power and the Origins of the First World War*. London: Faber and Faber, 1999.
- Cowles, Virginia. *Edward VII and His Circle*. London: Hamish Hamilton, 1956.
- Elis, Roger. *Who's Who in Victorian Britain: 1851-1901*. London: Shephard-Walwyn, 1997.
- Heffer, Simon. *Power and Place. The Political Consequences of King Edward VII*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1998.
- Hobsbawm, E. J. *The Age of Empire 1875-1914*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1987.
- Lowe, John. *The Great Powers, Imperialism and the German Problem, 1865-1925*. London/New York: Routledge, 1994.
- Morgan, Kenneth O. *The Oxford Illustrated History of Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Nutting, Anthony. *Scramble for Africa: The Great Trek to the Boer War*. London: Constable, 1970.
- Pakenham, Thomas. *Scramble for Africa*. London: Abacus, 1991.

--- *The Boer War*. London: Abacus, 1979.

Raphael, Louis A. C. *The Cape-to-Cairo Dream: A Study in British Imperialism*. New York: Columbia University Press, 1936.

Rubinstein, W. D. *Britain's Century: A Political and Social History, 1815-1905*. London: Arnold, 2009.

Taylor, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe, 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1954.

4. Estudos Anglo-Portugueses

Carreiro, José Brito. *A Aliança Inglesa. O Grande Triunfo da Diplomacia Portuguesa na Confirmação da Aliança pela Declaração Secreta de 14 de Outubro de 1899*. Coimbra: Coimbra Editora/Arquipélago, 1960.

Coelho, Maria Teresa Pinto. *Apocalipse e Regeneração. O Ultimato e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

--- *Ilhas, Batalhas e Aventura: Imagens de África no Romance do Império Britânico do Último Quartel do Século XIX e Início do Século XX*. Lisboa: Colibri, 2004.

Costa, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

Hintze Ribeiro, Ernesto. *Portugal e a Inglaterra. As Negociações do Tratado sobre os Domínios de África*. 1891.

Magalhães, Calvet de. *O Ultimatum Britânico, Causas Imediatas e Reacções Internas*. Sociedade de Geografia. 1994.

Marques, Paulo Lowndes. *O Marquês de Soveral: Seu Tempo e seu Modo*. Alfragide: Texto, 2009.

Martins, J.P. Oliveira. *Portugal em África. A Questão Colonial: O Conflito Anglo-Português*. Porto: Ernesto Chardron, 1891.

Sousa, Carlos Hermenegildo de. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Marânus, 1939.

Warhurst, P.B. *Anglo-Portuguese Relations in South Central Africa 1890-1900*. 1962.

5. Imprensa

Altick, Richard D. *The English Common Reader: A Social History of the Mass Reading Public, 1800-1900*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

- Ang, I. *Desperately Seeking Audience*. London: Routledge, 1991.
- Barlow, David M. e Brett Mills. *Reading Media Theory: Thinkers, Approaches and Contexts*. Essex: Pearson Education Limited, 2009.
- Brown, Lucy. *Victorian News and Newspapers*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- Hartley, John, Jean Burgess, e Axel Bruns, ed(s). *A Companion to New Media Dynamics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.
- Inglis, Fred. *Media Theory: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1990.
- McQuail, D. "The Influence and Effects of Mass Media". *Mass Communication and Society*. Ed. J. Curran, M. Gurevitch e J. Woollocott. London: Arnold, 1977.
- Riffe, Daniel, Stephen Lacy, e Frederick G. Fico. *Analyzing Media Messages: Using Quantitative Content Analysis in Research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.
- Temple, Mick. *The British Press*. Berkshire: Open University Press, 1996.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

6. Ludologia

- Consalvo, Mia. "Game analysis: Developing a Methodological Toolkit for the Qualitative Study of Games". *Game Studies*. Vl. 6, 2006. Web. 26-02-2013, <<http://gamestudies.org>>.
- Dyer-Withford, Nick e Greig de Peuter. *Games of Empire*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2009.
- Frasca, Gonzalo. "Simulation versus Narrative: Introduction to Ludology". *Video Game Theory*. Ed(s). Bernard Perron e Mark J. P. Wolf. London: Routledge, 2003. 221-236.
- Ghys, Tuur. "Technology Trees: Freedom from Determinism in Historical Strategy Games". *Game Studies*. Vl. 12, 2012. Web. 24-02-2014, <<http://gamestudies.org>>.
- Harris, John, e John Wallis. *Historical Pastime or a New Game of the History of England from the Conquest to the Accession of George the Third*. London: n. p., 1803.
- Huizinga, J. *Homo Ludens*. London: Routledge, 1949.

- Juul, Jesper. "A Certain Level of Abstraction". *Situated Play: DiGRA 2007 Conference Proceedings*. Ed. Akira Baba. Tokyo: DiGRA Japan, 2007. 510-515.
- "Fear of Failing? The Many Meanings of Difficulty in Video Games". *The Video Game Theory Reader 2*. Ed(s) Mark J. P. Wolf e Bernard Perron. New York: Routledge, 2009.
- "The Game, the Player, the World: Looking for a Heart of Gameness". *Level Up: Digital Games Research Conference Proceedings*. Ed(s) Marinka Copier and Joost Raessens. Utrecht: Utrecht University, 2003. 30-45.
- *Half-Real: Video Games between Real Rules and Fictional Worlds*. London: MIT Press, 2005.
- Kücklich, Julian. "Perspectives of Computer Game Philology". *Game Studies*. VI. 3, 2003. Web. 26-02-2013, <<http://gamestudies.org>>.
- Malliet, Steven. "Adapting the Principles of Ludology to the Method of Video Game Content Analysis". *Game Studies*. VI. 7, 2007. Web. 26-02-2013, <<http://gamestudies.org>>.
- Meier, Sid. "Civilization V: Civilopedia Online". *D&D Junkie*. Web. 13-03-2013, <<http://www.dndjunkie.com/civilopedia/default.aspx>>.
- Neto, João Pedro, e Jorge Nuno Silva. *Mathematical Games. Abstract Games*. New York: Dover Publications, 2013.
- Perron, Bernard e Mark J. P. Wolf. *Video Game Theory Reader 2*. London: Routledge, 2009.
- Russel, Spehen, et al. *Spacewar!*. 1962.
- Salen, Katie, e Eric Zimmerman. "Games as the Play of Simulation". *Rules of Play: Game Design Fundamentals*. London: The MIT Press, 2004a. N. pag.
- "Games as Systems of Conflict". *Rules of Play: Game Design Fundamentals*. London: The MIT Press, 2004b. N. pag.
- "Breaking the Rules". *Rules of Play: Game Design Fundamentals*. London: The MIT Press, 2004c. N. pag.
- "Interactivity". *Rules of Play: Game Design Fundamentals*. London: The MIT Press, 2004d. N. pag.
- "The Rules of Digital Games". *Rules of Play: Game Design Fundamentals*. London: The MIT Press, 2004e. N. pag.
- Silva, Jorge Nuno. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Matemática, 2007.

7. Estudos Pós-Coloniais

- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 1991.
- Arendt, Hannah. *The Human Condition*. Margaret Canovan (Intro). Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- Ashcroft, Bill, Gareth Griffiths e Helen Tiffin. *The Empire Writes Back*. New York: Routledge, 1989.
- Bhabha, Homi K. *Nation and Narration*. London/New York: Routledge, 1990.
- *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- Castle, Gregory, ed. *Postcolonial Discourses: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2001.
- Darnell, Regna. "The Observation of Savage Peoples by Joseph-Marie Dégerando". *Anthropologist*. Vl. 72. 1095-1096. Web. 04-02-2014, <<http://www.jstor.org/>>.
- Gellner, Ernest. *Thought and Change*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1964.
- Loomba, Ania. *Colonialism/Postcolonialism*. London/New York: Routledge, 1998.
- Renan, Ernest. "What is a Nation?". *Nation and Narration*. Ed. Homi K. Bhabha. London: Routledge, 1990.
- Said, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1993.
- *Orientalism*. London: Penguin Classics, 1978.
- Sanches, Manuela Ribeiro, org. *Descolonizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.
- Seton-Watson, Hugh. *Nations and States: an Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Boulder: Westview Press, 1977.
- Smith, M. van Wyk. "Colonial and Post-Colonial Literatures". *Oxford Journals*. Oxford University Press, 1993. 393-399. Web. 06-12-2012, <<http://www.jstor.org/>>.
- Spivak, Gayatri. *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.
- Walker, Kath. *The Dawn is at Hand: Selected Poems*. London/New York: Marion Boyers, 1992.
- Young, Robert J. C. *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford UP, 2003.
- *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

8. Filmografia

War Games. Dir. John Badham. MGM Studios, 1983. CD.

9. Varia

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Trad. António Ramos Rosa. Lisboa: Presença, 1992.

Audi, Robert. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Baldick, Chris. *The Concise Dictionary of Literary Terms*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Barthes, Roland. "The Death of the Author". *Image – Music – Text*. Trad. Stephen Heath. EUA: Hill and Wang, 1977. 142-148.

Benton, William. *The New Encyclopaedia Britannica*. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., 1974.

Bíblia Sagrada. Salmos. Ed. Fr. Raimundo de Oliveira. Lisboa: Paulus, 1993. 110:1

Blackburn, Simon. *The Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

Blanning, T. C., ed. *The Oxford History of Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Chaunu, Pierre. *O Tempo das Reformas (1250-1550): História Religiosa e Sistema de Civilização*. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa: Edições 70, 1975.

Clifford-Vaughan, M. "Enlightenment and Education". *British Journal of Sociology*. VI. 14 (1963): 135-143.

Dubois, Jacques, e Albert Dauzat. *Nouveau Dictionnaire Éthymologique et Historique du Français*. Paris: Larousse, 1994.

During, Simon. *The Cultural Studies Reader*. New York: Routledge, 1993.

Ésquilo. *Os Persas*. Trad. Urbano Tavares Rodrigues. Lisboa: Inquérito, 1987.

Ferreira, Ana Maria Pereira. "Mare Clausum, Mare Liberum: Dimensão Doutrinal de um Foco de Tensões Políticas". *Cultura: História e Filosofia*. Lisboa: n. p., 1984.

Fitzgibbons, Athol. *Adam Smith's System of Liberty, Wealth, and Virtue: The Moral and Political Foundations of the Wealth of Nations*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

- Forman, Paul. "The Primacy of Science in Modernity, of Technology in Postmodernity, and of Ideology in the History of Technology". *History and Technology: An International Journal*. New York: Routledge, 2007.
- Gay, Peter. *Great Ages of Man. A History of the World's Cultures: Age of Enlightenment*. N. p.: Time Inc., 1966.
- Goodman, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1978.
- Hall, Martin e Patrick Thaddeus Jackson, ed(s). *Civilizational Identity: the Production and Reproduction of "Civilizations" in International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- Hazard, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII: de Montesquieu a Lessing*. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Presença, 1989.
- Iser, Wolfgang. *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*. John Hopkins University Press, 1978.
- Johansen, Karsten Friis. *A History of Ancient Philosophy: From the Beginnings to Augustine*. Trad. Henrik Rosenmeier. London: Routledge, 1998.
- Joyce, James. *Ulysses*. Intro. Cedric Watts. Hertfordshire: Worsworth Editions Limited, 1932.
- Lacombe, Américo Jacobina. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- Lindholm, Charles. *Culture and Identity: the History, Theory, and Practice of Psychological Anthropology*. Oxford: Oneworld Publications, 2001.
- Machado, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1984.
- Montesquieu. *Persian Letters*. Trad. Margaret Mauldon. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Mora, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Trad. António José Massano e Manuel J. Palmeirim. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- More, Thomas. *Utopia*. Ed. George M. Logan e Robert M. Adams. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Pereira, Esteves, e Guilherme Rodrigues, ed(s). "Maria I. A Piedosa". *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. VI. IV. Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. 817-819.
- Procter, Paul. *Longman Dictionary of Contemporary English*. London: Longman, 1995.

- Schroeder, Paul W. *The Transformation of European Politics 1763-1848*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- Schulze, Hagen. *Estado e Nação na História da Europa*. Trad. Maria Augusta Júdice e António Hall. Lisboa: Presença, 1997.
- Shah, Idris. *The Boy Without a Name*. Los Altos: Hoopoe Books, 2007.
- *The Sufis*. London: Octagon Press, 1999.
- Smith, Adam. *Riqueza das Nações*. VI I. Trad. Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. Pref. Hermes dos Santos. N. p.: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- Sófocles. *Édipo Rei*. Ed. Agostinho da Silva. Lisboa: Inquérito, 1986.
- Taylor, Charles. *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- Wittgenstein, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Trans. G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1953.
- Wodak, Ruth, e Michal Krzyzanowski, ed(s). *Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- Yolton, John W. *The Blackwell Companion to the Enlightenment*. Ed. Lester G. Crocker. Oxford: Blackwell, 1991.

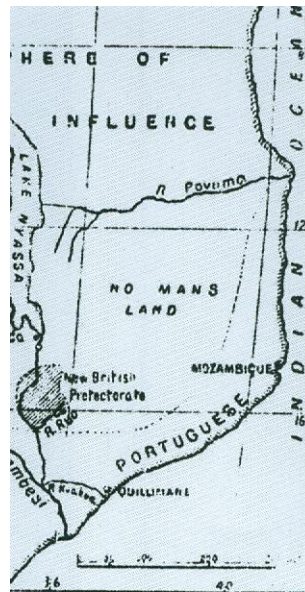
Anexos²⁸

²⁸ Os artigos são apresentados pela ordem que foram referidos ao longo da presente dissertação. Reproduzem-se apenas os excertos citados.

THE DELAGOA BAY RAILWAY STORY.

At a time when the Portuguese doings in South-East Africa have provoked so much comment and dispute, the seizure of the Delagoa Bay Railway, on June 29 last year, is perhaps worthy of being related. The following narrative is written by Mr. Wallis Mackay, who furnishes our Sketches of the affair: "According to a manifesto issued earlier in the month, the railway was to be taken by the Portuguese on June 24, and Mr. Philip Knee, the general manager, with whom I was staying at his house on the hill above Lourenço Marquez, received notice from the Governor of Delagoa Bay that, if necessary, military force would be used in seizing the train and line. The 24th came and went, and no sign of 'seizure' was discernible: the only alteration in the usual course of events was the more pronounced attitude of the Portuguese soldiers towards the English inhabitants. Indeed, appeals were so forcibly made to Mr. Knee, who held the position of Vice-Consul as well as manager of the railway, that he cabled for an English gun-boat, for the protection of lives of British subjects. On the morning of the 29th, orders having been issued over night for the train to proceed as usual to Barberton, at eight a.m., a message with military escort came up the hill to Mr. Knee, who was to consider himself a prisoner in his own house. The sound of bugle-blowing came up from the sea front, where the terminus is situated, and I hurried down to the scene of action, calling on my way at the Office of Public Works, where I had seen Major Arango alight from his machello at the early hour of half past seven. I represented to him the somewhat grave step involved in the imprisonment of a British Consul, even in his own house, mentioning that it would at least be well to await the arrival of the three English men-of-war, news of which had been cabled to us on their way to Delagoa Bay, and which were expected hourly. This information the General met with sardonic politeness, but told me that he was just going to the Governor, and that the Consul would be treated with all due consideration and sympathy. As a result, I was gratified shortly afterwards to see the genial face of Mr. Knee smiling a morning greeting to those who saluted him as he rode down to his office. The bugles were now very blatant in their opera-

in *The Illustrated London News*. VI. 2646. 1890: 4.



H-EASTERN AFRICA.

The story of our quarrel with Portugal is so confused that I venture to set it out with some detail.

The King of Portugal, our ancient and traditional ally, is crowned Lord of Guinea, Persia, Ethiopia, and Arabia. He inherits the glory of reigning over the descendants of the early navigators who discovered the Cape of Good Hope and Brazil. Among the less shadowy possessions of the Portuguese crown are

strips of coast on both sides of Africa, of which the most important points are Delagoa Bay and the mouth of the Zambesi. Stretching inland from these possessions on the littoral, the Portuguese imagination sees a visionary sovereignty which covers the whole intermediate continent. Occasionally in the lapse of centuries stray Portuguese travellers have walked over this territory. Here and there ruins of old forts attest the fact that an attempt has been made to hold it, but down to our time Portugal has not attempted either to civilise, govern, conquer, or colonise the region. In actual fact, Portuguese authority in the Upper Zambesi is confined to the two points marked on the accompanying map, as Tete and Zumbo. When at

In January, last year, the Portuguese made their first grab at this region. "Taking advantage of the peaceable relations," says Captain Lugard, in last

in *The Review of the Reviews*. VI. 1. 1890: 87-95.

ENGLAND AND PORTUGAL.

DECLARATION OF THE NEW MINISTRY.

[REUTER'S TELEGRAMS.]

LISBON, JAN. 15.

At one o'clock this morning about 70 persons who were making a demonstration in the streets and shouting "Down with England," were surrounded by a force of mounted and foot police, and all were arrested.

Telegraphic advices from the Portuguese East African possessions state that complete tranquillity reigns there.

The Duke of Palmella, captain of the King's body guard, has sent to the British Legation here the Crimean War Medal which he received while serving in the British navy.

The new Ministry to-day presented itself to the Chamber of Deputies, and Senhor Serpa Pimentel, the Prime Minister, made a declaration of policy. He began by saying that the Government had taken office at a grave juncture. "Portugal has right on her side," the Minister continued, "but Great Britain has the might." The Government will uphold the rights of the nation, having all regard for its honour, and will protect its interests so far as is possible, and its dignity absolutely. The Cabinet will maintain the best relations with foreign Powers, and will actively devote itself to effecting economies by careful treatment of expenditure and assiduity in the recovery of revenue receipts. The public wealth has greatly increased. The Government will give particular attention to the affairs of the colonies, the army, the navy, agriculture, and to public instruction, which at present leaves much to be desired. The Ministers do not ask for the support of the majority, because they are aware that it cannot be given them.

Senhor da Veiga Beirao, the late Minister of Justice, said that the majority could not feel confidence in a Government which did not represent it, but it would aid the Cabinet in the settlement of problems in which the dignity and honour of the country were involved.

Senhor Lopo Vaz, the new Minister of Justice, stated that it was his intention to occupy himself with home affairs.

in *The Morning Post*. VI. 36688. 1890: 5.

Se essa obra se levar a cabo, — e que se levará com certeza se todos tiverem persistencia e tenacidade — se o odio á Inglaterra — um odio tão santo que vemos associar a elle muitos dos proprios inglezes residentes em Portugal, já associando-se ás nossas manifestações, já deixando a sua patria para se naturalisarem portuguezes — servir para Portugal cuidar a serio da sua industria, do seu commercio, das suas ar-

tes, da sua instrucção e da sua defesa, se esse odio servir para Portugal reconquistar a sua antiga posição no mundo e na historia, nós abençoaremos esse odio, quasi que poderemos bemdizer o insulto inglez como o enfermo bemdiz o caustico asqueroso repugnante que lhe doe, que o martyrisa, mas que produz a reacção no seu organismo doente, e lhe restitue a saude, a força, a vida !

Portugal estava enfermo e enfermo grave, de uma enfermidade terrivel — o indifferentismo, que é para as nações o mesmo que a anemia é para o corpo humano, a falta de globulos rubros na circulação arterial.

Sobre o seu estado faziam-se diagnosticos desconsoladores, prognosticos tristissimos.

Veio a offensa vil da Inglaterra e a reacção produziu-se immediata e enorme.

A doença não era tão grave como se suppunha. O organismo está ainda forte e viril — prova-o essa reacção poderosa que rapidamente se fez.

O caso agora está em aproveitarmos habilmente essa reacção, em sabermos-nos servir d'essas forças possantes e vivas, que ainda ha no nosso organismo, não deixarmos de novo invadir-nos a indiferença que nos ia matando — e a cura será rapida e radical.

Que assim seja, desejamol-o ardentemente, pela salvação e pela prosperidade da nossa querida patria.

Gervasio Lobato

in *O Ocidente*. Nº 399. 1890: 17-19.

Agora... animo forte e muito patriotismo. E' o que se requer; é o que se torna indispensavel. As manifestações já se fizeram; ao mundo já mostrámos que em nossas almas vibra a santissima corda do patriotismo; os nossos inimigos já viram que, se não temos muitos canhões, o sangue nos sobra para avermelharmos as nossas faces com a cholera indignada, que a pequenez pode comprimir, mas que nem por isso é menos digna. Deixemos agora trabalhar os homens que se impozeram a obrigação de se inspirarem na crença de que o nome portuguez tem prestigio para se levantar triumphante do meio de uma vergonha. O interesse nacional impõe esse dever de ordem ao paiz, e elle ha de saber comprehendel o.

in *Diário Illustrado*. Nº 6029. 1890: 2.

À INGLATERRA

Ultimatum

Pizaste bem, que importa? — O onagro também pisa.
Rouba, deprecis, também; que o feito não deslisa
Do porte nacional. Tu podes tudo, e tudo:
Fazer do mundo inteiro um páris, um servo mudo
Agachado a teus pés, sem que ninguém lhe veja
O frémito do horror, a chama que lateja
Na pupilla, onde, torva, assoma a consciência.
Tu, Jack estripador, vergonha da impudência,
Tu podes ostentar as mil protervias tuas,
Como Nero ostentava as prostitutas suas
No circo imperial, brilhante de lizeiros.
Podes tudo fazer; de astutos bandidoleiros,
Esse é condão, e norma, e lema de estandarte.
Cadimo salteador; teu sceptro é um bacamarte!

Mas quem te ha de furtar á gargalheira intame,
Por mais ouro venal que a froux: te derrame
Essa entranha ruim; quem é que ha de arrancar-te
A' mão ferrea da historia, a mão que ha de amarrar-te
N'uma pagina vil, tornada em pelourinho?

Ninguém! E as gerações quando no seu caminho
Virem teu crime atroz,—por Deus então já pago,—
O' tórpe Babylonia, ó perfida Carthago,
Hão de os olhos baixar, attonitas, vexadas;
Mas lá do infinito azul, das orbitas sagradas
Onde incessante gira um turbilhão de estrellas,
Do plano syderal, onde, por noites bellas,
Se vê passar, fulgindo, a etherea emanação,
Uma voz soará,—ribombo de trovão,
Voz que ha de o espaço encher n'um brado divinal:
—«Essa que foi bacchante, a singular vestal,
«Cahio; e o vasto oceano esquivava-se a tragal-a,
«Como o leão refoge ás podridões da valla!»

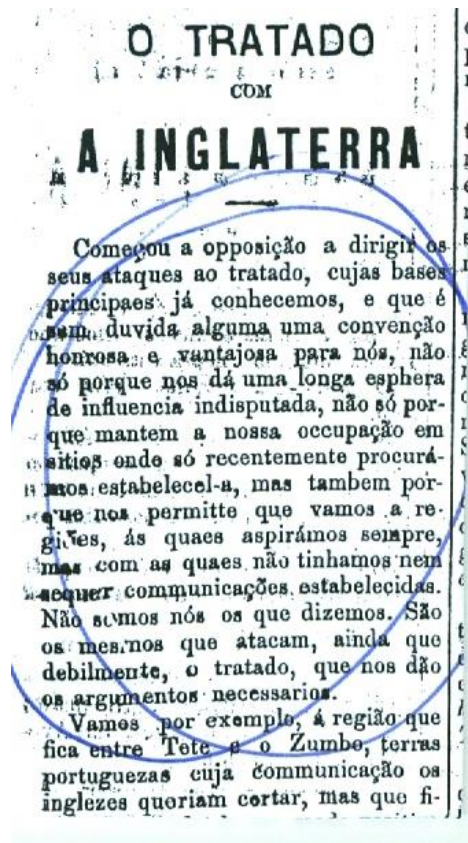
Janeiro de 1890.

E. A. VIDAL.

in *Correio da Manhã*. Nº 1599. 1890: 1.

Não se levanta mão do conflicto com a Inglaterra, e apoz o *ultimatum* brutal d'esse odre que se chama Salysbury, descendente de uma mulher que deixava, intencionalmente, cahir as ligas nas sallas de baile,—o OCCIDENTE (n.ºs 400 a 407) publica uma serie de artigos sob o titulo de *Inglaterra conquistadora*, faz a historia chronologica das nossas relações com a Grã-Bretanha, desde o nefasto tratado de 29 de janeiro de 1642, causa de toda a nossa desgraça, e precede este estudo de succintas indicações sobre o modo como o inglez tem minado a nossa influencia em Africa, particularisando o decennio de 1877 a 1887.

in *O Ocidente*. Nº 421. 1890: 195-198.

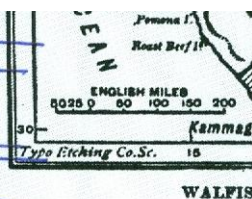


in *Correio da Manhã*. Nº 1770. 1890: 1.

The Anglo-Portuguese Agreement. The third agreement of the month which Lord Salisbury has negotiated with Portugal is a satisfactory ending of what at one time promised to be a very ugly little quarrel between John Bull and his Lusitanian Belgium. The Portuguese, who are the dog-in-the-manger of Africa, have agreed to waive their pre-

posterous claims to the whole of Central Africa along the Zambesi. They give up their pretensions to

fluence of Portugal. Portugal also, who has once more become John Bull's man of straw, is to be allowed to extend her sphere of influence south of Delagoa to the British sphere, subject to the consideration that she is never to part with any of her possessions there without our consent. This gives us a veto upon any transfer of Delagoa Bay; if she were to sell this harbour to the Transvaal for £5,000,000, we should not object — subject always to the provision that the Transvaal on the sea is under the suzerainty and protectorate of Great Britain. The more important points in the Portuguese Agreement are: (1) The limitation of transit duties to 3 per cent.; (2) The formal establishment of free transit along the whole length of the Zambesi—"and through the districts adjoining the river for the purpose of such passage along the whole course"—which may come to mean much more than appears at first sight: (3) The establishment of a tribunal of arbitration of two experts with



WALFISH

in *The Review of the Reviews*. N° 9. 1890: 209-216.

A approvação do tratado com a Inglaterra foi uma d'essas taes novidades, e a verdade é que essa approvação não foi novidade para ninguem porque toda a gente sabia que esse tratado fosse qual fosse, seria approvado agora, do mesmo modo que ha coisa de um anno se sabia tambem que elle não seria votado fosse qual fosse tambem.

in *O Ocidente*. N° 450. 1891:137-138.

dr. Barboza Leão, no que bem se prova ser a
periençia a grande mestra da vida.
Os inglezes lá estão á espreita para levar o resto
ou por dinheiro ou de graça, apesar de todos os
tratados assignados.
Fiemo-nos nos tratados e veremos o tombo
que levamos.

João Verdades.

Adolpho, Modesto & C.^a Rua Nova do Loureiro, 25 a 44.

in *O Ocidente*. Nº 450. 1891: 144.

favour. At any rate, Portugal will now know the limits of her possessions, and it will be for her to prove in the future that she also knows how to govern them and to develop them according to modern ideas. Every Englishman will cordially wish her success in the task.

in *The Morning Post*. VI. 37126. 1891: 4.

Pois é grave o momento presente. Não falemos na convulsão dos espiritos que agita as tendencias de revolta em todo o paiz. Deixemos de considerar o perigo que corremos sob a administração mexeriqueira do ministerio da Justiça, dêmos por diminuto o desmazello dos ministerios dos Estrangeiros e Marinha, concordemos que não nos será fatal a conspiração financeira que se tolera no ministerio da Fazenda, supponhamos que a desorganisação militar ainda é remediavel. Mas como estamos preparados para a provavel derivação da actual guerra anglo-boer que ameaça deslocar-se para os territorios da nossa provincia de Moçambique?

in *Diário Ilustrado*. Nº 9740. 1900: 2.

Muito pela nossa imprensa e pelos estrangeiros continua sendo discutida a passagem das tropas inglezas, que foram caminho da Rhodesia, atravez os territorios portuguezes da Beira.

O facto commoveu toda a Europa e os longos artigos sobre a neutralidade, que, segundo alguns nos accusam, não soubemos manter, continuam apparecendo nos jornaes mais lidos de todas as nações.

Os que defendem o facto falam em tratados anteriores celebrados com a Inglaterra, mas a verdade é, segundo a auctoridade de certos jornaes, que nenhum dos ministerios que se teem succedido no poder desde 1890 assume a responsabilidade da clausula que nos obrigou á discutida concessão.

in *O Ocidente*. Vl. 767. 1900: 81-82.

FOREIGN OPINION.

THE BEIRA ARRANGEMENT.

FROM OUR CORRESPONDENT.

ST. PETERSBURG, MAY 6.

Undeterred by the complete failure which has attended the efforts of the Boer emissaries to obtain any support in Europe, the *Noroe Vremya* continues to invite the Powers to mark in some effective manner their disapproval of the "violation of international law" of which Great Britain has forced Portugal to be guilty.

Evidently, it declares, the Governments of two Powers cannot conclude a treaty which violates the fundamental principles of international law as expressed in conventions to which all the Powers without exception have subscribed. Great Britain has taken advantage of the omission in the Anglo-Portuguese agreement of 1891 of a clause expressly stating that the troops whose passage through Portuguese territory is contemplated by the agreement should only be used to repel the attacks of natives.

It is, to the *Noroe Vremya*, also clear that since such troops are only admitted "for the protection of Rhodesia," the agreement, even as it stands, will be isolated if a single man of General Carrington's force sets foot in the Transvaal or takes part in an attempt to relieve Mafeking, a contention of which the absurdity is surely only equalled by the statement attributed to the French engineer Léon that only the noble generosity of the Boers prevents their making reprisals against the Portuguese.

The *Noroe Vremya* is of opinion that in these circumstances the Powers may yet decide to acquaint Great Britain with their views on this subject, and that in any case there are various ways of giving her clearly to understand that her unceremonious and consistent violation of the canons of international law will not be tolerated by civilised nations.

in *The Morning Post*. VI. 39913. 1900: 5.

FOREIGN OPINION.

THE TRANSVAAL AND BEIRA.

FROM OUR CORRESPONDENT.

BERLIN, APRIL 15.

It is not believed in quarters most qualified to judge that the Boer authorities will follow by a declaration of war their protest to the Portuguese Government against the transit of British troops from Beira to Rhodesia.

Professor Ludwig von Bar, the well-known authority on International Law, makes the following observations on the point: "The legal consequence of a breach of neutrality is the right of the belligerent State whose interests have been compromised to declare war on the State guilty of violating its neutrality. This, however, is a right and not a duty, and it often happens that it is to the interest of the belligerent State to refrain from hostile action and to confine its action to a protest. It is so in the present case, since the circumstance that Delagoa Bay and the coast line in its neighbourhood are under Portuguese jurisdiction, and are, therefore, neutral, renders it alone possible for the Boer Republics to obtain certain supplies during the war.

"The British Government, and not less the Portuguese Government when yielding to the pressure of powerful Great Britain, have evidently calculated on this important factor determining the action of the Boers."

The German Government has received no official intimation of the protest lodged at Lisbon by the Transvaal authorities, and in official circles the opinion appears to prevail that this protest will derive practical significance, if at all, only when troops disembarked at Beira have actually entered Transvaal territory from Rhodesia.

in *The Morning Post*. VI. 39893. 1900: 3.

Em que se ha de falar senão na guerra ?
Anda o mundo espantado da má figura que fazem os leões de fama contra o que muitos suppunham mosquitos.
Derrotas sobre derrotas, franca, e sympathicamente á força de franqueza, confessadas pelos inglezes, são as novas de cada dia.
E é innegavel que o mundo inteiro vai revelando uma sympathia pelo Transvaal, que deve assustar algum tanto a orgulhosa Inglaterra, que tantas vezes humilhou as nações pequenas. E o castigo é tal agora, que já principia a inspirar piedade ainda nos mais fervorosos inimigos.
Mais uma vez se mostra a grandeza do sul.

in *O Occidente*. Nº 755. 1899: 277-278.

Em presença dos ultimos tele-grammas de Londres, vê se que o *ultimatum* boer irritou fortemen-te os animos em Inglaterra. Ao que parece, os inglezes queriam ir amontoando forças sobre forças na fronteira do Transvaal, nem que os boers tugissem sem mu-gissem diante d'aquella provoca-ção constanste.

O *Morning Post* chama ao *ulti-matum* um desafio, como se elle não fosse a resposta natural ao repto lançado pela Inglaterra, e diz que a causa d'esta é justa e santa.

Está se mesmo a ver.

in *Diário Ilustrado*. Nº 9551. 1899: 3.

SELF-PROTECTION.

Lastly, she had an incontestable ground of action in the Boer armaments which could only be directed against her. So far from dating only from the Jameson Raid, as has been pretended, they were in part the cause of the Johannesburg rising, as they formed a manifest threat to the unarmed population. No State can permanently tolerate the existence of another as practically an *enclave* in its dominions, except where there is such disparity of strength as to render it innocuous. Self-preservation, the primary law of nations as of living organisms, rendered war with the Transvaal inevitable from the moment it began to arm on such a scale as to render it a formidable

22

THE JUSTICE OF THE TRANSVAAL WAR.

neighbour, with the power of attacking British territory from a central position on all sides at once. As recent events have shown, 50,000 men would have been required permanently stationed on the frontiers of the Cape Colony and Natal to render them safe from invasion. England would have had a live shell *en permanence* in her premises, if disarmament were not insisted on, as it should have been years ago. No other Power would have tolerated the situation for six months, and we have only to imagine the action of Russia were the Amir of Bokhara to import similar weapons across the Afghan frontier to realise how supine the English Government has been in this respect. So far from dealing harshly with the Transvaal, she has erred on the side of leniency, making concession after concession in order to disarm its hostility. The history of their relations is one of a series of offences on one side condoned through clemency or weakness on the other.

REGULATORY POLICY.

in *The Dublin Review*. VI. 127. 1900: 2-44.

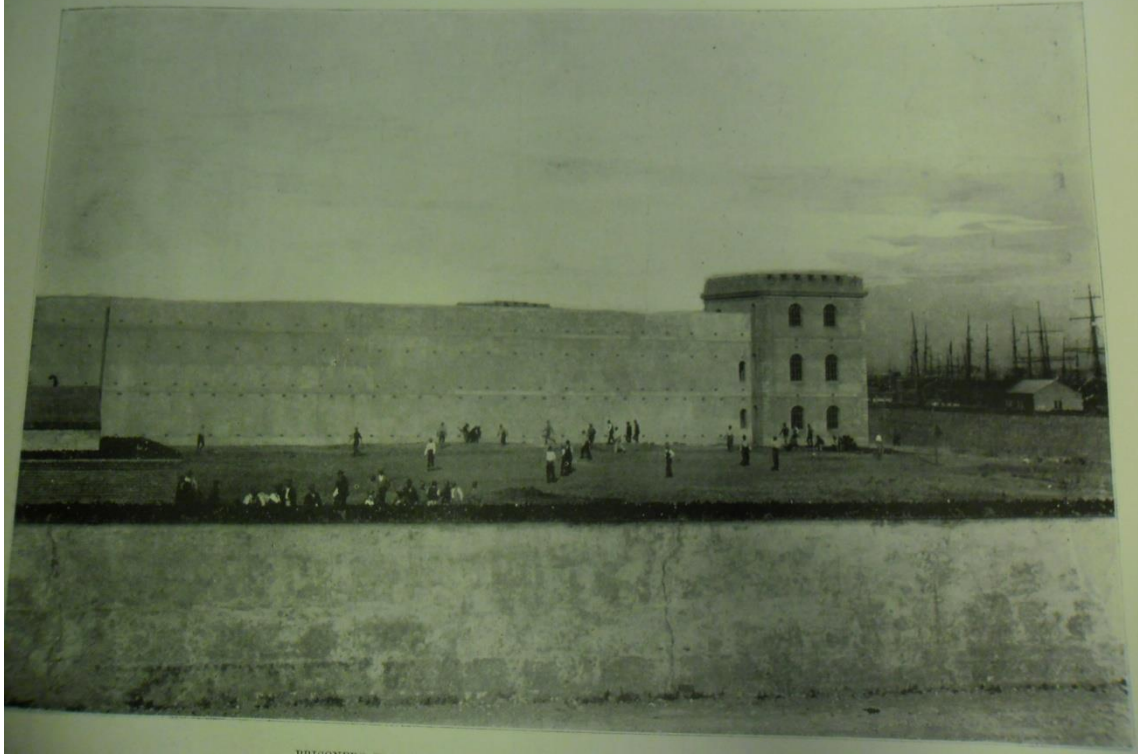


MR BALFOUR
"WE HAVE WITH US THE CONSCIENCE
OF THE EMPIRE"

in *The Illustrated London News*. VI. 3185. 1900: 596.

THE BOER IN DURANCE AT CAPE TOWN.

Photographs by Horace W. Nichols, Johannesburg.



in *The Illustrated London News*. VI. 3185. 1900: 619.

The past is past. War, whether inevitable or not, came. Let us hope, at least, that that scourge will not much longer continue to afflict South Africa and to entail suffering upon the Empire. We have said something about the political and economical difficulties which the war will leave behind it. Even apart altogether from the jealousy of the two white races, there is the black problem, which Mr. Bryce has shown in his excellent book will have much to say to the question whether South Africa will ever become the home of a vast European population. But the problems of the immediate present are in all conscience sufficient for our own day, and all Englishmen are united as to the ends that lie immediately before them—first, South Africa at peace under the British flag; secondly, the creation (we are afraid it cannot come quickly) of an Africander self-governing nation, not unworthy of taking its place by the side of the other great dominions of the British Crown.

in *The Edinburgh Review*. N° 395. 1900: 264-289.

Depois das festas

Respiramos : o rei Eduardo saiu e por conseguinte falamos para portugueses.

O que se viu ahí, nestes dias de barulho e de festa ?

Viu-se muita cousa.
Vin-se principalmente falta de vergonha, de senso, de juizo e de gosto.

Na vida das nações como na vida dos homens podem apagar-se resentimentos dum instante, exaltações incidentais. Mas nem na vida dos homens, nem na vida das nações se tolera que, sobre grandes agravos, publicos, escandalosos, seguidos de fremitos de brio e de safronta, appareçam expansões de intensa amizade, grandes carinhos.

Esse foi, todavia, o caso de agora.
Ante Eduardo VII, como representante da Inglaterra, o país que sempre nos feriu e que, por fim, em 1890, nos lançou na situação humilhante que nos fez objecto de escarneo do mundo civilizado—ante essa Inglaterra o Portugal official rastejou agora como um rafeiro sem sombra de altivez, como que refestelado-se na indignidade do seu acto.

O que é isto ?
Falta de character, falta de vergonha, falta de dignidade.

A aliança com a Inglaterra podia renovar-se, o seu rei podia vir aqui, a recepção podia ser afavel—mas tudo isso devia ter um limite, imposto pelo decôro.

Essa gente que ahí falou e gritou—a gente do poder, as *coleries* e as *caunartilhas*—excusava de se retratar tão completamente do que disse ha tão poucos annos ainda com tanto calor, com tanta energia, com tão aparente sinceridade.

Essa gente mostraria assim vergonha e implicitamente se faria respeitar mais de todo o mundo—dos proprios aliados, porque as grandes bajulações nem aos bajulados agradam.

in *O Mundo*. Nº 920. 1903: 1.

Ora esta titanica e poderosa
nação é a nossa velha alliada de
cinco seculos!

que podemos prestar á grande
nação de quem nos gloriamos de
ser amigos e alliados e que hoje,
com jubilo e evocando as melho-
res recordações da nossa amisa-
de secular, -acclamamos na pes-
soa do seu augusto, prestigioso e
muito amado Soberano.
God save the King!

in *Diário Ilustrado*. N° 10807. 1903: 2.

THE PORTUGUESE ALLIANCE.

THERE is an excellent unsigned article in the *Fortnightly Review* on "The Latin Rapprochement and the Bagdad Imbrolio." The Bagdad Railway part has lost its importance since Mr. Balfour climbed down; the first part, dealing with our better relations with all the Latin countries, is still topical. Unfortunately, all these *rapprochements* with former enemies are gained only at the expense of our relations with someone else; and just as we lately had a Russophile movement, really directed against Germany, there is danger that our coquettings with Portugal, Italy and France have a similar origin. The writer, indeed, points out that it was our former intimacy with Berlin which was the chief cause of French distrust and dislike of us. The important thing is that we are becoming internationalised again now that the feeling born of the Boer War has died down:—

In one word, we have again begun to call upon our neighbours, through the medium of the Sovereign, and the necessary restoration in our regard of the code of social civility and politesse will go far to remove all that has been merely mechanical in Anglophobia among the nations between whom and ourselves no obvious and vital conflict of interest exists. That the Crown has once more begun to leave its visiting-cards upon neighbouring nations is a far more valuable fact than we are apt to imagine at first sight.

The important point to be grasped is that the Portuguese alliance is of vital value to this country, no less than to the Government of Lisbon. Portugal is still the fourth Colonial Power in the world. Her geographical situation upon the Atlantic sea-board has determined her separation in the past from the distinctively Mediterranean power of Spain. It still places her upon the flank of what must always be the main strategical line of Imperial defence. We may decide that we should not use the Mediterranean route to India in time of war. But our fleets and troops must pass between Lisbon on one side and the Azores on the other, whether we intend to move through the Straits of Gibraltar or to round the Cape. In the same way, the Portuguese dominions in South Africa flank the line of the Cape to Cairo Railway on both sides, and the natural outlet of the Transvaal is Delagoa Bay. One conclusion, therefore, is plain. The friendly connection with Portugal cannot be too cordial or too close. It is no secondary matter, but one of the greatest moment, that her harbours and territories should be in intimate connection with ourselves instead of falling under the influence of any contingently hostile Power or combination of Powers.

Fortunately, we have arrived in time at a truer conception of our interests, and the new alliance becomes in its nature the most solid and permanent compact that could be readily imagined to exist. It is an offensive and defensive alliance, which gives us friendly harbours at Lisbon and the Azores, and goes far to secure our Atlantic route. Upon the one hand it is an absolute guarantee of the Colonial dominion of Portugal in its integrity. It is therefore a buttress of the throne in Lisbon such as unfortunately does not exist for the support of the dynasty in Madrid. Upon the other hand, it throws open eight hundred thousand miles of territory in South Africa to the enterprise of British capital, secures the through-route between Johannesburg and Lourenço Marquez, and removes the last obstacle that might have been a serious impediment, under other conditions, to the economic development of the Transvaal. Portugal will fully share no doubt in all the commercial advantage of the partnership. But the alliance which was sealed by the Lisbon festivities represents none the less an invaluable factor in the assured maintenance of our South African dominion.

in *The Review of the Reviews*. N° 161. 1903:474.

A viagem régia

O caracter das festas--- Um convenio secreto--- No sul de Angola

O correspondente do *Heraldo de Madrid* em Londres vai nos dando varias novidades sobre a viagem régia.

Assim, desmentindo certos correspondentes portugueses que transformam a flegma britânica num inflamado e ardente vulcão, um dos seus despachos diz-nos:

«Escuso de dizer que todos estes festejos se encontram desprovidos do caracter popular e entusiasta que se notou aqui durante a viagem do sr. Loubet.»

E' positivamente o contrario do que dizem certos correspondentes portugueses. E nós pedimos licença para dar mais credito ao informador do *Heraldo*. Acreditamos que a familia reinante inglesa e o mundo official tenham o maior empenho em ser amáveis para os monarchas portugueses. Acreditamos que esse empenho faça inventar as maiores amabilidades. Mas tambem não acreditamos que um povo essencialmente democratico e liberal se entusiasme com a visita dos representantes dum regimen caracteristicamente despolitico.

O telegrama seguinte diz:

«Quanto ás consequencias da visita de D. Carlos a Inglaterra, assegura-se que, além dum tratado de arbitragem, que se tornara publico, ficará pactuado entre os dois países um Convenio importantissimo, que se conservará secreto por agora, concernente ao futuro das colónias que Portugal ainda possui na Africa do Sul.

Por ultimo, sabe-se que os ministros de Estado de ambas as nações trocarão impressões a respeito da attitud que devem observar

Isto não é so uma mençura. É uma nova offensa dirigida á cidade, que tanto se indignou com a façanha dos barbaros da policia; é tambem uma afronta á Associação dos Jornalistas, que promoveu um processo contra o chefe Amon; é ainda um desafio a todos os jornais que reclamaram uma justa reparação ao enxovalho da ralé policial.

Eis a reparação que chega. Pela nossa parte repelimos com toda a enrgia o insulto da autoridade. Independentemente de opinião e sensíveis de pundonor, só temos a atacar a iniquidade que sancionou uma intoleravel torpeza.

O *Primeiro de Janeiro* repete a parte que lhe cabe na injuria que é dirigida ao Porto e á sua imprensa e levanta um protesto formalissimo contra o acto que, ferindo a justiça, coloca numa deploravel situação quem a promoveu».

ECOS & NOTICIAS

Eleições

Na Arcada fazem-se calculos varios sobre o numero dos deputados que o franquismo deve trazer á futura camara.

Os regeneradores do Ex-Traga confiam em que os deputados franquistas serão apenas dois ou tres: o sr. Mello e Sousa, o sr. João Franco e, problematico, o sr. Luciano Monteiro.

Os proprios franquistas contam em trazer 15 correligionarios.

Felizmente, os progressistas, que devem ser os calculistas mais autorizados, marcam-lhes 6 a 7.

Entre os regeneradores, vai grande intriga porque todos os deputados da ultima camara pretendem ser reeleitos e a manjedoura não chega para tanto.

Faz nojo

A *Tarde*, órgão do Ex-Traga-Almirantes, barafusta contra a demolição do testamento, que é sinceramente estimulada e desejada

Acto herol

Das Novidades:

«Sua alteza o senhor infante D. Affon acompanhado do seu official ás ordens, o tenente Senna, s'iu esta tarde do Paço Ajuda, pouco depois das trez e meia, em automovel. Dirigia-se para o seu passeio costumeado na Baixa e na Avenida, quando ao chegar ao fim da rua Nova do Almada, o vehiculo ficou inutilizado, partindo-se uma roda logo dianteiro.

Sua alteza apaeu-se e, deixando o automovel entregue aos cuidados do *chauffeur*, guiou, acompanhado do sr. tenente Senna para a rua do Duque de Bragança, onde existe um deposito de carruagens da casa real. Felizmente, o desastre não trouxe a sua alteza o menor incomodo»

Area da cidade

O ministro da Fazenda recebeu hontem duas commissões: uma de Bemfica, presidida pelo sr. Pedro Augusto de Figueiredo, e outra do Beato e Olivares, presidida pelo sr. Lino de Mello, que foram novamente inscom o sr. Espregueira para que, atendendo aos interesses daquellas localidades, se desanexassem da nova area fiscal da cidade. Acompanhava esta commissão o sr. Mello Sousa, presidente da Associação Commercial de Lisboa.

O ministro da Fazenda prometeu estudar o assunto, que lhe merece a maior consideração.

Os commissarios de Bemfica, tambem á presidencia do sr. Pedro de Figueiredo, vão pedir os bons officios do ministro Reino.

Um relógio de flor

Assim como ha artistas pintores e artistas escultores, ha tambem artistas jardineiros que se occupam da ornamentação dos parques, jardins, etc.

Um desses artistas jardineiros imagina construir um mostrador de relógio completamente coberto de flores. As horas e os minutos

A viagem real

A viagem real a Londres, além de occupar a imprensa europeia, de gerar extranhas phantasias de politica internacional, evoca paginas de historia e exercera, ainda que por poucos dias, uma modificação nos nossos costumes.

A ligação dos soberanos dos dois paizes relembra o bello tempo da epopeia da casa de Aviz, da qual foi progenitora essa linda ingleza de olhos de doçura e ventre abençoado que deu os quatro heroicos filhos a D. João I.

E' D. Duarte, o douto e sabio, D. Duarte que em letras se divertia e em cavalgadas achava razões dos livros; é D. Henrique, o grande, que inicia a descoberta e n'um sonho vive no promontorio de Sagres como n'uma nau encalhada a fazer as suas bodas com o ignoto e com o mar; é D. Pedro, o leal cavalleiro ruivo, coração grande e braço forte que morre em Alfarrobeira como um leão vencido, e D. Fernando, o santo, o martyr que dia a dia se foi a agonisar captivo em Fez, na montureira mourisca, deixando a alma voar para o céu, resignado e crente.

Esta é a evocação da historia. A mudança dos costumes é outra, é mesmo muito outra.*

Lisboa pensa nos festejos e ingleza se. Ha pessoas que se refugiam na Porcalhota para voltarem

partilhos e de *bonnets* ao lado com a correia sob os queixos rapados; julgarão ouvir uma vozearia toda guttural d'uma multidão por entre os hymnos e que irá de corrida a olhar os coches de gala pesados e brilhantes que conduzem principes e duques, commodoros e dignitarios.

— Oh! Londres! . . .

E será á luz dos bicos de gaz a esfurancar o nevoeiro que verão tudo isto e as torres de Windsor erguendo-se para o céu e que ouvirão os sinos badalando e os vendedores, de fatos ás riscas e cheirando a gin, apregoando retratos dos reis de Portugal.

— Oh! Londres! . . .

E algum, mais desdenhoso, dirá a franzir o nariz: — Ora Londres. . . Tudo carvão, tudo nevoeiro. . . Tomaram elles, os inglezes, este lindo céu. . .

N'esta doce consolação irão para a mesa do almoço e diante da cafeteira que fumeja, os lisboetas dirão pasmados: — Que é isto?! Café?! . . .

— O' menino, então não é o costume. . .

— Quero chá!

— Chá?! Doe-te o estomago?! perguntará a familia afflicta.

E Lisboa, a *una voce*, berrará:

— Chá, sim! E' uma bebida muito mais ingleza. . .

Assim prepararão os estomagos para os biffes da tarde e as gargantas para entoarem na *soirée* das Pires o forte e audaz *God Save the King*.

ROCHA MARTINS.

The visit of the King and Queen of Portugal is an event of social rather than of political importance.

The King of Portugal's Visit.

The King is a good shot, his wife is a very pretty woman. And we are very glad to see them in our midst. But Marquis de Soveral, the Portuguese Ambassador, is the real representative of Portugal to us. He has a social position superior to that of most of the ambassadors of the Great Powers. He is liked by everybody, and, what is more, he is trusted as few foreigners ever are. We are glad to welcome the King and Queen for his sake, and we are glad to believe that they deserve so good a Minister. That Portugal has signed an arbitration treaty with us is good news, although hardly of thrilling interest. Portugal got Delagoa Bay by arbitration. If there were any chance that she would consent to let its ownership go to arbitration again, the signature of the treaty would be more important.

in *The Review of the Reviews*. N° 180. 1904: 569-581.



Photograph by]

[Lamicho, Lisbon.

M. de Amarel.

New Premier of Portugal.

character in the nation. Sportsman, poet, artist, scientist, and *bon vivant*, he was a notable compound of Latin temperament and Germanic culture—obstinate and self-willed indeed, but fearless and unflinching, and very well equipped to be a king.

The real malady was the failure of representative government decade after decade—the powerlessness of the Parliamentary system to raise a nation that needs lifting above itself, or to be anything but a mere reflection of the moral condition of a people as it is. . . . The ideal Dictator would have been a person of solid powers and magnetic temperament, more able and more ruthless than Franco, and able

in *The Review of the Reviews*. N° 219. 1908: 260-261.

THE MAN WHO SHARED THE MURDERED KING'S PERIL: THE REFORMER SENHOR FRANCO, DICTATOR OF PORTUGAL.

DRAWN BY FRANK HAVILAND.

Senhor Joao Franco made a heroic endeavour, in which he was supported by the late King, to reform the abuses and corruption which existed in the Portuguese Administration. He discovered the existence of innumerable petty offices of no importance, carrying salaries that drained the treasury. The political situation resulting from his efforts became so strained that the Constitution was suspended and Senhor Franco became Dictator of Portugal. Immediately after the King's assassination, Senhor Franco offered the new King the support of a Coalition Ministry of Monarchists, and tendered his resignation.

in *The Illustrated London News*. N° 3590. 1908: 182.

PORTUGAL'S BOY-KING.

THE December number of the *Young Man* opens with an article, by a Portuguese resident, on Portugal and her Boy-King.

The writer refers to British associations with Portugal from the time of the Crusades down to the time when England, as the result of Prince Henry the Navigator's achievements, was able to benefit by the route to India round the Cape of Good Hope. He also reminds us that the Portuguese hymn, so much used in our churches, was composed by Don John IV. of Portugal, and that it was probably brought to England by his daughter Catherine, wife of Charles II.

The social condition of Portugal, the writer confesses, is not all that it ought to be. According to the last census no fewer than seventy-eight per cent. of the population are unable to read, and it will easily be understood that everything intellectual is in a very backward state. Much of the ignorance of the Portuguese is attributed to the moral influence of Rome; but though the State Church is Roman Catholic, the rights of the nation, as distinguished from the authority of the Pope, are rigidly preserved. As to economic conditions, Portugal has of late had a very hard struggle to maintain her financial credit.

Dom Manuel II. is described as a youth of high character and affectionate disposition, evidently anxious to do his duty as a constitutional sovereign. A resident in Lisbon says veracity is a good description of the King. He is a sincere friend of his friends, most liberal in religious matters, and no bigot. His tastes are decidedly artistic; he revels in literature, music, and painting. His personal habits are simple. He is scrupulously methodical and punctual, and he is a keen observer and reader of character. He is gifted with an unfailing memory, and recalls faces and names in a marvellous way. Pure-minded, straightforward, amiable, affable, no one, adds the Lisbon resident, comes nearer to what is understood by a perfect gentleman.

The King rises at eight, and after breakfast attends to his correspondence. This over, he repairs to the gymnasium and fences with a friend or with his fencing-master. Then he visits his conservatories, his stables, or his kennels. He enjoys a ride, and his favourite steed is an English thoroughbred, but at military reviews he rides a magnificent Arab, a charger sent to his father by the Kaiser as a personal gift.

in *The Review of the Reviews*. N° 240. 1909: 563.

The young King Manuel came to the throne under the most tragic of all tragic circumstances, succeeding a murdered father and taking the place of a murdered brother. It is not surprising, therefore, that he is guarded with exceptional care, as thoroughly, indeed, as is the Tsar. Since his accession he has spent a considerable part of his time in retirement; though that he has been among his people on several occasions is true, as witness certain of the photographs on this page. His Majesty is to embark at Cherbourg on the night of November 14, and will cross to Portsmouth on his Majesty's yacht "Victoria and Albert," escorted by the armoured cruiser "Antrim." He will reach Windsor Castle on his twentieth birthday, the 15th of this month.

Rumour has it that he comes to this country not only to visit the King and Queen, but to seek a bride—(PHOTOGRAPHS BY CHAS. M. CLAYTON AND BENJ. DILL)

in *The Illustrated London News*. N° 3682. 1909: 673.

Portugal e a Inglaterra

O casamento do sr. D. Manuel com uma princesa inglesa é uma das pretensões de certos monarchicos portugueses que julgam que, dessa sorte, se consolidaria, definitivamente, o trono português, pelo protectorado exercido pela Inglaterra. Não ha muitos meses ainda que, na expectativa desse casamento, os monarchicos já batiam palmas, considerando a Republica uma hipotese definitivamente afastada. Não lembramos o facto, para notar mais uma vez o patriotismo da gente que cerca as instituições. Nos seus tropos, de quando em quando, essa gente clama que a monarchia é a garantia da independencia da Patria. Mas essa mesma gente quer para Portugal a mais humilhante situação,—desde que a monarchia se salve. Afunde-se o país, mas segure-se o trono. Entre o país enfestado a estranhos, com a monarchia, e livre, com a Republica—essa gente não hesita, porque, além de não ter nenhuma moral, é profundamente estúpida. Porque o é, julga ella que, com a Republica, seria afrontada nos seus ilegítimos interesses, mas que a intervenção estrangeira os respeitaria—como se o estrangeiro absorvente não tornasse sempre o país absorvido numa casta inferior, victima de todas as explorações e de todas as injustiças.

O nosso intento, repetimos, não é discutir, agora, a psicologia especial desses miseráveis que colocam muito acima da integridade da Patria a manutenção do trono. O nosso fim é chamar a atenção do país para um artigo, que a seguir vamos transcrever de uma importante gazeta britânica, o *Manchester Guardian*, jornal affecto á politica governamental. Foi publicado em 8 de novembro, e está redigido nos seguintes termos:

A visita do rei de Portugal

O rei Manuel de Portugal saiu de Lisboa hontem, e dentro de poucos dias estará em Inglaterra. Parece ser um mancebo simpático, e, embo-

ra nada se soubesse em seu favor, a

versão da rainha de Espanha desagradou muito no nosso país, e é provavel que agradasse pouco aos catholicos espanhoes; segunda conversão do mesmo genero seria muito mais para desgostar, e isso bastaria para tornar impopular o casamento.

A instabilidade do trono português aumentaria esta impopularidade, pelo dô que inspiraria uma princesa britânica compelida a renegar a sua patria e a sua religião, para correr o risco de, na sua nova patria, ser detestada pelo publico, expulsa, ou mesmo assassinada. O país não esqueceu ainda o perigo que correu a rainha de Espanha no dia do seu casamento. Mas não precisamos insistir neste ponto—o casamento espanhol foi uma questão puramente familiar. Mais importantes são talvez, e com certeza de mais facil comprehensão, as razões politicas. Uma aliança com um trono instavel é igualmente má sob o ponto de vista inglês como sob o ponto de vista português. Tanto os ingleses como os portuguezes podem ver com maus olhos uma aliança material cujo unico fim seja amparar um trono que vacila.

E, com effeito, uma infracção a todos os principios—que sir E. Grey interpretará decerto com o mais absoluto rigor—a interferencia, ou mesmo a sua simples apparencia, na politica interna de um país independente. Se a monarchia for abolida em Portugal—diz-se que o sentir geral da nação é completamente republicano—não nos compete impedir nem retardar os desejos do povo português. E não se diga que o casamento não afecta a nossa politica em relação a Portugal. A corte influe, de facto, na nossa politica externa; e, com as fortes razões que resultam de uma aliança familiar, poderia até certo ponto ferir os interesses da politica britânica.

Hoje, a amizade da Inglaterra com Portugal não depende das formas de governo de cada um; a politica interna dos portuguezes em nada absolutamente nos interessa. Se, porém, lhe juntarmos um forte sentimento pessoal, esta perfeita neutralidade,

dados da nossa capital.

Disse-se por esse tempo que a princesa Victoria Patricia seria a noiva do hoje malogrado príncipe D. Luis Filipe. Esta circumstancia vem em abono do presente, pois mais leva a crêr que de ha muito na alta diplomacia se pensava nesta aliança das duas casas reinantes.

in *O Ocidente*. Nº 1114. 1909: 266.



A nação ingleza devia ufanar-se de possuir esse Soberano, digno continuador da obra de engrandecimento da patria, iniciada por sua Augusta Mãe, de veneranda memoria.

Rei *gentleman* e Rei symbolo d'um regimen, Eduardo VII possuia o talento e o tacto indispensaveis para agradar ao seu povo e aos estrangeiros, acompanhando a opinião dominante, sem ingerencia immediata na deliberação dos homens que escolhia para governar.

in *Diário Ilustrado*. Nº 13154. 1910: 1-2.